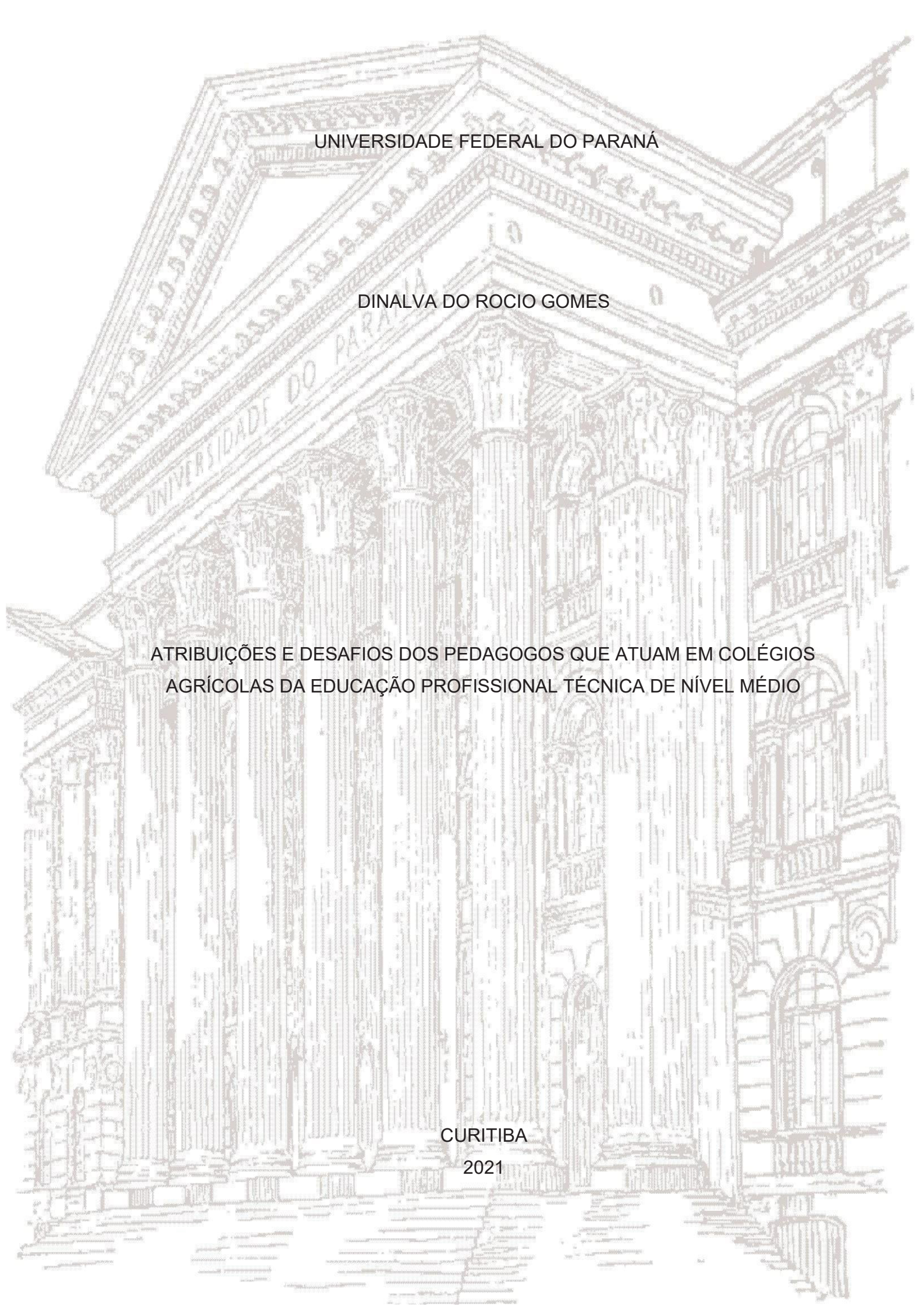




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DINALVA DO ROCIO GOMES

ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS
AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

CURITIBA

2021

DINALVA DO ROCIO GOMES

ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS
AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jacques de Lima Ferreira

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Bibliotecado Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Gomes, Dinalva do Rocio.

Atribuições e desafios dos pedagogos que atuam em colégios
agrícolas da educação profissional técnica de nível médio / Dinalva do
Rocio Gomes. — Curitiba, 2021.
118 f.

Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Jacques de Lima Ferreira

1. Escolas agrícolas. 2. Escolas do campo. 3. Professores de ensino
técnico. 4. Educação profissional. 5. Ensino médio. I. Título. II.
Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E
PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DINALVA DO ROCIO GOMES** intitulada: **ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**, sob orientação do Prof. Dr. JACQUES DE LIMA FERREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Novembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

08/11/2021 11:16:05.0

JACQUES DE LIMA FERREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

08/11/2021 11:08:56.0

LUCYMARA CARPIM

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica

10/11/2021 16:16:53.0

VANESSA MARION ANDREOLI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pela luz e proteção de todos os dias e por me conceder a graça de desenvolver esse trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jacques de Lima Ferreira, quero agradecer imensamente por ter acreditado em mim, me acolhendo, abrindo as portas do mestrado, compartilhando sua sabedoria, incentivando e contribuindo para que a minha caminhada como mestranda se concretizasse e um sonho se realizasse. Obrigada, pelos valiosos ensinamentos com muita paciência, respeito, competência, amor, amizade, me ajudando a trilhar o caminho dessa jornada. Eterna Gratidão!

A minha amiga e querida vó Maria Amábili Mariot Angulski, braço amigo de todas as horas, por todo o incentivo incansável e por sempre me ouvir compartilhando minhas angustias e alegrias nessa fase tão importante da minha vida.

A minha filha amada Natalia, por estar sempre ao meu lado, pelo companheirismo, pela parceria em todas as etapas dessa caminhada e por ser a luz da minha vida.

Agradeço também aos membros da banca Prof.^a Dr.^a Lucymara Carpim e Prof.^a Dr.^a Vanessa Marion Andreoli que, prontamente, aceitaram o convite para fazerem parte das fases de qualificação e da defesa com seus olhares atentos, contribuindo com seus valiosos conhecimentos, enriquecendo esta pesquisa.

Enfim, quero agradecer a minha família e a todos que ajudaram a trilhar esse caminho acadêmico, contribuindo para a conquista dessa pesquisa.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

Cora Coralina

RESUMO

Esta pesquisa traz como objeto de estudo as atribuições e os desafios dos Pedagogos que atuam em Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Dessa forma, por entender que esse profissional da educação pode atuar em diferentes contextos, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: Quais as atribuições e os desafios dos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio? Para dar conta do problema de pesquisa, esta dissertação tem o objetivo geral de analisar as atribuições e os desafios dos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio. Os objetivos específicos estipulados foram os seguintes: discorrer sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; apresentar a função educativa e social dos Colégios Agrícolas; caracterizar as atribuições dos Pedagogos na educação; investigar as atribuições dos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e identificar os desafios que estes profissionais da Educação vivenciam nos Colégios Agrícolas. A investigação apresenta uma abordagem qualitativa do tipo exploratória, de natureza interpretativa. A fundamentação foi construída a partir dos seguintes autores: Candau (2001), Manfredi (2002), Cordão e Moraes (2017), Guimarães (2014), Ramos (2014), Frigotto e Ciavatta (2005), Moran (2005), Libâneo (2010), Saviani (1991), Freire (2018), Demo (1995), Ferreira (2013), entre outros. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário *on-line*, com perguntas abertas e fechadas, com questões referentes às atribuições e os desafios vivenciados pelos Pedagogos que atuam em Colégios Estaduais Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, enviados para 35 Pedagogos. A análise de dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo (AC) na perspectiva de Bardin (2016). A partir da pesquisa realizada foi possível ratificar a importância desse profissional no *lócus* dos Colégios Agrícolas como articulador da Organização do Trabalho Pedagógico, sendo fundamental no processo educativo e na formação técnica. Identificou-se também que, neste contexto da Educação Profissional Técnica, o Pedagogo exerce também outras funções relacionadas a parte administrativa do internato e na preparação profissional dos jovens para o mercado de trabalho. Quanto aos desafios enfrentados pelos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional de Nível Médio, constatou-se a falta de formação continuada específica para a área técnica e internato, bem como a dificuldade de fazer a integração das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular com a área técnica.

Palavras-chaves: Colégio Agrícola. Educação Profissional Técnica. Ensino Médio.

ABSTRACT

This research addresses as an object of study the attributions and challenges of Pedagogues that work in Agricultural Schools of Secondary Technical Professional Education. Therefore, considering that this education professional can work in different contexts, the following question was defined as the research problem: What are the attributions and challenges of the Pedagogues that work in Agricultural Schools of Secondary Technical Professional Education? To address the research problem, this dissertation has the general objective of analyzing the attributions and challenges of the Pedagogues that work in the Agricultural Schools of Secondary Technical Professional Education. The specific objectives presented were the following: describe the Secondary Technical Professional Education; present the educational and social function of Agricultural Schools; characterize the attributions of Pedagogues in education; investigate the attributions of the Pedagogues that work in the Agricultural Schools of Secondary Technical Professional Education and identify the challenges that these Education professionals experience in the Agricultural Schools. The investigation presents a qualitative exploratory approach, with interpretive background. The theoretical foundation was built based on the following authors: Candau (2001), Manfredi (2002), Cordão and Moraes (2017), Guimarães (2014), Ramos (2014), Frigotto and Ciavatta (2005), Moran (2005), Libâneo (2010), Saviani (1991), Freire (2018), Demo (1995), Ferreira (2013), among others. As an instrument of data collection, an online survey was conducted among 35 Pedagogues, with openended and closed-ended questions related to the attributions and challenges experienced by the Pedagogues that work in Agricultural State Schools of Secondary Technical Professional Education. The data analysis was performed using the Content Analysis technique (CA) from the Bardin perspective (2016). Through the research performed, it was possible to ratify the importance of this professional in the school place as an articulator in organizing the pedagogical work, being fundamental in the educational process, guaranteeing the result of the pedagogical actions. In agricultural schools, in addition to the role of organizing pedagogical work, the pedagogue performs other functions related to the administrative part of the internship, being fundamentally important in terms of the education, learning and professional preparation of young people for the labor market. As for the challenges faced by pedagogues that work in the Agricultural Schools of Secondary Technical Professional Education, the research found lack of specific training for the technical area and internship and challenges in integrating the subjects of the National Common Base with the technical area.

Keywords: Agricultural School. Technical Professional Education. Secondary School. High School.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - PALAVRAS CHAVES UTILIZADAS NA PESQUISA DE LEVANTAMENTO.....	16
FIGURA 02 - QUANTIDADE DE PESQUISAS ACADÊMICAS QUE TRATAM DA TEMÁTICA DESTA DISSERTAÇÃO.....	16
FIGURA 03 - FASES DA PESQUISA QUALITATIVA.....	69

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICO 01 - TEMPO DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.....	72
GRÁFICO 02 - TEMPO DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM UM COLÉGIO AGRÍCOLA.....	73
QUADRO 01 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO	25
QUADRO 02 - FATOS HISTÓRICOS DO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO... ..	30
QUADRO 03 - FATOS HISTÓRICOS DE ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	39
QUADRO 04 - DISCIPLINAS VINCULADAS AO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	47
QUADRO 05 - DIFERENÇAS DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE PEDAGÓGICA DE UM COLÉGIO REGULAR E DE UM COLÉGIO AGRÍCOLA/INTERNATO. 63	
QUADRO 06 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ESTADO E MUNICÍPIO	71
QUADRO 07 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DA INVESTIGAÇÃO.....	74
QUADRO 08 - VANTAGENS DO QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i>	77
QUADRO 09 - REGRAS PARA SELEÇÃO DE DOCUMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	78
QUADRO 10 - ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO DE UM COLÉGIO AGRÍCOLA	82
QUADRO 11 - DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PEDAGOGOS	86
QUADRO 12 - DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO.	89
QUADRO 13 - DIFERENÇAS DE UM COLÉGIO REGULAR PARA UM COLÉGIO AGRÍCOLA.....	92
QUADRO 14 - DESAFIOS VIVENCIADOS EM UM COLÉGIO AGRÍCOLA	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	- Análise de Conteúdo
APMF	- Associação de pais, mestres e funcionários
BDTD	- Plataforma Digital da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	- Base nacional comum curricular
CEE/PR	- Conselho Estadual de Educação
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CELEM	- Centro de Línguas Estrangeiras Moderna CFE
	- Conselho Federal de Educação
CNCT	- Catálogo Nacional de Curso Técnicos
CNE/CP	- Conselho Nacional de Educação
CONAE	- Conferência Nacional da Educação
DEDUC	- Diretoria de Educação
DEP/SEED	- Departamento da Educação Profissional
EaD	- Educação à distância
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamentale de Valorização do Magistério
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
OTP	- Organização do trabalho pedagógico
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PROEJA	- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	- Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEED	- Secretaria de Educação e do Esporte
SEMTEC	- Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	- Serviço Social do Comércio
SESI	- Serviço Social da Indústria
SUED	- Superintendência de Estado da Educação

TCC	- Trabalho de Término de Curso
UDP	- Unidade Didática Produtiva
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UnC	- Universidade do Contestado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	FORMAÇÃO E VIVÊNCIA PROFISSIONAL	14
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
1.3	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA.....	18
1.4	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	20
2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	23
2.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	23
2.2	POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	32
2.3	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	36
3	A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	41
3.1	FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	43
3.2	OBJETIVOS DO ENSINO DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS.....	44
3.3	FINALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	46
3.4	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS	47
3.5	COLÉGIO AGRÍCOLA E SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EDUCATIVA	48
3.6	PROJETOS DESENVOLVIDOS NAS INSTITUIÇÕES AGRÍCOLAS	50
4	ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO.....	53
4.1	ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS	60
4.2	ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO DO INTERNATO	62
5	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	67
5.1	ABORDAGEM DE PESQUISA.....	67
5.2	OS SUJEITOS INVESTIGADOS E O PROCESSO ÉTICO DA PESQUISA.....	70
5.3	OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	75
5.4	PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	78
5.5	ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DADOS DO QUESTIONÁRIO ON- LINE.....	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS	106

ANEXO 1 PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	115
APÊNDICE 1 INSTRUMENTO DE PESQUISA - QUESTIONÁRIO <i>ON-LINE</i>	119

1 INTRODUÇÃO

1.1 FORMAÇÃO E VIVÊNCIA PROFISSIONAL

Nasci e cresci em uma família que não trabalhava na área da educação, mas eu era uma criança deslumbrada com o mundo da escola, tanto que a minha brincadeira favorita era “escolinha”, onde eu sempre era a professora.

Minha juventude foi na cidade de Rio Negro, interior do Paraná, onde a perspectiva de trabalho profissional era o magistério, na época chamado de “escola normal”, era ofertado em um prédio que até hoje tenho guardado na minha lembrança, onde, mais tarde, tive a oportunidade e a felicidade de estudar.

O magistério era uma profissão do futuro, todas as meninas sonhavam com isso. Estudei magistério de 1992 a 1995 na cidade de Rio Negro. As aulas e estágios me levavam a sonhar, diariamente, com meus dias sendo professora, me apaixonando cada vez mais pela educação e pela profissão.

Ingressei na Universidade do Contestado - UnC em 1996, no curso de Pedagogia, onde pude aprofundar e enriquecer meus conhecimentos para, futuramente, poder aplicar a meus alunos. Durante o curso de Pedagogia, tinha a cada dia mais certeza que estava no caminho certo.

No primeiro ano, cursando a faculdade, fui chamada para lecionar em uma escola particular na cidade de Mafra, em Santa Catarina, onde assumi uma turma de educação infantil e que foi uma experiência bastante valorosa em minha vida profissional, pois foi a partir dessa escola, que se abriram outras portas da minha caminhada na educação. Em seguida, fui contratada para assumir uma turma do ensino fundamental, e pude aprimorar meus conhecimentos e experiência na área.

Ao final do curso, já ingressei na Pós-Graduação em 2000, para o aperfeiçoamento dos meus estudos. No ano de 2002, fui convidada para assumir a coordenação de uma escola municipal, permanecendo ali por um ano e meio, onde logo após, em 2004, assumi o concurso do estado de Santa Catarina como Assistente Técnica Pedagógica na Gerência Regional de Educação.

Paralelo a esse concurso, trabalhei também no Estado do Paraná como professora das disciplinas de Sociologia, Filosofia e com turmas de Magistério, atualmente, Formação de Professores. No ano de 2012, fui chamada no

concurso do estado do Paraná para assumir como Pedagoga, dando continuidade no meu trabalho na área da educação, onde atuo como Pedagoga orientadora do internato, num colégio de Educação Profissional Técnico de Nível Médio.

Na continuidade dos meus estudos e aperfeiçoamento na área da educação, no ano de 2018, realizei o processo seletivo do programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Mestrado Profissional da Universidade Federal do Paraná para uma disciplina isolada, intitulada Construção do Conhecimento Científico e Formação de Professores, ministrada pelo Prof. Dr. Jacques de Lima. Após a realização da disciplina isolada, em 2019, realizei o processo seletivo do Mestrado Profissional e fui aprovada diante da seleção existente.

Essa é uma fase da minha vida, da qual me orgulho muito e venho, por meio desta dissertação, apresentar a pesquisa que desenvolvi durante a minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Educação: teoria e prática de Ensino da Universidade Federal do Paraná.

1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância social, educacional e profissional desta pesquisa consiste em investigar o trabalho desenvolvido pelo Pedagogo para compreender melhor a importância desse profissional da educação nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, pois poucas pesquisas enfatizam essa temática. Isso foi possível de identificar a partir de uma investigação, pesquisa de levantamento, *on-line* realizada na Plataforma Digital da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a quantidade de pesquisas acadêmicas, teses e dissertações que já foram publicadas sobre a temática dessa dissertação.

A pesquisa de levantamento realizada na plataforma mencionada aconteceu com a utilizando da opção “busca avançada”, com as seguintes palavras-chave “colégio agrícola”, “educação profissional técnica” e “ensino médio”, conforme a Figura 01.

FIGURA 01 - PALAVRAS-CHAVE UTILIZADAS NA PESQUISA DE LEVANTAMENTO

BDTD 15^º aniversário
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Idioma ▾

Página Inicial Sobre a BDTD ▾ Rede BDTD ▾ Acesso Aberto Brasil Serviços ▾

Busca / Avançada

Dicas de Busca

- Ajuda com a Busca Avançada
- Ajuda com Operadores de busca

Busca Avançada

Busca por:

colégio agrícola	Todos os campos ▾	x
educação profissional técnica	Todos os campos ▾	x
ensino médio	Todos os campos ▾	x

✚ Adicionar campo de busca

correspondência da busca: TODOS os termos ▾

FONTE: a autora (2021)

Para o levantamento das pesquisas acadêmicas, delimitou-se um recorte temporal de dez anos, compreendido entre 2010 e 2020. A plataforma da BDTD apresentou 06 pesquisas realizadas em nível de mestrado e doutorado (Acadêmico e Profissional) utilizando as palavras-chave mencionadas, conforme a Figura 02. A pesquisa buscou objetivar a quantidade e não a análise das mesmas, ocorreu no dia 18 de maio de 2020. A palavra-chave “Pedagogo” também foi adicionada à pesquisa de levantamento. Entretanto, com a sua inserção, o número de pesquisas reduziu para 02 investigações.

FIGURA 02 - QUANTIDADE DE PESQUISAS ACADÊMICAS QUE TRATAM DA TEMÁTICA DESTA DISSERTAÇÃO

BDTD 15^º aniversário
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Idioma ▾

Página Inicial Sobre a BDTD ▾ Rede BDTD ▾ Acesso Aberto Brasil Serviços ▾

Termos de busca: "(Todos os campos:colégio agrícola E Todos os campos:educação profissional técnica E Todos os campos:ensino médio)"

Editar a Busca Avançada | Iniciar uma nova Busca Avançada | Iniciar uma nova Busca Básica

Busca: (Todos os campos:colégio agrícola E Todos os campos:educação profissional técnica E Todos os campos:ensino médio)

A mostrar 1 - 6 resultados de 6, tempo de busca: 0,48s

Ordenar Relevância ▾

Ver Tudo Exportar ▾

Refinar a Busca

Retirar os Filtros

Ano de Defesa: 2010-2020 x

Instituições

- IBICT 1
- UFJF 1
- UFPB 1
- UFPE 1
- UFS 1

1 A educação de jovens e adultos no curso técnico PROEJA de nível médio no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

por Leite, José Fernandes de Araújo Data de Defesa 2010

Assuntos: "... Educação de Jovens e Adultos..."

Obter o texto integral

Dissertação Ver +

FONTE: a autora (2021)

Conforme a pesquisa de levantamento realizada, é possível identificar que a temática desta dissertação é de grande importância na área da educação, pois é pouco investigada e merece futuras investigações que possam colaborar para melhor entender as atribuições dos Pedagogos nos Colégios Agrícolas na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, e assim, contribuir para melhorar a qualidade da educação nesse nível de ensino. A temática por si só envolve grande complexidade e será de grande valia para estudos que relacionem o trabalho do Pedagogo.

A atuação deste profissional no ambiente escolar é fundamental no auxílio aos discentes e docentes diante do processo de ensino e aprendizagem uma vez que ele é um articulador no processo de formação cultural que acontece no interior da escola, ocupando um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico. Sua presença é fundamental no desenvolvimento e na organização do trabalho pedagógico (OTP), afinal, o trabalho desse profissional está atrelado à qualidade da educação e ao trabalho docente, subsidiando, assim, o desempenho de sua função dentro da sala de aula.

A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população. Quando se atribuem ao pedagogo as tarefas de coordenar e prestar assistência pedagógico-didática ao professor, não está se supondo que ele deva ter domínio dos conteúdos métodos de todas as matérias. Sua contribuição vem dos campos do conhecimento implicados no processo educativo docente, [...] entre o conhecimento pedagógico e a sala de aula (LIBÂNEO, 2010, p. 62).

O Pedagogo tornou-se o elemento chave na mediação entre o sistema educacional e a escola, tendo como desafio constituir sua identidade profissional no *lôcus* de trabalho, onde possa propor estratégias e mudanças para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Este profissional reveste-se como articulador de caminhos que favoreçam o processo de ensino, considerando que o percurso educativo permite a reorganização e a democratização da educação.

Justifica-se também essa pesquisa pela importância que o Pedagogo tem na educação. Trata-se de um profissional da educação que apresenta uma função social, extremamente importante, pois atua diretamente nos processos relacionados ao ensino, e no direito e na democratização da aprendizagem,

relacionando essa aprendizagem às questões sociais e à realidade em que o aluno está inserido.

É de grande relevância social e educacional investigar as atribuições e os desafios dos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pois as ações desses profissionais da educação refletem no contexto social e educacional. A compreensão das atribuições e dos desafios pode implicar em melhorias para a qualidade da educação nesse nível de ensino, na prática pedagógica dos professores e na reinvidicação de políticas educacionais.

1.3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA

A função do Pedagogo tem sofrido mudanças desde sua origem. A sua atuação na escola é fundamental, no auxílio aos docentes, no desenvolvimento de sua prática pedagógica em sala de aula, ou na mediação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho docente.

Amparando-se nas ideias de Holtz (2006), é possível afirmar que o Pedagogo pode atuar em diferentes âmbitos, qualquer espaço socioeducativo formal ou não formal, trabalhando na integralidade do ser humano, exercendo ações para os problemas da educação e delineando métodos que venham a qualificar o processo educacional.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN) de 1996, no artigo 22, a finalidade da educação é desenvolver o educando, sendo assim, pressupõe-se que a educação está inserida em todos os âmbitos sociais e é um direito de todos. Essa foi a primeira LDBEN que trouxe com maior ênfase a questão da educação profissional. Segundo Almeida (2006, p. 7) o Pedagogo pode trabalhar em várias áreas, tais como:

Coordenação de ações culturais em bibliotecas, brinquedotecas, parques temáticos, fundações culturais, teatros, parques e zoológicos;
- desenvolvimento de recursos humanos em empresas; - direção e administração de instituições de ensino; - elaboração de políticas públicas visando à melhoria dos serviços à população em autarquias, hospitais e governo nas esferas municipais, estaduais e federais; - gestão e desenvolvimento de conselhos tutelares, centros de convivência, abrigos e organizações não governamentais.

Sendo assim, o profissional Pedagogo pode atuar em várias áreas desenvolvendo ações educacionais. Libâneo (2010) afirma que a identidade do Pedagogo é reconhecida pelo seu campo de investigação e atuação dentro do processo educacional.

O trabalho deste profissional está atrelado à qualidade da educação e ao trabalho docente, visto que, é o profissional que atua na melhoria e renovação do processo educacional. Desta maneira, o Pedagogo contribui para a educação, consolidando a construção do conhecimento, como afirma Libâneo (2010):

Pedagogos e docentes têm suas atividades mutuamente fecundadas por conta das especialidades de cada um, da experiência profissional, do trato cotidiano das questões de ensino e aprendizagem das matérias, dos encontros de trabalho em que o geral e o específico do ensino vão se interpretando (LIBÂNEO, 2010, p. 63).

Segundo o autor, o Pedagogo escolar tem se tornado um profissional importante na mediação entre o sistema educacional e a escola, o que nos faz entender que, em certas ocasiões, sua função é solicitada como mediador da realização de políticas educacionais, sejam quais forem suas concepções, tendo como desafio construir sua identidade profissional, comprometido com seu trabalho e para isso, investigar, propor estratégias e promover mudanças para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

A partir da investigação de levantamento realizada, das baixas pesquisas encontradas que tratam sobre a temática do papel do Pedagogo na sociedade em particular dos Colégios Agrícolas, debater sobre a atuação desse profissional, nos Colégios Agrícolas, remete ao problema da pesquisa, que é falar da atuação deste pedagogo nos Colégios Agrícolas e a importância dele, no colégio.

Sabe-se que o Pedagogo é um agente de transformação social, tanto no processo de ensino aprendizagem dos alunos, como também, na articulação entre os seguimentos da escola e na socialização dos conhecimentos científicos voltados para a formação profissional dos jovens.

Segundo o pensamento de Libâneo (2010), o pedagogo pode ser considerado “professor de todos os graus de ensino” porque ele pode atuar em

ações pedagógicas para-escolares ou extra-escolares em órgãos públicos ou privados, sempre em atividades reais.

Dessa forma, por entender que o Pedagogo pode atuar em diferentes contextos, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: **Quais as atribuições e desafios dos Pedagogos que atuam em Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio?** Para dar conta do problema de pesquisa, esta dissertação tem o objetivo geral de analisar as atribuições e os desafios dos Pedagogos que atuam em Colégios Agrícola da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Como objetivos específicos, busca-se:

- Discorrer sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Apresentar a função educativa e social dos Colégios Agrícolas;
- Caracterizar as atribuições do Pedagogo na educação;
- Investigar as atribuições dos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Identificar os desafios que estes profissionais da Educação vivenciam nos Colégios Agrícolas.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa desta dissertação está composta por seis capítulos, sendo este o primeiro, onde apresenta-se a descrição da formação e da vivência profissional da pesquisadora, justificativa da pesquisa, delimitação do problema e objetivos da pesquisa, e a organização da dissertação que tem o propósito de realizar uma descrição dos capítulos da dissertação.

O segundo capítulo subdivide-se nas seções trazendo o Histórico da educação profissional no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, as transformações ocorridas durante esse processo, o desenvolvimento educacional e como se desencadeou o processo de industrialização influenciando no processo econômico, político e social, a seção das políticas públicas de educação profissional no Brasil, trazendo as alterações destas políticas, acompanhando as mudanças da sociedade e, conseqüentemente, da educação profissional, dando destaque à Educacional Profissional Técnica de

Nível Médio. Dando sequência, apresentam-se as características da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O referencial teórico está apoiado nas considerações de Candau (2001), Manfredi (2002), Cordão e Moraes (2017), Garcia (2002), Cunha (2002), Nascimento (2018), Machado (1982), Guimarães (2014), Ramos (2014), Ciavatta (2005), Leite Filho (1999), Frigotto e Ciavatta (2005).

O terceiro capítulo intitulado, A função social e educativa dos colégios agrícolas na educação profissional, descreve a função educativa e social da escola, dando ênfase, ao colégio agrícola, como uma escola que apresenta peculiaridades. Destaca-se, nesse capítulo, a organização dos colégios agrícolas, especificando o regime de internato, seus objetivos e finalidades, a organização curricular da área técnica, sua estrutura organizacional e os projetos desenvolvidos nos colégios agrícolas.

Esta seção está orientada pelos autores Moran (2005), Torres (2006), Libâneo (2010), Pinto e Dias (2018), Libâneo; Oliveira e Toschi (2009), Saviani (1991), Silva (2017) (2020), Freire (2018), Gramsci (1981), Calazans (1993), Shulgin (2013), D'Agostini e Vendramini (2014) e Fagiani (2013).

O capítulo quatro apresenta as atribuições do Pedagogo nos Colégios Agrícolas, a formação deste profissional, as áreas de atuação, os desafios enfrentados no *lócus* da escola, bem como a legislação que o ampara e as políticas implementadas para a função do Pedagogo no Estado do Paraná, sendo apresentado por Oliveira (2014), Quintana (1998), Barros (2012), Libâneo(2001) (2010), Demo (1995), Ferreira (2013), Neri (2014), Santos (2000) e Moraes (2011).

No último capítulo tratar-se-á do percurso metodológico da pesquisa adotado, especificando o presente estudo, sendo de abordagem qualitativa do tipo exploratório, de natureza interpretativa, bem como as fases da investigação, os sujeitos investigados - Pedagogos que atuam em Colégios Agrícola da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como, o processo ético da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados utilizados.

De posse dos dados, a investigação seguiu seu percurso no processo de análise dos dados coletados, apoiado na análise da teoria de Bardin (2016), tendo a seguir, na próxima seção, as considerações finais. Finalizando esta dissertação, encontram-se as referências bibliográficas que foram utilizadas na

pesquisa, o parecer Consubstanciado emitido pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná (Anexo 01) e o instrumento de pesquisa - questionário *on-line* utilizado como instrumento de coleta de dados, aplicado aos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas (Apêndice 01).

2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Neste capítulo, apresenta-se um panorama das políticas públicas da educação profissional no Brasil, com ênfase na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, desde o período colonial até hoje. O objetivo é entender suas transformações, desenvolvimento educacional e como se desencadeou o processo de industrialização, que influencia no processo econômico, político e social no país.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

As profundas reformas sobre as políticas educacionais no Brasil iniciaram-se no período de 1500, com a finalidade de estabelecer novos rumos para a educação, objetivando a melhoria da qualidade do ensino no país (CANDAU, 2001). Para melhor entender esse processo no campo da educação e trabalho, julga-se necessário um aprofundamento do estudo sobre o tema, destacando os aspectos políticos, sociais, econômicos e educacionais dessa modalidade de ensino.

Ao longo da história da educação no Brasil, percebe-se a fragmentação entre a educação geral e formação técnica, refletindo diretamente nas políticas curriculares para a educação profissional.

A partir de 1500, os trabalhos que aconteciam originavam-se de práticas de ofícios, trazidas pelos portugueses e visavam a integração entre os “saberes” e os “fazeres”, mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade. De acordo com Manfredi (2002, p. 67), “[...] os portugueses foram os primeiros professores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra e para a construção de casa”.

No período de 1549 a 1554, os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil e criaram as “escolas de ler e escrever”, ainda que de fundo catequético. Anchieta foi considerado pela população o “pai da educação no Brasil” (CORDÃO; MORAES, 2017).

Durante esse período, entre os anos de 1554 a 1749, foram fundadas outras escolas ligadas à Companhia de Jesus. De 1749 a 1751, com a autorização da construção do Seminário Diocesano, em Mariana, houve

discordância pela comunidade científico/teologia embora esta instituição cuidasse também do desenvolvimento dos trabalhos manuais. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, por indicação do Marquês de Pombal, o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Essa expulsão provocou a desintegração da educação pública no Brasil, principalmente a educação profissional, representada pelo ensino dos trabalhos manuais (CORDÃO; MORAES, 2017).

O século XIX foi marcado pela colonização portuguesa, onde a economia brasileira era pautada na agroindústria. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1809, D. João funda o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro órgão criado pelo poder público para atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (RAMOS, 2014). Muitas transformações econômicas aconteceram, neste período, pois o Brasil deixou de ser um país com economia pautada somente na agricultura para ocupar-se, também, da indústria, conforme relata Cunha e Manfredi (2002, p. 72):

Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados para substituir o comércio que interessava à metrópole. Ao mesmo tempo, gestou-se a formação do Estado Nacional e a Constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais de um século, basicamente com a mesma estrutura.

Além disso, durante o Império, a formação da força do trabalho se concentrava nas associações religiosas e filantrópicas, como afirma Marcílio (1998, p. 153):

Entre os institutos criados nos anos de 1850 para atender às crianças pobres, destaca-se o Asilo Santa Leopoldina, fundado em 1854 em Niterói, destinado a menores a abrigar meninos e meninas [...], a casa dos Artífices de Manaus, em 1856, cujo objetivo de instruir os menores e encaminhá-los para um ofício.

Com a necessidade da extração do ouro em Minas Gerais, foram organizadas as casas de fundição e da moeda, e foi instituído um ensino especializado, destinado aos filhos dos brancos. Nesta época, foi criado o sistema de avaliação dos aprendizes (NASCIMENTO, 2018).

Paralelo a esse período, também foram criados centros de aprendizagem de ofícios nos arsenais da marinha no Brasil. A educação profissional começou

a surgir na história com o trabalho dos Jesuítas: “os colégios e as residências dos jesuítas passaram a funcionar como os primeiros núcleos de formação profissional, sendo chamados de “escolas-oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial” (CUNHA, 2002, p. 34).

Entre 1824 e 1827, foi instituída a educação primária, gratuita para todos, enquanto as primeiras escolas, chamadas “escolas de ler e escrever”, eram de fundo catequético. Este fato merece destaque, pois levou à criação do “dia do professor”, até hoje festejado em 15 de outubro (CORDÃO; MORAES, 2017).

Essas escolas teriam um tutor que podia ensinar tudo o que soubesse, enquanto monitores ensinavam professores a preparar lições para trabalhar com seus alunos, pois não havia currículos formulados para essas escolas. Em 1850, são criados os liceus de artes e ofícios nas principais localidades, sendo que o acesso a esses cursos era livre, com exceção para os escravos (CORDÃO; MORAES, 2017).

Entre 1840 e 1856, foram fundadas as casas de educandos artífices por dez governos, que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios da época, no contexto militar, para onde eram encaminhadas as crianças e jovens em estado de mendicância. Estes recebiam instrução primária e ofícios, como:

Tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, artífice, devendo permanecer por mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a finalidade de pagar a sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue ao final do período (MANFREDI, 2002, p. 76).

O Quadro 1 a seguir ilustra os principais fatos históricos que, em ordem cronológica, resumem o cenário da educação profissional, no período do império colonial de 1500 a 1856.

QUADRO 1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO

Ano	Trajétória histórica da Educação Profissional
1500	Chegada de Cabral ao Brasil, choque de culturas.
1549 a 1554	Chegada dos primeiros Jesuítas e criação das 1ª escolas de “ler e escrever”.
1749 a 1751	Construção do Seminário Diocesano e Discórdância da comunidade científico-tecnológica.
1759	Expulsão dos Jesuítas, desintegração da instrução pública no Brasil. Impacto da educação profissional e ensino de trabalhos manuais.
1808	Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e este passa a Reino Português (CORDÃO; MORAES, 2017).

1809	Criação do Colégio das Fábricas, primeiro órgão criado pelo poder público para artistas e aprendizes vindos de Portugal.
1911	Em São Paulo, capital, funcionam as primeiras escolas profissionais para o ensino das “artes industriais”, para homens e mulheres.
1824	Instituída a educação primária para todos, chamada “escolas de ler e escrever” de fundo catequético.
1840 a 1856	Fundadas as casas de artífices para crianças e jovens em estado de mendicância.

FONTE: a autora (2021)

Observa-se que no período imperial, a educação, principalmente a profissional, teve uma trajetória tímida e uma preocupação sistemática com a cultura da corte, pois a primeira escola criada no Brasil pelo poder público foi o Colégio das Fábricas, direcionado a preparar a elite brasileira (RAMOS, 2014).

O trabalho realizado no Brasil era comandado pelos portugueses e somente no final do Império, o governo nacional passou a assumir as oligarquias locais, representadas pelos produtores e comerciantes do café (NASCIMENTO, 2007). Com o advento dos últimos anos do Império e nas primeiras décadas de implantação do projeto político pedagógico republicano, o sistema educacional sofreu alterações e foi marcado por transformações socioeconômicas, devido à extinção da escravidão, pela consolidação da imigração e pela expansão da economia cafeeira.

No Brasil, as últimas décadas do século XX foram marcadas pelo surgimento dos novos desafios e mudanças expressivas no setor produtivo e educacional, promovendo a necessidade de uma proposta de educação profissional que além do treinamento das técnicas de produção, atendesse o novo cenário produtivo tecnológico (CORDÃO; MORAES, 2017).

Pode-se afirmar que a Primeira República se destacou como um período de grandes mudanças sociais, originando novas práticas e concepções para a educação profissional, conforme aponta Manfredi (2002, p. 94):

[...] ao lado da concepção assistencialista e compensatória, surgiu a concepção católico-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideias revolucionárias, concepção anarco-sindicalista de educação integral e, finalmente, a visão de formação profissional para o mercado de trabalho- para o exercício de funções e atribuições dos postos de trabalho do regime fabril e do trabalho assalariado capitalista. As concepções emergentes, somadas àquelas do período anterior, configurar-se-iam como matrizes político-pedagógicas de referência ao longo de todo o século XX.

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o governo assumiu a organização da burocracia administrativa do Brasil. Em 19 de abril de 1890, pelo decreto nº 346, o governo provisório criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública. O decreto foi revogado pelo presidente da república Deodoro da Fonseca, pela Lei nº 23, de 20 de outubro de 1891. Essa reforma instituiu o regulamento da instrução primária e secundária, nela incluída a educação profissional (CORDÃO; MORAES, 2017).

Os anos seguintes, ressalta-se a importância das ações desenvolvidas no governo de Afonso Pena, que atribuiu a educação profissional para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e seria mantido com a colaboração entre Governo da União e dos Estados. Fazia parte desse projeto a criação de campos e oficinas escolares, para que os alunos fossem habilitados no manuseio dos instrumentos. Este programa apresentou grandes avanços no ensino agrícola, na formação de chefes de cultura, capatazes e administradores (CORDÃO; MORAES, 2017).

Em 23 de setembro de 1909, é assinado o decreto nº 7.566 criando dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, localizadas em cada uma das capitais das várias unidades da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, sob a jurisdição do então Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e voltadas para o ensino de ofícios manufatureiros (CUNHA, 2009, p. 94).

É importante registrar que as Escolas de Aprendizes Artífices eram destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, tendo como finalidade a formação de operários, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos, da organização da educação profissional pública no país e, ao longo das consecutivas mudanças de denominações e transformações, vindas a constituir a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que culminou na criação dos CEFETs.

É importante frisar que as políticas para a educação profissional citadas, refletiam o perfil de sociedade que se desejava formar, a fim de atender às demandas específicas dos setores produtivos e avanços tecnológicos.

Em 1910, começaram a funcionar em São Paulo as primeiras escolas profissionais oficiais, destinadas ao ensino das “artes industriais” para o sexo masculino e de “economia e prendas manuais” para o feminino (CUNHA, 2009).

A criação das escolas de aprendizes artífices e do ensino agrícola é um elemento fundamental na história da educação profissional, mostrando o fato de que reavaliou as relações de trabalho no país, ampliando o horizonte de atuação, para atender às necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e indústria (NASCIMENTO, 2018). Assim, a Primeira República se identificou como um período de grandes transformações e de movimentos sociais que moldou a educação profissional.

Com a promulgação da Constituição de 1937, é estabelecida a competência federal para “fixar as bases e os quadros da educação nacional”, configurando os indicativos de uma organização sistematizada de ensino industrial, que delineava o papel do Estado, das empresas e dos sindicatos na formação das “classes menos favorecidas” (BRASIL, 1937). O art. 129 dessa constituição define:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas, é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados (BRASIL, 1937).

Esta foi a primeira vez que o Estado proporcionou abertura às empresas industriais para que formassem escolas para os seus aprendizes. Como resultado dessas discussões, a comissão concluiu o anteprojeto denominado “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, submetido à apreciação do presidente e assinado em 30 de janeiro de 1942, como decreto lei nº 4.073 (BRASIL, 1942). Este decreto tem como objetivo a preparação dos profissionais trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, agora em nível de segundo grau, paralelo ao ensino secundário¹. De acordo com Machado (1982), o decreto aponta em seu art. 18, alínea III, que:

O ensino industrial começou a se vincular ao conjunto da organização escolar do País, pois permitia-se o ingresso dos egressos dos cursos técnicos em nossas escolas superiores diretamente relacionadas à sua formação profissional. O ensino industrial seria ministrado em dois ciclos. No primeiro, incluía-se o industrial básico, o de maestria, o

¹ Entende-se por ensino secundário nome anterior dado ao ensino médio.

artesanal e a aprendizagem. No segundo, o técnico e o pedagógico (MACHADO, 1982, p. 35).

Essa modalidade também proporcionou ao aluno o ingresso na educação superior, possibilitando uma nova oportunidade de ensino aprendizagem, consolidando a inserção tanto social como educacional desse sujeito.

É importante frisar que, além da Lei Orgânica Industrial, outras leis foram criadas a partir de 1942, contribuindo com a formação dos profissionais da época. Além disso, as escolas de aprendizes foram transformadas em escolas técnicas federais e, com a criação do SENAI e SENAC, o ensino profissional teve sua consolidação.

A criação das primeiras Leis Orgânicas do Ensino Profissional da educação nacional, aconteceu com a Reforma Capanema, onde começou a ser publicada em 1942 e foi concluída em 1946. Os decretos, regulamentados, neste período, foram chamados “Leis Orgânicas da Educação Nacional”, “Lei Orgânica do Ensino Secundário, 1942, “Lei Orgânica do Ensino Comercial, 1942, “Lei Orgânica do Ensino Primário, Ensino Normal e Profissional”, 1946 (CORDÃO; MORAIS, 2017).

Isso propiciou a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048. Em 16 de julho do mesmo ano, o Decreto-Lei nº 4.481 estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação trabalhista, com a obrigatoriedade de contratação de aprendizes pelas indústrias (CORDÃO; MORAIS, 2017).

Em 10 de janeiro, de 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto nº 8.621. Naquele mesmo dia, o Decreto-Lei nº 8.622 definiu as funções das empresas de setor terciário com relação aos aprendizes (CORDÃO; MORAIS, 2017).

O marco que estabeleceu as alterações da reforma é a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº 9.394/1996 - LDBEN, determinando conceitos ideológicos para uma nova estruturação do ensino profissional.

Com a valorização do ensino profissional, criou-se estratégias para a formação da força de trabalho no país, ficando a condução do sistema federal de ensino, sob o controle direto do Ministério da Educação, e outra dos cursos

de Aprendizagem, sob o controle das classes empresariais, por intermédio do Senai e Senac (MACHADO, 1982). A lógica das duas posições e de distinção de classes deste decreto perdurou por 16 anos, resistindo às lutas de grupos de educadores do Ministério da Educação (MEC), que defendiam uma escola unificada, que não institucionalizasse a separação entre o trabalho manual e o intelectual.

Frente à descrição dos fatos apresentados, por meio deste resgate histórico, evidencia-se que o período foi marcado pelo crescimento acentuado do ensino técnico industrial no Brasil, onde passou por modificações importantes em sua estrutura (NASCIMENTO, 2018).

De acordo com Nascimento (2007, p. 237), “os cursos técnicos industriais nasceram sob a tutoria de um grande crescimento industrial do Brasil”. O autor ainda aponta que, incentivado pela acelerada expansão industrial do país, que assegurava um mercado de trabalho favorável à indústria, passava a disputar os poucos técnicos que se formavam, oferecendo estágios bem remunerados e altos salários, muitas vezes superiores aos de engenheiros recém-formados.

Entretanto, evidencia-se a importância dos cursos por se tratar de estudos que, além de formar profissionais com conhecimentos técnicos, preocupam-se com a formação do cidadão. Nesse sentido, a educação profissionalizante se torna de extrema importância, pois os países em desenvolvimento precisam de profissionais preparados para o mundo globalizado.

Para uma melhor organização dos fatos, o quadro 2 apresenta os principais fatos históricos ocorridos no ensino profissional e técnico, a partir da proclamação da República, com aporte teórico segundo os autores Cordão e Moraes 2017.

QUADRO 2 - FATOS HISTÓRICOS DO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO

Ano	Fatos históricos do ensino profissional e técnico
1890	A reforma regulamenta a instrução primária e secundária e nesta se inclui a educação profissional.
1909	Criação de dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” (Decreto nº 7566).
1911	Em São Paulo, capital, funcionam as primeiras escolas profissionais para o ensino das “artes industriais”, para homens e mulheres.
1930	Em 1937, estabelecida a competência federal que fixou “as bases e os quadros da educação nacional”. A educação primária é declarada obrigatória e gratuita.
1942	Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto - Lei nº 4.244 /42 e do Ensino Industrial (decreto - Lei nº 4.073/42).
1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto - Lei nº 6.141/43).

1946	Leis-Orgânicas do Ensino Primário (Decreto - Lei nº 8.529/46), do Ensino Normal e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46).
1946	A gratuidade da escola primária continua nos níveis superiores de ensino. Publicação das Leis Orgânicas do Ensino Brasileiro.
1930 a 1945	Em 1937, estabelecida a competência federal que fixou “as bases e os quadros da educação nacional”. A educação primária é declarada obrigatória e gratuita.
1946	A gratuidade da escola primária continua nos níveis superiores de ensino. Publicação das Leis Orgânicas do Ensino Brasileiro.
1950 a 1954	Debates sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com fundamento na Constituição Democrática de 1946 que permitiu que concluintes do curso de educação profissional pudessem continuar seus estudos no nível superior.
1961	Aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDBEN). Equiparação do ensino profissional ao ensino acadêmico.
1971	Lei nº 5.692, tinha como princípio à profissionalização do então ensino secundário, na tentativa de unificar os antigos ensino primário e médio, eliminando as diferenças entre os ramos secundário – agrícola, industrial, comercial e normal.
1967 a 1982	Substituição da Constituição Democrática de 1946 pela Constituição promulgada em 1967, pelo governo militar. O ensino passa a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos e gratuito nos estabelecimentos públicos de ensino.
1988	Pela Constituição Federal de 1988, a educação básica será gratuita e obrigatória para toda educação básica, dos 4 aos 17 anos. A educação profissional está na confluência de dois direitos da pessoa: o direito à educação e o direito do trabalho.
1991	Criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, em formato similar ao Senai e Senac.
2004 a 2008	Nova regulamentação para a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e ensino médio, matrícula única.
2012	Aprovadas novas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Ajustes feitos na LDBEN, em relação à educação profissional técnica de ensino médio, lei nº 11.741/2008.
2014	Sancionada a Lei n.º 13.005/ aprovou 25 metas e estratégias a serem cumpridas até 2024/ oferecer 25% das matrículas a jovens e adultos, de maneira integrada à educação profissional. Nacional de Educação.
2016 a 2017	Aprovado o novo Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005/2014. Regulamentação da educação a distância - EaD. Mudanças nos currículos de ensino médio, seja composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
2018	Portaria nº 1.249, dispõe sobre a metodologia de acompanhamento e avaliação das ações voltadas à gratuidade regimental, elaborada de comum acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.
2019	Portaria nº 1.719, dispõe sobre a reabertura do processo de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.
2020	Portaria Setec nº 407, dispõe sobre o Plano de Monitoramento e Avaliação da oferta de cursos de Educação Profissional

FONTE: Adaptado pela autora a partir de Cordão e Moraes (2017)

Esse período de 1890 a 2020 é considerado referencial na trajetória da educação profissional no país. Devido às transformações econômicas e educacionais que ocorreram no mundo do trabalho, o processo educativo passou a ter um olhar voltado para os novos tempos, configurando novas maneiras de aprender e ensinar no processo produtivo de novas técnicas.

Pode-se observar que, durante aproximadamente 20 anos de reforma marcados por avanços, tensões, conflitos e retrocessos, o cenário das políticas públicas da educação emerge da necessidade de mudanças das instituições que ofertam essa modalidade, levando em consideração as novas bases e novas formas de organização produtiva, reconfigurando os saberes na construção do conhecimento baseado num currículo de metodologias e competências voltada para o princípio da igualdade, na perspectiva de uma formação mais humanitária.

Para além das considerações sobre a história da educação no Brasil, é importante observar as políticas educacionais do país, as quais serão tratadas na próxima seção.

2.2 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

As políticas públicas são alteradas constantemente, acompanhando as mudanças da sociedade. Essas mutações estão associadas também aos fatos históricos do país e do mundo, que representam o poder de cada época. No Brasil, essas políticas são elaboradas a partir de discussões temáticas, quando são discutidos temas que garantem uma educação de qualidade.

Nesses debates, pede-se a participação da sociedade, alunos, professores, pais e governo. Este é o momento em que os cidadãos podem dar sua opinião e defenderem seus pontos de vista sobre a educação. Porém, muitas das relações diante do processo ensino aprendizagem, não se dão dessa maneira. Por exemplo, apesar da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, ter sido feita com uma consulta pública, muitas das suas contribuições e organização não atendem às necessidades da realidade educacional brasileira. As políticas educacionais são originadas das leis votadas pelo Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal, podendo, ainda, receber a contribuição do Poder Executivo.

É seguindo esses parâmetros que se pode entender que as políticas educacionais desenvolvem a compreensão do mundo em que o aluno está inserido, defendendo suas ideias e exercendo a cidadania.

Sob um olhar histórico, as políticas públicas educacionais são consideradas um meio de construção de valores e conhecimentos, possibilitando o pleno desenvolvimento da educação, sendo de extrema importância para o

país. Por conseguinte, devem ser levadas em consideração as políticas públicas abordadas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.

Limita-se este estudo às políticas públicas da educação profissional e sua importância na educação do país, a partir da promulgação da nova Constituição Federal do Brasil (1988). Viveu-se um período histórico controverso de políticas da educação profissional, promovido pelo Governo da época onde ocorreram mudanças estruturais na educação e na sociedade, na qual se iniciou uma reconstrução da política pública para a educação profissional e tecnológica, corrigindo distorções ocorridas em governos anteriores, conforme o exposto no documento Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2004).

Diante do exposto, reforça-se a importância das políticas públicas como sendo ferramentas de uma sociedade democrática, que defende os direitos do cidadão. As políticas públicas têm grande importância para a educação, pois é por meio delas que ocorrem as transformações na área educacional.

Em 2001, surgiu a proposta de desenvolvimento pela Pedagogia das competências (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) entre os professores de ensino profissionalizante, “que desenvolvem posturas reflexivas, diante do conhecimento, habilitando o aluno a conviver com novos paradigmas produtivos tecnológicos e gerenciais, de forma crítica e criativa” (GUIMARÃES, 2014 p. 17).

Tais considerações vêm ao encontro com os quatro pilares da educação, nos quais o docente deve aproveitar os conhecimentos que o aluno traz sobre o mundo (físico e social) e valorizar os saberes e vivências culturais em seu plano de ensino. É necessário entender as relações do mundo do trabalho, para que esses estudantes possam definir seus projetos de vida, pessoal, profissional e social, com responsabilidade e liberdade, recorrendo à investigação, à reflexão, à análise crítica dos fatos, para investigar causas, formular e resolver problemas.

Com o governo eleito em 2002, a equipe que assumiu o Ministério de Educação e, também, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, propôs-se a reformular a política pública para a educação profissional e tecnológica,

“resgatando as contribuições acadêmicas geradas nas últimas décadas, as experiências institucionais e dos grupos comunitários, explorando os espaços

legislativos e corrigindo as distorções que ocorreram durante esse percurso” (MEC/SEMTEC, 2004a, p. 6).

Com a revogação do Decreto nº 2.208/97 por meio do Decreto nº 5.154/2004, é que se deu os princípios norteadores da política de educação profissional, articulada à educação básica. Ramos (2004) traz informações relevantes quanto às discussões acontecidas na implementação desse Decreto, como será apresentado a seguir.

Esse novo Decreto (5.154/2004) foi motivo de contradições, o que causou mobilização na sociedade civil, argumentando a necessidade de se dar uma direção ético-política à classe trabalhadora no Brasil. Ao invés de acontecer uma política de integração entre educação básica e profissional, abraçando os sistemas federais e estaduais, a fragmentação desta foi posta em prática, começando pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2004).

Porém, com a retomada do desenvolvimento econômico nacional, novas perspectivas surgiram na educação profissional no Brasil. Nessa época, novas medidas foram apresentadas, medidas que contemplam a integração entre a escola profissional e o ensino médio.

Entre essas medidas, é importante destacar a inclusão da implementação da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, a expansão da rede federal e o apoio aos sistemas estaduais, por meio do Programa Brasil Profissionalizado. O PROEJA foi uma conquista das lutas pelo direito à educação para uma formação de qualidade mediada pelo trabalho. Hoje, as principais finalidades da EJA é a formação de jovens e adultos trabalhadores (RAMOS, 2014).

A lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, cria o Programa Escola das Fábricas, com um modelo restrito de aprendizagem profissional. Tal fato fez com que as discussões e controvérsias continuassem. A reestruturação do MEC colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da educação profissional, justificando que a integração não seria prioridade naquele momento (BRASIL, 2005).

Contudo, o MEC defendia a implementação da integração, desde que atendesse à algumas imposições, como: encaminhamento de uma proposta de Diretrizes Curriculares Operacionais ao Conselho Nacional de Educação, e revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com a nova concepção.

Porém, as entidades públicas não chegaram a um acordo para que a política de integração se tornasse hegemônica e organizou-se o ensino médio em três séries anuais, seguidas por mais um ano de estudos profissionalizantes, o que pode se deduzir, neste caso, que há uma independência entre o curso médio e o profissionalizante.

Nesse contexto, a educação integrada pretende superar a visão do ser humano dividido historicamente pela divisão social, a ação de pensar, de dirigir ou de planejar. A educação integral garante ao adolescente e trabalhador uma formação completa para sua atuação como indivíduo que pertence a um país, integrado a uma sociedade política (CIAVATTA, 2005). Então, a integração do ensino médio com o ensino profissional técnico de nível médio traz de volta a discussão da necessidade de superar a fragmentação do conhecimento e a separação entre conhecimento geral e específico neste nível de estudo.

Em 2007, pelo Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, surge o Programa Brasil Profissionalizado, destinado para as redes estaduais, cujo objetivo foi implantar a educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio. Posteriormente, o programa foi implantado nas redes federais (BRASIL, 2007).

Destaca-se que 2008, acontece a expansão da rede federal de educação tecnológica, bem como suas funções de ensino superior e com isso, foram criados os Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e Escolas Técnicas (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, a lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e técnica por meio de ações de assistência técnica e financeira.

É válido salientar a proposta do Plano Nacional de Educação 2011-2020, citada na Conferência Nacional da Educação (CONAE), que aconteceu em 2010. Diversas sugestões foram apresentadas e acatadas e, a partir destas contribuições, o Ministério da Educação elaborou a proposta com várias premissas levando em conta as principais reivindicações da sociedade, os indicadores atuais e as tendências de crescimento esperadas na educação, segundo projeções de investimentos públicos na educação (BRASIL, 2010).

Diante de vários aspectos abordados nesse contexto, observa-se que as pesquisas sobre educação profissional trazem uma abordagem sobre o trabalho como “princípio educativo”, compreendendo que um projeto de educação profissional não é apenas o ensinar a fazer e preparar para o trabalho, mas ensinar as pessoas a serem críticas e entender a educação como prática social. A próxima seção apresenta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Nesta seção, apresenta-se uma abordagem sobre a educação profissional técnica de nível médio no Brasil, com ênfase nos anos 90, período este promissor para os estudos sobre esta modalidade de ensino.

Educação profissional é uma modalidade de ensino, que pode ser considerada como um complemento da educação básica. A educação profissional tem como objetivos principais promover, além da formação de técnicos de ensino médio, a qualificação e profissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade.

Outro objetivo importante a ser considerado é o de superar o dualismo escolar, ou seja, mudar a relação de desigualdade de condições em relação à classe trabalhadora, uma vez que quem tem condições econômicas melhores, cursa o ensino superior e conquista trabalhos com melhor remuneração no mercado, e os menos favorecidos fazem o ensino profissionalizante.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 - LDBEN, a educação profissional é apresentada como uma modalidade educacional (Título VI, Capítulo III, art. 39) voltada para o “desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Ao explicitar sobre a educação profissional, a LDBEN apresenta algumas possibilidades de organização, a integração com as diferentes formas de educação (parágrafo único do art. 39) e “articulação com o ensino regular ou por [meio de] diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996). Há, ainda, a explicitação de que as escolas técnicas e profissionais (até então identificadas como aquelas que ofertavam predominantemente cursos de 2º grau de caráter técnico ou profissionalizante), “além de seus cursos regulares”, passarão a

ofertar “cursos especiais, abertos à comunidade”, voltados para a educação profissional, sem condicionamento da matrícula aos níveis de escolaridade (BRASIL, 1996). Observa-se que a possibilidade prevista na LDBEN de que o ensino médio possa preparar os estudantes para “o exercício de profissões técnicas”, garantida a formação geral, é mais uma entre as tantas formas de organização da educação profissional previstas pela legislação (BRASIL, 1996). Objetivando identificar, a partir dos anos 90, o percurso histórico de mudanças da educação profissional técnico de nível médio, Decreto nº 2.208/1997, proibia a oferta do ensino médio integrado com a educação profissional, considerando-os duas categorias distintas, assim, o ensino médio passava a ser o acesso para o ensino superior. Esse decreto, além de promover a separação entre ensino médio e ensino técnico, também influenciou na fragmentação desta modalidade educacional (BRASIL, 1997).

Diante de tal argumento, o decreto mencionado estabelecia os objetivos e níveis da educação profissional no país e os mecanismos de articulação desta modalidade com o ensino regular, conforme o que diz a Legislação:

Sob a coordenação do Ministério da Educação, a reformada educação profissional teve como objetivo promover o reordenamento estrutural operacional do ensino técnico-profissional, separando-o da educação escolar nas instituições públicas. No que se refere à iniciativa privada, incentivou e promoveu, com recursos públicos, a diversificação e a ampliação da oferta (PARANÁ, 2006, p. 16).

Ainda em 1997, inicia-se o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (Brasil, 1997). O PROEP é uma iniciativa do MEC, cujo objetivo é a implantação da reforma da educação profissional determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Os recursos utilizados entre 1997 a 2003 chegam aos 500 milhões de dólares e foram emprestados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (NASCIMENTO, 2018).

Destaca-se que as discussões acerca deste tema vinham sendo realizadas desde a década de 1980, apresentando uma proposta de educação básica que supere a dualidade entre a formação geral e a formação técnica. Há participação de representantes das instituições científicas, educadores, pesquisadores, representantes dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, e outros órgãos do governo, Sistemas Educacionais de Ensino,

representantes do Sistema “S” (SESI, SENAI, SESC e SENAC) e parlamentares, iniciou-se a elaboração da minuta de um novo decreto, para substituir o Decreto nº 2.208/1997 (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005).

Como resultado desses debates, foram elaboradas três minutas para o novo decreto, revogando o Decreto nº 2.208/97 e incorporando trinta sugestões, elaboradas pelas instituições, educadores pesquisadores e parlamentares (BRASIL, 1997).

Em 2003, aconteceram dois seminários de abrangência nacional: o primeiro foi Seminário Nacional sobre o Ensino Médio e Educação Tecnológica, que teve como objetivo a educação média e tecnológica, e sua relação com a educação profissional, provendo debates entre o Governo Federal, as Secretarias Estaduais de Educação e entidades científicas e pesquisadoras.

Nesses encontros, aprofundaram-se as reflexões sobre as categorias de conhecimento, trabalho e cultura, além de efetivar a elaboração de documentos que fornecessem elementos para a “construção da Política de Ensino e da Educação Profissional” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005, p.190).

O segundo seminário chamado Seminário Nacional de Educação Profissional-Concepções, Problemas e Propostas, aconteceu em junho de 2003 e teve como objetivo a elaboração de um elemento-base para subsidiar o debate e estabelecer diálogo com as instituições e organizações interessadas nas questões de Educação Profissional. Parte dessas ações são desempenhadas pelo Programa Brasil Profissionalizado, ramo do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (RAMOS, 2014).

No Decreto nº 5.154/2004, que veio substituir o Decreto nº 2.208/97, instituído por meio do artigo 4º, foi restabelecida a integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio. A educação profissional e tecnológica para o ensino médio é oferecida de forma integrada, concomitante ou subsequente. Integrada quando possui uma só matrícula na mesma instituição, desenvolvendo a ensino médio e profissionalizante ao mesmo tempo; concomitante, quando tem duas matrículas, uma de ensino médio e uma de ensino técnico, em instituições diferentes e subsequente (para concluintes do ensino médio), para alunos que querem complementar seus estudos a ter uma profissionalização.

A educação profissional integrada e concomitante ao ensino médio deu origem ao PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), cujo objetivo é democratizar, expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, como também, cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Com a implantação do PRONATEC é intensificada a expansão de escolas técnicas no país.

Elaborados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, os Catálogos Nacionais de Cursos apresentam os eixos tecnológicos que representam a base curricular da educação profissional, bem como, as áreas a serem trabalhadas, como a escola está estruturada. O Catálogo Nacional de Curso Técnicos (CNCT) é o instrumento que disciplina os cursos de educação profissional técnica de nível médio, que orienta estudantes, instituições e a sociedade. Instituído pelo MEC, segundo Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008, é periodicamente modificado, acompanhando as demandas socioeducacionais. Por isso, é necessário que o trabalhador conheça a tecnologia, a ciência e os projetos necessários para a produção do trabalho (BRASIL, 2008).

Acompanhando a linha de abordagem, a Lei nº 11.741/2008, estabelece as diretrizes para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional de nível médio, integrando-se com todos os diferentes níveis e modalidades da educação (BRASIL, 2008).

Ainda em relação aos fatores históricos contemporâneos, o Quadro 3 apresenta os fatos que ocorreram na Educação Profissional Técnica de Nível Médio a partir de 2012.

QUADRO 3 - FATOS HISTÓRICOS DE ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Ano	Trajetória histórica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
2011	Lei nº 12.513, institui a ampliação do rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, estimulando a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.
2012	Resolução CNE/CEB nº 6, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.
2017	Lei nº 13.415, Art. 36, o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino
2020	Portaria nº 376, as instituições ficam autorizadas, em caráter excepcional, quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento, a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais.

FONTE: a autora (2021).

Os cursos de educação profissional têm o objetivo de uma formação humana ampla e integral, desenvolvendo ações junto à sociedade com base em suas dimensões social, política, cultural e econômica, formando cidadãos para o mercado de trabalho técnico, comprometidos com a sociedade e o desenvolvimento sustentável (BARACHO, 2006).

Com relação ao desenvolvimento social, precisa-se buscar um desenvolvimento socioeconômico e ambiental, de maneira que o Brasil caminhe para a construção de um mundo melhor, inclusivo, sustentável e solidário.

A educação profissional, associada à educação para a vida, em sentido amplo, proporciona aos trabalhadores o desenvolvimento de conhecimentos e saberes que os preparem para analisar e entender os fatos de uma maneira crítica e criativa. Ademais, as sucessivas mudanças no sistema produtivo houve exigem uma qualificação permanente, a partir de novos perfis profissionais.

As atividades técnicas de ensino médio passam por mudanças sociopolíticas que contribuem para a construção de uma nova sociedade, apoiada na cidadania e na superação de condicionantes econômicos, exigindo dos trabalhadores, cada vez mais, capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico e espírito empreendedor, em relação ao mercado de trabalho.

Acompanhando a história da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, constata-se que a educação foi marcada por lutas, contradições, mudanças e interesses políticos e econômicos, que determinaram os caminhos dos processos educativos e a formação da classe trabalhadora, que foi a real finalidade da educação no país. Nesta seção, a pesquisadora buscou compreender e atualizar seus conhecimentos sobre a temática investigada por meio da pesquisa bibliográfica. No próximo capítulo será abordada a função social e educativa da educação profissional e dos colégios agrícolas.

3 FUNÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Apesar das mudanças ocorridas na história, o saber produzido e sistematizado é transmitido por meio da instituição escolar. A escola é uma instituição social que tem como função desenvolver as habilidades cognitivas, afetivas e físicas do ser humano, formando cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, constituindo, assim, profissionais, capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a escola é uma entidade socializadora, um espaço de ação educativa e sua participação é fundamental na promoção de mudança da sociedade. A função social da escola é discutida desde os tempos remotos, onde se fala sobre a participação dessa instituição em relação ao desenvolvimento do ensino aprendizagem do aluno. Assim, a escola é uma entidade socializadora, um espaço de ação educativa, e sua participação é fundamental na promoção de mudança na sociedade.

Nesse sentido, a escola deve organizar processos de aprendizagem dos alunos para desenvolver competências que contribuam para a melhoria da aprendizagem, preparando o cidadão para o pleno exercício da cidadania. Entende-se então que a escola é um agente de mudanças sociais (MORAN, 2005).

A escola vai além da transmissão do conhecimento. Ela possibilita que o aluno busque informação no campo profissional ou de acordo com suas necessidades em relação á sociedade, levando o aluno a interagir com o meio em que vive. É, também, função social da escola comprometer-se com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável, tendo o social como eixo, apoiando-se no princípio da democratização e das relações sociais.

Freire (2018, p. 68) entende que “o papel da escola vai além de transmitir conteúdos, mas que ensinar é compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Para Libâneo (2012), a escola forma as pessoas para viverem em sociedade e que, para isso, essas pessoas precisam da ciência, da cultura e demais conhecimentos para resolver situações problemas, ter autonomia e responsabilidade, bem como conhecer seus direitos e deveres.

A educação é uma prática social, além de ser um direito básico de cada cidadão. Tem como objetivo maior o desenvolvimento integral do estudante, para que tenha valores éticos, sociais, políticos e, com esses valores, desenvolva ações junto à sociedade, atendendo as suas implicações econômicas, sociais, políticas, culturais e científico-tecnológicas. Na visão de Pinto e Dias (2018), a educação é um processo social que estabelece objetivos a serem alcançados pelo processo educativo. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 994),

A escola é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meio são relacionados com a formação humana, ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar.

Considerando a relação entre educação, escola e sociedade, e caracterizando os paradigmas que sustentam as práticas pedagógicas que acontecem no dia a dia, nas instituições de ensino, sabe-se que há exigências e desafios a serem enfrentados pela educação e pelos educadores na sociedade contemporânea.

Conforme o avanço de forças de produção, o conhecimento se constrói como ponto estratégico para um desenvolvimento econômico, político e social. Tal fato mostra a necessidade de se repensar criticamente, o papel social da educação e as transformações na sociedade globalizada.

Em face ao que foi relatado, pode-se afirmar que, pelas suas origens, objetivos e funções, a educação é um fenômeno social, estando sempre ligada ao contexto político e econômico de uma sociedade. Saviani (1991, p. 55) apresenta a seguinte proposição:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre as mesmas e a consciência que o homem tem em si mesmo, consciência esta que se modifica de época em época, de lugar para lugar, de acordo com o modelo ideal de homem e de sociedade.

De acordo com o autor, a educação é, então, um fenômeno social numa determinada visão de mundo, que estabelece os fins a serem atingidos pela educação de acordo com determinada sociedade. Por isso, o ato educativo não pode ser trabalhado de modo fragmentado, mas deve ser uma prática social, que

apresente aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos (SAVIANI, 1991).

Do ponto de vista de Silva (2017, p. 2) “A escola tem o papel de ensinar juntamente com a comunidade e formar para a cidadania e instruir o indivíduo sobre seus direitos e deveres como parte integrante da sociedade favorecendo a participação dos alunos em relações sociais”.

Com isso, resta, então acrescentar, que a escola, juntamente com toda a comunidade escolar busque conhecer o contexto escolar, bem como a realidade social desses indivíduos, para que possa desenvolver habilidades e colaborar na formação de seus alunos.

A escola, segundo a LDBEN, tem como função social formar o cidadão, e, desse modo, garantir as finalidades registradas no artigo 22: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). A seguir, apresenta-se a função social da educação profissional.

3.1 FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional é uma modalidade de educação, regida pelos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/1996 - LDBEN, conferindo aos alunos, igualdade de condições para acesso e permanência na escola, com liberdade de aprendizagem, valorização dos professores da educação e demais princípios regidos pelo art. 3º, onde estão contemplados, a formulação e desenvolvimento dos projetos pedagógicos da educação profissional.

A educação como direito social está garantida no artigo 205 da Constituição Federal:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O compromisso com a educação profissional agrícola deve se adequar aos interesses do homem do campo e oferecer um desenvolvimento de percurso

educativo em que se associe a teoria e prática. Dessa forma, a educação profissional, também, tem que atender aos rigores e observar as necessidades do aluno no processo da aprendizagem, pois deve se encaixar e atender ao perfil que a sociedade contemporânea demanda.

Assim, se proporciona uma formação educativa e social ao aluno de ensino médio, quando esse passa a ter uma visão do mundo da produção, tendo o trabalho como princípio educativo, colaborando na formação dos jovens para o seu desenvolvimento profissional.

Observa-se a escola como espaço social e responsável pela construção do conhecimento, onde se idealiza formar cidadãos críticos e reflexivos, que sejam atores na sua comunidade e na sociedade nas quais estão inseridos, de modo a criar uma conexão com a produção agropecuária e tudo o que está envolvido com ela, o homem, a saúde, meio ambiente, o equilíbrio, entre outros.

Por isso, é importante enfatizar que a educação agrícola precisa atender às necessidades dos alunos em formação profissional. Afinal, as escolas agrícolas proporcionam uma ligação entre o aluno e o meio rural, oportunizando ao jovem a vivência no campo e proporcionando o desenvolvimento pessoal e profissional, formando cidadãos comprometidos com a agricultura.

Entende-se que a formação que integra o ensino médio à educação profissional tenha por objetivo uma formação de estudantes que reflitam, criticamente, acerca da realidade como profissionais, e que as dimensões científica, tecnológica e social estejam presentes nas suas ações profissionais.

Compreende-se a educação profissional, como formação do homem em sua totalidade, articulando o trabalho manual e intelectual, formando cidadãos que compreendam a realidade e que possam atuar como profissionais que compreendam o processo nas suas dimensões científica, cultural, tecnológica e social (PARANÁ, 2006).

A escola deve fundamentar-se na igualdade, restabelecendo novas relações entre o trabalho intelectual e o profissional, integrando o ensino médio com o ensino técnico, visando o desenvolvimento integral do ser humano.

3.2 OBJETIVOS DO ENSINO PROFISSIONAL DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS

A educação profissional tem como objetivo formar profissionais técnicos com habilidades para atuar nos setores produtivos da área agrária, de modo a capacitá-los para a efetiva inserção no mundo do trabalho, visando à qualificação de produção agrícola, levando em consideração os princípios sustentáveis e de cidadania, subsidiar aos alunos na gestão de empreendimentos rurais, orientá-los para o acompanhamento da cadeia produtiva animal, vegetal e agroindustrial na elaboração de projetos de diversas produções com culturas adaptadas às condições edafoclimáticas da região, propiciando, de forma sustentável, o crescimento da propriedade rural, viabilizando o acesso às tecnologias modernas no âmbito da agropecuária, articulando os princípios científicos, dando aos estudantes condições de tornarem-se agentes transformadores dos meios de produção agropecuária e promover a articulação com os arranjos socioprodutivos local e regional.

Para exemplificar os objetivos da educação profissional dos Colégios Agrícolas serão utilizadas, como exemplo, as orientações do estado do Paraná.

O plano de curso técnico em agropecuária integrado, se orienta pela deliberação nº 09/06 - CEE/PR, estabelecendo que o aluno do Colégio Agrícola deve perceber, de maneira sistêmica, as implicações sociais, econômicas, políticas e técnicas de sua ação profissional, detectar os problemas e resolver com soluções técnicas de forma criativa, sustentável, rápida e coerente com a realidade rural, atuar em sistemas de produção agropecuária e extrativista, baseados em princípios de desenvolvimento sustentável, planejar, executar, acompanhar e fiscalizar as fases dos projetos elaborados, administrar propriedades rurais. Entende-se também que o aluno estará capacitado a aplicar, monitorar programas de prevenção, na produção animal, vegetal e agroindústria e, ainda, realizar medições, demarcações e levantamentos topográficos rurais.

Infere-se que a educação profissional, como formação humana, garante ao jovem e adolescente e ao adulto que trabalha, o direito a uma formação completa que lhe permita a leitura do mundo em que vive e que possa atuar como integrante de um país em sua sociedade política. Isso possibilita a formação de profissionais que saibam intervir em conflitos e encontrar soluções criativas em favor da solidariedade humana.

Portanto, o Técnico em Agropecuária será um profissional que poderá atuar no mercado de trabalho em empresas públicas ou privadas, desenvolvendo atividades compatíveis ao exercício da sua profissão. Este deverá ser um profissional comprometido com o desenvolvimento social e econômico, respeitando valores éticos, morais, culturais, sociais e ecológicos com competência profissional.

Segundo Ramos (2014), a educação profissional não só prepara para o trabalho, mas mostra as dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, preparando as pessoas para o trabalho autônomo e crítico da profissão. A educação profissional tem por objetivo além da formação técnica, intrinsecamente relacionada ao mundo do trabalho, associado à educação para vida, de proporcionar a esses trabalhadores mão de obra qualificada, para enfrentar a exigências do mundo contemporâneo.

Assim, os colégios agrícolas, partindo das finalidades propostas pela LDBEN, tem seu sentido histórico importante, surgindo assim, a relação com o processo de trabalho, convertido em força produtiva.

Diante do que foi exposto, ressalta-se a importância do colégio agrícola, por se tratar de uma escola de ensino profissionalizante que desenvolve nos alunos o amor pelo trabalho da terra, ensinando-lhes como enfrentar os desafios que o trabalho do campo apresenta.

3.3. FINALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As escolas profissionais técnicas têm por finalidade formar profissionais de nível médio em agricultura, que poderão trabalhar tanto na agricultura, como na área de produção animal, agroindustrial e, principalmente, no agronegócio. Esse ramo da agricultura orienta também o desenvolvimento da agropecuária, sendo possível o desenvolvimento de atividades econômicas, tendo em vista o fator de sustentabilidade dos sistemas de produção.

O curso técnico em agropecuária deve formar um profissional que atenda às necessidades peculiares da região, bem como à legislação vigente, com todas as suas alterações, pareceres e regulamentações, e que atuem como agentes

transformadores da realidade do meio rural propiciando melhorias na qualidade de vida da população.

3.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS

A organização curricular do curso técnico em agropecuária compreende, além das disciplinas da Base Nacional Comum, as disciplinas da área técnica, na forma concomitante e subsequente, totalizando uma carga horária de 3.840 horas e 133 horas de estágio, em cumprimento à Lei Federal nº 11.161 de 2005 e à Instrução nº 004/10 - SUED/SEED. Tem-se como exemplo a grade curricular das disciplinas técnicas do Estado do Paraná, vinculadas ao curso com a seguinte estrutura, conforme apresentado no quadro abaixo.

QUADRO 4 - DISCIPLINAS VINCULADAS AO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

N.	DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL
		1ª	2ª	3ª	
1	Administração e Extensão Rural		64h	64h	128h
2	Agroindústria		64h	64h	128h
3	Fundamentos de Agroecologia	64h	64h		128h
4	Horticultura	96h	64h	64h	224h
5	Infraestrutura Rural		64h	64h	128h
6	Produção Animal	128h	96h	96h	320h
7	Produção Vegetal	96h	96h	96h	288h
8	Solos	64h	64h	64h	192h
9	Zootecnia	64h			64h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			66h	67h	133h

FONTE: A autora, com base na Matriz Curricular Operacional em Agropecuária (2021)

Observa-se, portanto, que as disciplinas do primeiro ano focam em trabalhar os fundamentos que dão base ao curso técnico em agropecuária, muitas dessas disciplinas sendo expandidas posteriormente até a terceira série. As disciplinas exigem competências e conhecimentos técnicos, outras a reflexão e o aprimoramento dos conhecimentos.

Sabemos que a BNCC é um instrumento para a melhoria do ensino no país, mas o processo de reforma não tem ocorrido de forma satisfatória para a Educação Profissional Técnico de Nível Médio, sendo comumente secundário,

não contemplando os conteúdos da área técnica, onde a própria escola se organiza para fazer a integração das disciplinas técnicas com a Base Nacional Comum, não existindo uma normativa que traga claro o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades.

3.5 COLÉGIO AGRÍCOLA E A SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EDUCATIVA

Por muito tempo, o Governo deixou de se preocupar em criar escolas rurais, argumentando, como afirma Whitaker (1992), que as famílias rurais não valorizavam a escola, tendo preferência por colocar seus filhos para trabalhar ao invés de estudar.

A educação para os alunos do meio rural, no Brasil, surgiu a partir de um conturbado processo histórico, econômico, social e cultural. Mesmo após a escola rural ser aprovada, estava sem suas diretrizes políticas e pedagógicas formuladas e sem recursos financeiros disponíveis para sua manutenção.

Conforme Calazans (1993), no fim do século XIX, houve um impulso para o desenvolvimento da educação rural, mas só em 1930 e, especificamente nas décadas de 50 e 60, começou a surgir a educação rural no país. Após 1960, devido aos movimentos sociais favoráveis à criação de uma escola agrícola, foi elaborado um modelo pedagógico que levava em conta as características e necessidades dos alunos do campo.

Em 2002, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo, resgatando, portanto, uma dívida com o setor. As escolas agrícolas continuaram a enfrentar problemas, como condições físicas precárias, recursos insuficientes para manutenção, falta de qualificação dos docentes e descaso dos órgãos mantenedores. A educação precisava receber um novo olhar, para uma educação mais justa, contextualizada e que atendesse ao público a que se destinava (BRASIL, 2002).

Composta pelas disciplinas de base nacional comum e área técnica, a educação profissional agrícola é de regime integral. As duas modalidades, pedagógicas e profissionais, devem interagir entre si formando um espaço de

aprendizagem. O curso de educação profissional técnico em agropecuária integrado tem duração de 3 (três) anos.

A estrutura de um Colégio Agrícola é formada por funcionários técnicos administrativos, cujas funções são de atendimento na biblioteca, auxiliar na parte contábil, almoxarifado, laboratório de informática, merenda escolar, secretaria e internato. A instituição possui uma equipe de manutenção e serviços gerais, incluindo lavanderia, cozinha e vigia, dando total suporte à escola.

A educação de ensino médio e profissional de um Colégio Agrícola une estudo e trabalho. A escola também oferece aos alunos o regime de internato, onde permite aos estudantes permanecerem no colégio durante a semana, esses jovens e adolescentes, na maioria, são oriundos do meio rural (DEP/SEED, 2005).

O regime de internato destina-se aos estudantes originários de outros municípios e estados, que passaram por um processo de seleção, entrevista, para ingressar na instituição e que têm sua vaga garantida desde que cumpram as regras e normas estabelecidas pelo estabelecimento. O acompanhamento dos estudantes em condição de internato é realizado pela equipe de administração, pelos auxiliares administrativos e inspetores, no que diz respeito à aprendizagem, segurança, bem-estar e convivência entre os educandos.

A organização e manutenção da Unidade Didática Produtiva - UDP, que compreende um espaço de laboratório de aprendizagem de 111 hectares (são terras chamadas de Unidade Didática Produtiva ou Fazenda Escola), distribuídos em setores como aviário, apicultura, bovinos, caprinos, horta e oficina de manutenção de máquinas, sendo de responsabilidade de engenheiros agrônomos e médicos veterinários.

Inclui-se nesta equipe, os funcionários de campo, que colaboram com o bom andamento dos setores com as atividades práticas, a fim de proporcionar um ensino de qualidade, associando o planejamento do Colégio Agrícola, com apoio nos procedimentos pedagógicos, de modo a proporcionar aos alunos uma aprendizagem que os estimule a se comprometer com o processo educativo de uma escola agrícola (KOMATSU, 2003).

Essa visão de gestão exige uma articulação entre a natureza espacial, temporal e orçamentária. Esse ponto é um dos diferenciais do processo pedagógico de uma escola comum e de um Colégio Agrícola. Esses

procedimentos devem refletir no conhecimento do aluno, em sala de aula, além de todas as atividades externas do colégio como na fazenda escola, nas propriedades e nas empresas parceiras.

3.6 PROJETOS DESENVOLVIDOS NAS INSTITUIÇÕES AGRÍCOLAS

Os projetos agropedagógicos são verdadeiros laboratórios de ensino de aprendizagem, nos quais se desenvolve o conhecimento científico por meio das aulas práticas. Considerando esses aspectos de grande importância na aprendizagem, os projetos desenvolvidos contribuem para a formação integral do aluno, proporcionando um conhecimento crítico e reflexivo, além de uma prática social comprometida com o meio rural.

O Colégio Agrícola oferece potencialidades educativas, conduzindo a ações sociais como instituição de ensino médio, com práticas de educação para o trabalho. Atividades extraclasse como as aulas práticas, visitas técnicas, seminários, dias de campo agropecuários e projetos sociais, essas práticas desenvolvem nos alunos a auto-organização, o que facilita o processo de educação rural.

Os Colégios Agrícolas desenvolvem, ao longo de sua constituição, vários projetos que possibilitam práticas de implantação de culturas, plantio, manutenção, colheita, avaliação dos experimentos e acompanhamento dos resultados técnicos. Schulgin (2013) define o trabalho social como sendo um tipo de trabalho que produz resultados reais, concretos, e que tenha valor pedagógico e social.

Tem-se como exemplo, as diretrizes e determinações do estado do Paraná que agora podem exemplificar essas relações. Vale ressaltar que os Colégios Agrícolas desenvolvem vários projetos com parceiros locais e regionais, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Desenvolvimento Rural, Prefeitura dos municípios, Sindicatos Rurais e as Cooperativas, disponibilizando ao final do ano letivo dos 3º anos, vagas para contratação de estagiários, oportunizando os alunos a ingressar no mercado de trabalho, com uma perspectiva de contratação de emprego futuro, voltados para o mercado de trabalho do agronegócio, desenvolvendo práticas de uma educação

empreendedora. Essas empresas, além de oferecerem os estágios, fazem os dias de campo experimental nas escolas, onde os pequenos produtores agrícolas também participam, para divulgação de tecnologias, maquinários, produtos e a produtividade das culturas, trabalhando com um comparativo, desenvolvendo segundo o Projeto Político Pedagógico, as práticas pedagógicas envolvendo muita pesquisa, planejamento, organização e a integração interdisciplinar.

Outro fator que aproxima o estudante à sua realidade é entender esse processo, perceber e aplicar essas novas técnicas, despertando o interesse de aplicar o que aprendeu em sua propriedade, conferindo resultados práticos da teoria e, aos poucos, entender os fundamentos do trabalho para a sua vida.

Os Colégios Agrícolas propiciam aos alunos, além das práticas desenvolvidas nos setores da Unidade Didática Produtiva - UDP além das atividades extraclasse e estágio supervisionado. O estágio é um tempo de convívio, reflexão e a práxis dentro das propriedades. Nesse ato, o estudante avalia os dados técnicos e as ações desenvolvidas na rotina das propriedades e das agropecuárias, relacionando a teoria com a prática. Após os estágios, os alunos desenvolvem a escrita de relatórios como troca de experiências e ao final do curso apresenta seu Trabalho de Término de Curso - TCC para uma banca de professores, auxiliando na compreensão da sua profissionalização para com a sociedade. As empresas parceiras também são convidadas para assistirem as bancas, proporcionando aos alunos a oportunidade de saírem da escola, diretos para o mercado de trabalho.

Os Colégios Agrícolas constroem projetos de educação que valorizam o campo, empreendendo com os alunos, ações voltadas para a realidade e, principalmente, mostram que a vida no campo é um construto de dignidade. Torna-se, portanto, um lugar de produção de vida, onde os habitantes desses ambientes possam ter uma vida socialmente digna.

Todo esse processo de articulação e organização é realizado por meio de reuniões com a participação ativa da equipe da escola e as empresas parceiras, tornando possível de se trabalhar um formato pedagógico para que os “objetivos da educação em seu sentido social, político e pedagógico de formação para a cidadania tornem-se restritos às necessidades imediatas de qualificação profissional impostas pelo mercado de trabalho” (FAGIANI, 2013, p. 216).

Pode inferir-se que o ensino médio profissionalizante tem grande importância para a criação de mecanismos para auxiliar na agricultura, e, assim, pode-se considerar a educação como um elemento de transformação social (FREIRE, 2018). Ressalta-se que, com o fortalecimento da identidade rural da região, é possível desenvolver aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Nesta seção, a pesquisadora buscou apresentar a função educativa e social dos Colégios Agrícolas por meio da pesquisa bibliográfica. No próximo capítulo serão abordado as atribuições do Pedagogo na educação.

4 ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO

A Grécia é o berço da civilização, que possui como princípio o desenvolvimento individual do ser humano, incluindo assim, a educação. O vocábulo Pedagogia origina-se de *paidos* (criança) e *agodé* (condução), sendo o Pedagogo aquele que conduz a criança ao saber. Esse ato era conduzido por um escravo encarregado de acompanhar os filhos das elites ao encontro dos preceptores, bem como pela formação intelectual e cultural dessas crianças. (FRANCO, 1999).

Na trajetória da Pedagogia, percebe-se que a história levou muito tempo para reconhecer o status de cientificidade em relação à atividade do Pedagogo, assim, o Pedagogo passa a ser reconhecido como apoio educacional, um especialista da educação, ligado a todas as instâncias da instituição (FRANCO, 1999).

O curso de Pedagogia foi instituído no Brasil quando foi fundada a Universidade do Brasil em 1939, por meio do decreto Lei nº 1.190, cujo objetivo era formar profissionais para a escola secundária. Silva (1999), aponta que, segundo esse decreto, o curso de Pedagogia formava licenciados e bacharéis. O principal objetivo era formar um sujeito que fosse, capaz de desenvolver e administrar planos pedagógicos. O curso de Pedagogia tem sofrido diversas mudanças em relação a sua organização pedagógica e curricular, interferindo diretamente na formação desse profissional, resgatando sua identidade e formação.

A educação da atualidade apresenta-se complexa, com muitas mudanças, interferindo diretamente no trabalho do Pedagogo. Existem muitos desafios sociais que fazem parte da escola, e o Pedagogo é o profissional da educação que trabalha no enfrentamento dessas demandas,

A licenciatura em Pedagogia, conforme relata Ferreira, Haddad e Chupil (2020), é diferenciada das demais licenciaturas: matemática, português, ciências, história e as outras disciplinas da educação básica, devido à quantidade de conhecimentos básicos e teóricos que um Pedagogo precisa para atuar na escola.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, (LDBEN), a formação do Pedagogo para atuar na Educação Básica deve se dar

por meio do ensino superior. Ao mesmo tempo, a legislação admite que a formação mínima para a educação básica “em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são professores habilitados em nível médio ou superior para docência na educação infantil e nos cursos de ensino médio” (BRASIL, 1996). A formação dos profissionais para exercer administração, inspeção, planejamento e orientação básica, supervisão, acontecerá em cursos de licenciatura ou pós-graduação, em Pedagogia.

Considera-se, então, que a graduação em Pedagogia é o caminho a ser seguido para trabalhar nesta área. Por existir uma preocupação do Pedagogo em lidar com as mais variadas situações, sua formação depende de disciplinas na área social, bem como na área educacional e gestão, permitindo uma formação abrangente.

O curso de Pedagogia oferece teorias e métodos a serem empregados durante todo o seu percurso educacional. Portanto, o Pedagogo ficou conhecido como o profissional que pode atuar em várias áreas no campo da educação de forma direta e indireta, empregando os conhecimentos adquiridos durante toda sua trajetória no campo da Pedagogia, mediando conhecimentos, tendo como base principal a formação integral do ser humano.

O Pedagogo, durante vários anos, foi considerado apenas um profissional da educação, realizando seu trabalho dentro da escola. Hoje, sabe-se que esse profissional vai além dos espaços da escola, o que se chama função não-formal da educação. A resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006 do Conselho Nacional de Educação traçou, nas Diretrizes e Bases Nacionais para o curso de Pedagogia, o perfil do Pedagogo para atuar como um profissional da educação, na educação formal e não formal (BRASIL, 2006).

A educação não formal acontece fora dos ambientes formais, como a escola e a universidade, onde o Pedagogo se encontra como um profissional que auxilia no desenvolvimento de valores e das necessidades educacionais essenciais do cidadão, bem como o direito à educação. Atualmente, são vários os contextos de atuação do Pedagogo na educação não formal.

O Pedagogo Hospitalar, outro campo de atuação que pode ser exercido por este profissional. No ambiente hospitalar esse profissional da educação realiza o processo de ensino e aprendizagem para as crianças e jovens

hospitalizados, impossibilitados de frequentar a escola. Por isso, a presença deste profissional na educação hospitalar é imprescindível.

A função do Pedagogo hospitalar é de oferecer o direito à educação, a continuidade do conhecimento escolar. O processo de ensino pode contribuir para que o aluno possa enfrentar as dificuldades do tratamento de saúde, assim como, evitar a interrupção dos seus estudos.

O Pedagogo pode, ainda, atuar na Pedagogia Empresarial, na formação continuada, no desenvolvimento humano e formação dos funcionários. Sua atuação na empresa pode promover melhorias na condição de trabalho, no desenvolvimento integral e na aprendizagem dos funcionários.

Não obstante, considera-se também a Pedagogia social, que Quintana (1998) define como ciência da educação, porque oferece oportunidades para o conhecimento, destinada para grupos de pessoas portadoras de problemas particulares ou sociais. A Pedagogia social é um trabalho educativo que envolve especialidades e conhecimentos relativos à infância, adolescência, juventude, famílias desestruturadas, terceira idade e portadores de deficiência.

Segundo Quintana (1998), a Pedagogia social é um ramo da Pedagogia, que busca tratar das questões de toda a sociedade, além da formação do desenvolvimento humano, com o objetivo de formar educadores sociais para ação de intervenção sócio educativo na sociedade. O foco da Pedagogia social está direcionado para a sociedade, empregando metodologias que capacitem o indivíduo a ser um cidadão melhor, que possa promover mudanças na sociedade com resultados positivos. Barros (2012), complementa que o trabalho de um Pedagogo social exige conhecimento e compromisso, pois é uma atividade que prima por uma educação integral, quando oportuniza a construção da cidadania.

Considerando a área da Pedagogia em âmbito nacional possui um campo de estudos amplo, nos meios políticos, universitários, empresariais, hospitalares, sociais e rurais, permitindo o crescimento na carreira, de onde se pode inferir que a sociedade atual é pedagógica, sendo denominada sociedade do conhecimento, abrindo grandes perspectivas para atuar no mercado de trabalho.

Cabe destacar que, tendo em vista uma sociedade exigente, há necessidade da formação de um Pedagogo bem preparado, porque a sua função perpassa todo o contexto social, indo além da educação formal (LIBÂNEO, 2001).

Demo (1995) faz referência ao Pedagogo como um profissional, cujo campo de atuação é amplo. Ele atua em ambientes escolares e não escolares, “como instrumento mobilizador de competências e habilidades na análise crítica das situações, aliando os princípios éticos, estéticos, políticos e morais de construção de identidade individual” (DEMO, 1995, p. 125).

O Pedagogo é, portanto, um agente de transformação social, independente do espaço de trabalho em que ele realiza suas atividades profissionais, seja na escola, em hospitais ou em uma empresa, auxiliando no desenvolvimento profissional e pessoal do indivíduo.

Devido à complexidade das funções e atribuições do Pedagogo nas instituições escolares, identifica-se também os desafios que esse profissional enfrenta no cotidiano escolar, como por exemplo a formação continuada, a diversidade em sala de aula e a inclusão.

É preciso pensar na diversidade dos alunos, a inclusão, suas origens culturais, necessidades especiais e expectativas educacionais. A escola precisa assegurar a aquisição do conhecimento, contando com a participação de todos os envolvidos na educação, e essa atividade requer o trabalho do Pedagogo.

Conforme Ferreira, Haddad e Chupil (2020), os alunos de inclusão demandam um planejamento especial, como adequações curriculares e metodologias específicas, principalmente, de avaliações diferenciadas. São considerados alunos da Educação Especial, não só os portadores de necessidades especiais, mas alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem também, como os transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O Pedagogo é o profissional responsável pela formação continuada dos professores. Por meio desse processo, o docente pode se atualizar e melhorar a sua prática educativa, oportunizando seu crescimento profissional. Entende-se por formação continuada no *lôcus* escolar como as atividades de aprendizagem aos docentes que acontecem na escola onde o professor pode aprender ou aprimorar seus conhecimentos.

A formação continuada dos professores ocorre também nas horas-atividade, que são destinadas ao estudo, planejamento, compartilhamento com os colegas de pesquisas, sugestões e outras atividades de caráter pedagógico

a serem realizadas no ambiente escolar, visando a melhoria da qualidade de ensino (PARANÁ, 2018).

É nesse momento da hora-atividade que o Pedagogo pode estar monitorando os casos de alunos com dificuldades de aprendizagem e construindo estratégias para superação desses problemas.

Também, podem ser considerados momentos de formação continuada, as reuniões pedagógicas, geralmente quinzenais ou mensais, quando se discutem assuntos relacionados com o andamento da escola. A preparação desses momentos pedagógicos e de planejamento ficam sob a responsabilidade do Pedagogo.

Além das horas-atividades, as semanas pedagógicas também constituem espaço de formação continuada, sendo debatidos temas bastante relevantes sobre aprendizagem e educação.

Outra função importante atribuída ao Pedagogo é a responsabilidade pela aplicação da avaliação escolar, que compreende a avaliação da aprendizagem, que envolve três dimensões: a avaliação da aprendizagem, feita para o processo de uma avaliação emancipatória, a avaliação das redes de ensino e avaliação institucional.

A avaliação emancipatória compreende uma avaliação diagnóstica para facilitar ao professor o levantamento dos conhecimentos prévio dos alunos. Já a avaliação com objetivos formativos acontece durante todo processo de aprendizagem. É essa avaliação que, segundo Ferreira, Haddad e Chupil (2020), caracteriza a construção da autonomia, participação e construção da responsabilidade.

A avaliação da aprendizagem deve acontecer de forma processual e contínua, sendo avaliados aspectos qualitativos, como determina o art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, que determina a obrigatoriedade da recuperação paralela, de estudos durante todo ano letivo (BRASIL, 1996).

O Pedagogo desempenha importante papel, tornando-se ponto de apoio as demais funções da escola, articulando os processos de ensino aprendizagem na organização do trabalho pedagógico, sendo imprescindível para a organização das práticas pedagógicas na promoção da qualidade do ensino.

Para Libâneo (2010, p. 33), o “pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e os processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação”. Isso mostra que o trabalho do Pedagogo deve pensar em uma gestão democrática, que abranja toda a comunidade escolar e ofereça suporte aos outros trabalhos desenvolvidos em âmbito escolar.

Há uma necessidade, em sua função, de refletir sobre novos paradigmas, mediar o ensino-aprendizagem, observar a efetivação das funções pedagógicas e da gestão, além de garantir que haja um alinhamento das atividades para que condigam com a sociedade atual.

No entanto, não se pode desconsiderar que, em especial nas escolas públicas, sua posição é descontextualizada, pois cabe ao Pedagogo exercer as funções de maior necessidade no cotidiano da escola, de modo que seu tempo é reduzido para as ações que realmente são da sua competência.

Para ilustrar o estudo que essa dissertação se propõe, entende ser pertinente comentar as políticas implementadas para a função do Pedagogo no Estado do Paraná.

Ao fixar a fragmentação da estrutura curricular em duas partes distintas na Resolução nº 02/96 do CFE trazia consequências no trabalho do Pedagogo nas escolas. Os Pedagogos que prestavam concurso para as escolas da Rede Estadual de Ensino no Paraná passaram a ocupar as vagas de orientador escolar, supervisor escolar ou administrador escolar. Essas atribuições eram diferenciadas, a saber: o orientador escolar acompanhava a aprendizagem dos alunos, o supervisor supervisionava o planejamento e o trabalho do professor na sala de aula, e o administrador escolar auxiliava nas funções da direção (BRASIL, 1969).

Os supervisores escolares eram os defensores das políticas do estado e assumiam as funções burocráticas, tendo como foco a coerência técnica e neutra na escola, de acordo com concepção tecnicista da educação. O supervisor era considerado um fiscal do trabalho do professor e ocupava-se com o planejamento e currículo, ao passo que o orientador educacional tinha como atribuições as questões que se referiam ao acompanhamento aos alunos.

Essa função do Pedagogo nas escolas da Rede Estadual do Estado do Paraná teve seu desfecho com a aprovação do Plano de Carreira do Professor

do Paraná, em 2004. Nesta data, com a implantação do novo Plano de Carreira, os cargos de coordenador, supervisor e orientador foram substituídos por um único, o professor Pedagogo, título que permanece até hoje no Paraná. Foi instituído pela Lei Complementar nº103/2004 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (PARANÁ, 2004).

A partir dessa mudança da Lei, alterou-se, também, a atribuição do Pedagogo para uma identidade única, pois esse profissional passou a ser o responsável pela organização de todo trabalho pedagógico e acompanhamento de todo processo de ensino-aprendizagem, suprimindo as funções do supervisor, administrador e orientador.

Para exemplificar o trabalho desse profissional na educação, utilizou-se as atribuições do professor Pedagogo do Estado do Paraná. As atividades do Pedagogo, baseiam-se nas postulações de Ferreira, Haddad e Chupil (2020) que contempla: 1- coordenar a elaboração da execução da proposta pedagógica da escola, assegurando o cumprimento dos dias letivos e hora-atividade estabelecido pela SEED. 2 - orientar o plano de trabalho dos professores, promovendo meios de recuperação de conteúdos de alunos que apresentam defasagem no seu rendimento. 3 - elaborar propostas de integração com a comunidade, família e escola, para melhor aproveitamento de estudo dos alunos informando pais ou responsáveis dos discentes, com relação a frequência e aproveitamento dos mesmos. 4 - realizar, frequentemente, estudos e levantamentos para avaliar o desenvolvimento do sistema de ensino da escola e sugerir mudanças, quando necessárias a fim de atingir as normas educacionais para alcançar o bom padrão de qualidade de ensino. 5 - coordenar as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional dos docentes.

Com esse ato foi superada, também a fragmentação dessas funções. Com a implementação do plano de carreira dos professores nº 103/2004, aconteceram mudanças significativas para o Pedagogo. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), as secretarias de educação estaduais e municipais construíram seus planos de carreira, assegurando os mesmos benefícios e reajustes do professor.

Uma exigência do novo plano de carreira dos professores, é que esses profissionais fossem supridos, no estado do Paraná, por meio de concursos públicos, devendo ser definidas as formas de promoção e progressão pela publicação de editais anuais. Faz parte desta lei o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), considerada pela legislação como a única forma de acesso ao nível 3 de promoção na carreira. O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, integrado às atividades da formação continuada em educação, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, conforme previsto no "Plano de carreira do magistério estadual.

Diante do exposto, constata-se a importância deste estudo que se realiza sobre as atribuições do Pedagogo na escola, contrapondo a realidade escolar com estudos e pesquisas que possam levar esse profissional à reflexão crítica do seu papel e, a partir daí, repensar sua organização e efetivação do trabalho pedagógico, com planejamento e articulação, junto aos demais segmentos da escola, para desenvolver suas atividades voltadas aos objetivos de sua verdadeira função.

4.1 ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS

A função do Pedagogo nos Colégios Agrícolas tem o propósito da responsabilidade do processo pedagógico da escola, ligado ao processo de ensino aprendizagem, trabalhando no fortalecimento da construção do conhecimento, acompanhando, assim, a qualidade do ensino, fazendo a articulação entre os segmentos da escola (comunidade escolar, instâncias colegiadas, equipe pedagógica e diretiva, conselho escolar e fazenda escola).

É preciso avançar no sentido de que se construa uma nova visão sobre o trabalho dos Pedagogos como articuladores e mediadores da organização do trabalho pedagógico (OTP) promovendo a discussão, reflexão e tomadas de decisões coletivas (FERREIRA, HADDAD, CHUPIL, 2020).

Ao Pedagogo, portanto, compete mediar toda a organização do trabalho pedagógico da escola para que esta cumpra sua função social de sistematizar e socializar o conhecimento científico acumulado pela humanidade, sendo articulador dos processos de ensino, contribuindo para a consistência das ações educativas da escola (NERI, 2014).

O trabalho do Pedagogo dos Colégios Agrícolas está voltado para a formação profissional dos jovens na área de agropecuária, que permite ao aluno atuar em atividades voltada para a produção vegetal e animal, bem como o planejamento de negócios, desenvolvendo práticas sustentáveis com menor impacto ambiental, buscando novos paradigmas de produção e consumo, e promovendo uma relação do homem com o campo.

As atividades desse profissional fundamentam-se em coordenar, junto à direção, a construção do Plano Político Pedagógico e o Plano de Curso Técnico em Agropecuária da escola, que é o instrumento de trabalho que permeia as ações e metas a serem desenvolvidas e atingidas no decorrer do ano, relacionado ao desenvolvimento do ensino aprendizagem.

Cabe também a esse profissional articular o processo de distribuição das aulas a partir dos critérios legais, a elaboração do horário dos professores, cronograma das reuniões pedagógicas e grupos de estudos. O Pedagogo participa da elaboração do projeto de formação continuada dos professores e funcionários do colégio, além de acompanhar e orientar o trabalho pedagógico da escola, no que diz respeito ao trabalho de sala de aula como os trabalhos no campo.

Ainda nas atribuições, o Pedagogo trabalha na organização de palestras, seminários e atividades extraclasse dos alunos (visitas), juntamente com o coordenador de estágio, e desenvolve um trabalho voltado para a coordenação de estágios, trabalhos de término de curso e projetos desenvolvidos com parceiros empresariais e sindicatos. Há orientação também quanto as propostas de avaliação dos alunos, as avaliações institucionais promovidas pela SEED, na gestão democrática com as instâncias colegiadas (APMF, conselho escolar, grêmio estudantil), onde realiza a articulação com todos os segmentos da escola, sistematiza a participação da família, no colégio, incentivando a participação ativa na vida dos estudantes, promovendo estratégias pedagógicas para superar todas as formas de discriminação social e cultural. Esse profissional desenvolve também um trabalho voltado para as atividades cotidianas da escola, relacionado à disciplina dos alunos, a ausência de professores, mediação de conflitos, além do trabalho burocrático relativo ao trabalho pedagógico da escola.

As atribuições do Pedagogo do Colégio Agrícola são bastante parecidas com as escolas de ensino regular, o que se difere são as intermediações

realizadas em relação área técnica específica para que caminhem junto com a Base Nacional Comum.

4.2 ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO DO INTERNATO

Além do trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos, o Pedagogo do internato realiza um trabalho voltado para a parte administrativa relacionada a esse regime.

O regime de internato teve sua origem com os jesuítas no período em que eles viveram no Brasil, quando esses internatos eram considerados instituições educativas, conforme afirma Santos (2000). Essas escolas de internato continuaram existindo, sofrendo transformações que acompanharam as mudanças da sociedade.

A partir de 1946, com a criação da Lei Orgânica de Ensino Agrícola, decreto lei nº 9.613/46, cuja condição de internato era prevista no art. 60, no seu inciso II, segundo a legislação: “os cursos agrícolas poderiam ser um regime de internato para alunos que, por serem de regiões distantes da escola viessem necessitar deste regime”. Moraes (2011) afirma que, no início do século XX, essas instituições eram chamadas de Patronato Agrícola e sua existência era relacionada a um período histórico em que a preparação do trabalho era considerada moralização.

Sofrendo mudanças em sua nomenclatura, esses patronatos passaram a ser conhecidos como aprendizados, outros como Escola de Iniciação Agrícola e, hoje, a maioria delas, tornaram-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MORAES, 2011).

Em relação às matrículas nos Colégios Agrícolas, podem ocorrer de duas maneiras, para alunos chamados internos, os que residem no colégio, durante a semana, voltando para suas casas nos finais de semana, feriados ou férias, e para estudantes semi-internos, aqueles que ficam no colégio nos dois turnos, retornando, no final do dia, para suas residências.

A estrutura física se divide em três prédios de alojamentos, sendo dois para alunos do sexo masculino, onde quem permanece com os alunos no período noturno são inspetores também do sexo masculino e um alojamento

feminino, que é acompanhado por uma inspetora do sexo feminino. Esses profissionais, inspetores, são denominados agentes II na carreira profissional.

A equipe de administração de internato que acompanha os estudantes é composta dos seguintes profissionais: direção, Pedagogo orientador do internato e auxiliar administrativo.

Para uma melhor compreensão, o quadro 5 a seguir traz as diferenças das funções da equipe pedagógica de um colégio regular e da equipe administrativa do internato, com aporte teórico do edital de concurso público de 2013 da SEED e do regimento escolar do internato.

QUADRO 5 - DIFERENÇAS DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE PEDAGÓGICA DE UM COLÉGIO REGULAR E DE UM COLÉGIO AGRÍCOLA/INTERNATO

Atividades realizadas pela equipe pedagógica de um colégio regular	Atividades realizadas pela equipe administrativa do Colégio Agrícola/Internato
Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola.	Reavaliar sempre que necessário, em conjunto com a equipe pedagógica da escola, o regimento do internato.
Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo.	Interagir com todos os setores do estabelecimento de ensino.
Participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico.	Propor e encaminhar os profissionais que atuam no internato para processos de capacitação, com a finalidade de proporcionar atendimento adequado aos alunos internos.
Sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem.	Elaborar e acompanhar o planejamento de todas as atividades do economato.
Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola.	Relatar e encaminhar à direção todos os casos em que houver necessidade de cumprimento de medidas disciplinares e outros problemas graves.
Analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola.	Orientar os auxiliares quanto ao atendimento emergencial dos alunos.
Coordenar a organização do espaço-tempo escolar.	Estabelecer relacionamento com os pais e responsáveis de alunos para que os alunos internos tenham qualidade de atendimento em suas necessidades básicas de permanência.
Coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas.	Acompanhamento pedagógico dos alunos internos com a finalidade de garantir o pleno aproveitamento de seus estudos sem prejuízo de sua qualidade de vida.
Organizar e acompanhar a avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa.	Supervisionar, avaliar e intervir, sempre que necessário, as condições do economato, com a finalidade de melhoria das condições de estadia do internato.
Coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico.	Fiscalizar a limpeza e ordem dos alojamentos.

Orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores da escola.	Realizar vistorias nos alojamentos/quartos para o bom andamento e convivência dos alunos.
Organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola.	Orientação nos refeitórios e cozinha.
Atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de propostas de recuperação de estudos.	Cabe a administração do internato organizar a lavanderia para o bom atendimento ao aluno.
Organizar a realização dos Conselhos de Classe	Serviço de acompanhamento com o objetivo de supervisionar o aluno interno no que diz respeito à segurança, convivência com os colegas, saúde e comunicação
Coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar.	A equipe da administração, tem como uma das funções a avaliação permanente da conduta dos alunos internos em todos os ambientes da escola.
Ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber da comunidade escolar.	Organizar programas recreativos, esportivos e culturais.
Participar do Conselho Escolar.	Reunir-se mensalmente para avaliar o desempenho do internato.
Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação.	Aplicar as medidas previstas no regulamento do internato.

FONTE: A autora com base no Edital nº 17 DE 2013/SEED

O sistema de internato agrícola funciona como uma residência, onde os alunos convivem com colegas e aprendem a dividir os espaços. O colégio adota critérios básicos para separar as equipes, como alunos oriundos da mesma comunidade ou região, facilitando as relações interpessoais nos alojamentos.

As atividades desenvolvidas pelo Pedagogo se diferenciam da equipe pedagógica da escola. Para um bom funcionamento do internato, as reuniões são constantes com toda a equipe, com o objetivo de proporcionar aos alunos, um ambiente acolhedor, possibilitando a igualdade social, desenvolvendo a amizade e o companheirismo com o objetivo de favorecer o ensino-aprendizagem. Reuniões são constantes também com os alunos para tratar de assuntos relacionados à aprendizagem, ao bom andamento nos alojamentos e ao o sistema de internato.

Cabe, ainda, ao Pedagogo indicar um aluno para representante do quarto, devido que, a cada quinze dias é feita a vistoria pela equipe administrativa, averiguando as condições de limpeza, organização e conservação do mobiliário.

Acompanhar o rendimento escolar do aluno, participando dos conselhos de classe, também é função do Pedagogo do internato, além de planejar reforço

e estabelecer horários de estudos e, quando necessário, convocar os responsáveis dos discentes para comparecer na escola.

Infere-se como atribuição desse profissional também o de administrar o refeitório, organizar a equipe para atuar na cozinha, cronograma de horário de trabalho das cozinheiras e escolha do cardápio diário, além das escalas dos alunos que auxiliam na cozinha. Os alunos internos têm direito a seis refeições diárias. Os alimentos que são produzidos pelos próprios alunos na UDP também são utilizados na alimentação destes.

Cabe ao Pedagogo também, a organização da lavanderia, determinar os responsáveis para desenvolver o trabalho e organizar a forma de encaminhamento das roupas à lavanderia. A manutenção das máquinas também é de responsabilidade da administração do internato.

Para o bom andamento noturno do internato é de responsabilidade do Pedagogo organizar os horários dos inspetores, que cuidam dos internos. Sua função, é acompanhar o interno no seu estado de saúde. Caso seja necessário cuidado médico, o aluno é conduzido ao hospital.

É de responsabilidade do Pedagogo, organizar a manutenção geral dos alojamentos, organização dos materiais de limpeza, cronograma dos alunos para limpeza dos quartos e corredores, organização da roçada da área externa dos alojamentos e os horários dos responsáveis pela limpeza, e ainda, a organização do cronograma de férias dos funcionários.

Ainda compete ao Pedagogo, a organização de programas recreativos, esportivos e culturais que acontecem durante o horário noturno. Aos alunos é também proporcionado aulas de espanhol - CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Moderna), onde cabe ao Pedagogo organizar os horários e acompanhar o professor.

Conforme a instrução nº 4 de 25 de junho de 2020, art. 23 - DEDUC/SEED, relacionada a perda de internato, 'o aluno que transgredir às normas estabelecidas, acarretará ao estudante em regime de internato, considerando a gravidade do ato, as seguintes medidas disciplinares': advertência verbal, advertência escrita, devidamente registrada em ata e encaminhamento ao Conselho Escolar para análise e tomada de decisão. No art.

23.1 diz que, na reincidência do ato que causou a advertência escrita, o aluno

será encaminhado para o trabalho sócio pedagógico ofertado pela instituição de ensino. No que se refere a transgressão gravíssima (art.103 da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), serão encaminhados por intermédio do Conselho Escolar à autoridade competente (PARANÁ, 2020).

Diante do exposto, percebe-se que a função do Pedagogo no Colégio Agrícola é de fundamental importância no que se refere ao ensino aprendizagem e na preparação profissional dos alunos para atuarem no mercado de trabalho. Alinhando princípios educativos, o Pedagogo trabalha na melhoria da qualidade de ensino articulando e planejando o trabalho educativo estabelecendo uma relação dialógica na formação do indivíduo no campo.

No capítulo a seguir, a metodologia é apresentada a fim de detalhar o percurso de pesquisa elaborada pela pesquisadora.

5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste quinto capítulo, o percurso metodológico da pesquisa é apresentado, bem como os sujeitos, os instrumentos de coleta de dados e a análise de conteúdo dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário *on-line* aos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas.

5.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

O presente estudo é de abordagem qualitativa do tipo exploratório, de natureza interpretativa. De acordo com Creswell (2014, p. 86), na pesquisa de abordagem qualitativa, “o pesquisador é o instrumento-chave e o ambiente é a fonte direta dos dados”. Nela, dispensa-se o uso de procedimentos estatísticos, uma vez que tem caráter descritivo e o foco da abordagem não está no resultado, mas no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo.

Para Demo (1995, p. 32), a pesquisa qualitativa mira nos “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, pois enfatiza a interpretação do objeto, levando-se em consideração o contexto pesquisado. De acordo com Ferreira (2015, p. 249), “[...] na área da educação, a pesquisa qualitativa é muito utilizada pelos pesquisadores, pois esta abordagem permite interpretar os fenômenos educativos na sua complexidade e o entorno do ambiente educacional”.

A investigação qualitativa, pode utilizar diferentes instrumentos de coleta de dados, estratégias de investigação e métodos diversos de análise. Sendo ela descritiva, os dados obtidos não são somente números e, sim, palavras, sons ou imagens. Constituem-se características da pesquisa qualitativa: o enfoque indutivo, o papel do pesquisador, os passos da coleta e análise de dados, estratégias de avaliação dos dados coletados, a precisão dos resultados e a estrutura da narrativa.

Infere-se que a pesquisa qualitativa, “possibilita que o investigador faça uma imersão na realidade (ambiente natural) e produza sobre este uma perspectiva interpretativa” (SILVA *et al.* 2018, p. 22). Guiando o olhar do

pesquisador, o problema de pesquisa no enfoque qualitativo orienta a coleta e a interpretação dos dados para possibilitar o rigor científico e confiabilidade na investigação.

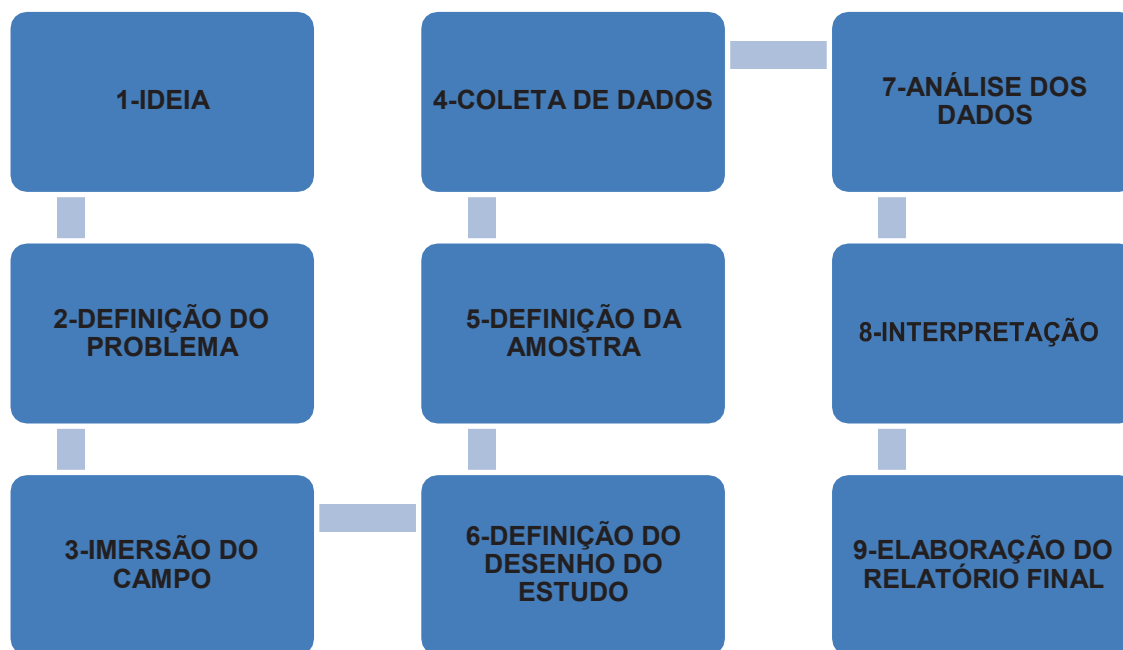
Para Flick (2009), as vantagens da pesquisa qualitativa têm tomado corpo de muitos estudos, nas diversas áreas de conhecimento, principalmente, nas áreas sociais, como sociologia, filosofia e Pedagogia. Para o autor, o pesquisador que usa a abordagem qualitativa quer “entender, descrever, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’, de maneiras diferentes” (FLICK, 2009, p. 9). Para o autor, problemas diversos só podem ser investigados por meio da pesquisa qualitativa.

Sampieri, Collado e Lúcio (2013) acrescentam mais duas características para a abordagem qualitativa, que entende serem pertinentes ao estudo: “naturalista”, por estudar os seres vivos em seus ambientes naturais e “interpretativa” porque “tenta encontrar sentido para os fenômenos em função dos significados que as pessoas dão a eles” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 35).

Partindo das afirmativas destes autores, facilita ao investigador a elaboração de questionamentos e hipóteses, mesmo durante a investigação, após a coleta e análise dos dados. “No caso do processo qualitativo, a amostra, a coleta e a análise são fases realizadas praticamente de maneira simultânea” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 33). Os autores pontuam, ainda, que o pesquisador, ao empregar a abordagem qualitativa, pode deixar de se preocupar em testar hipóteses, porque elas podem ser modificadas durante a investigação.

Flick (2013) aponta as vantagens da pesquisa qualitativa, considerando que uma análise detalhada e exata de alguns casos, podem ser reproduzidas e os participantes têm muito mais liberdade para determinar para eles e para apresentá-los em seus contextos. A pesquisa qualitativa, em sua essência da ontologia da realidade, orienta a construção do problema de pesquisa, constituindo o objeto a ser estudado e se orienta num processo de construção e interpretação em seu processo histórico, sistêmico e contextualizado.

FIGURA 3 - FASES DA PESQUISA QUALITATIVA



FONTE: Adaptado de Sampieri, Collado e Lúcio (2013)

Essas etapas não são fixas e, apesar delas seguirem uma ordem, o pesquisador deve considerar se há a necessidade de voltar às etapas anteriores, o que possibilita que o pesquisador transite por entre os dados coletados e os revise criteriosamente. A importância e a relevância da pesquisa qualitativa estão no processo interpretativo no qual ela é centrada, considerando que os pressupostos, as questões e o referencial teórico-metodológico dão o encaminhamento e direção.

A investigação desta dissertação é do tipo exploratória, e tem por objetivo conhecer a variável de estudo, estimulando os participantes a responderem livremente, para que, desse modo, se compreenda melhor o campo investigado e seu contexto social. Constitui-se assim, a primeira etapa de um estudo mais amplo, sendo muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos. (GIL, 2002).

De acordo com o autor, a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas, aplicação de questionários com pessoas que possuem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que auxiliam na compreensão. As pesquisas exploratórias objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema e aprimorar hipóteses. Algumas

características da pesquisa exploratória são evidenciadas nesta pesquisa como: um processo flexível e não estruturado, ausência de plano de amostragens probabilísticas, amostra pequena e a análise dos dados primários é qualitativa.

Apoiada na abordagem qualitativa, essa investigação familiariza-se com um assunto pouco estudado até o momento, o que permite conhecê-lo melhor. Dessa maneira, esse tipo de pesquisa possibilita mergulhar no campo de estudo com mais compreensão e precisão dos objetivos a serem alcançados. Para exploração do campo de estudo a que se propõe esta pesquisa, a coleta de dados utilizada é pesquisa bibliográfica e o questionário, seguindo as orientações de Creswell (2014, p. 87), quando afirma que “a utilização de somente uma fonte de dados não é suficiente para desenvolver esta compreensão em profundidade”, entretanto, para se alcançar essa profundidade, necessita-se de muitas formas de dados qualificativos, “variando entre entrevistas, observações e documentos e audiovisuais” CRESWELL, (2014, p. 87).

Assim, a qualidade na pesquisa acadêmica instiga o pesquisador a conduzir seu estudo dentro de uma metodologia rigorosa, uma vez que o intuito é fazer uma interpretação das experiências que os participantes do questionário apresentam. Além disso, o pesquisador deve manter seu foco em que não há um único ponto de vista, ou uma resposta exata e certa. A análise das amostras intencionais fornece relevância e respaldo necessários, possibilitando chegar na resposta do problema de pesquisa.

5.2 OS SUJEITOS INVESTIGADOS E O PROCESSO ÉTICO DA PESQUISA

Compreende-se que a ética precisa estar presente em todas as etapas de uma investigação, desde o seu início até a amostragem dos resultados obtidos, salienta-se assim, que esta pesquisa cumpriu com todos os requisitos éticos, preocupação que a pesquisadora teve em todas as etapas da dissertação. Brooks, Riele e Maguire (2017) pontuam que o desenho de uma pesquisa se refere a questões éticas pertencentes à escolha do tópico, dos métodos e do ambiente da pesquisa. Esta pesquisa encontra-se autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná sob o número do parecer 4.435.784 (Anexo 1).

Segundo Chizzotti (2006), o tema estudado deve ser considerado uma unidade significativa de um campo de estudo amplo de referência sociocultural, envolvendo determinada situação. A investigação foi realizada com 35 Pedagogas que atuam na rede pública, nos Colégios Agrícolas. O contato inicial para viabilizar a pesquisa foi realizado via *WhatsApp* e *e-mail* com as Pedagogas participantes do estudo em questão. Neste contato inicial, foi realizada a apresentação do projeto de pesquisa para os participantes que aceitaram participar voluntariamente e encaminhado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), via *e-mail* e *WhatsApp*. Após esse processo, foram encaminhados os questionários *on-line*² com o intuito de analisar as atribuições e desafios dos Pedagogos que atuam nos Colégios Agrícolas. A seguir apresentam-se os participantes, a partir dos dados obtidos pelo questionário *on-line*.

A presente pesquisa contou com a participação de 35 Pedagogas de Colégios Agrícolas de vários estados. Para melhor compreensão, o quadro 6 apresenta a quantidade de participantes por estado e município.

QUADRO 6 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ESTADO E MUNICÍPIO

Estado	Município	Número de participantes
Estado do Paraná	Rio Negro, Clevelândia, Cianorte, Pinhais, Foz do Iguaçu, Toledo, Lapa, Palotina, Campo Mourão e Arapoti	23
Estado do Rio Grande do Sul	Erechim	01
Estado de Santa Catarina	Mafra, Campo-Erê, Camboriú	09
Estado do Mato Grosso	Campo Verde	01
Estado de São Paulo	Piracicaba	01

Fonte: a autora

Entende-se que a colaboração dos profissionais de diversos Municípios ampliou o campo de análise deste estudo. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário *on-line* com questões abertas e fechadas, formuladas para responder os objetivos desta pesquisa, este instrumento de coleta de dados foi validado pela pesquisadora. O questionário foi enviado, por *e-mail* e *Whatsapp*, para 54 Pedagogos, mas somente 35 responderam. Nesta

² O Questionário *on-line* foi validado pela pesquisadora, juntamente com a participação de 3 Pedagogas. O instrumento de coleta de dados propõe interpretabilidade e confiabilidade ética a partir da temática de investigação.

pesquisa, garante-se o anonimato dos informantes e do colégio a que pertencem, por questões éticas e por não alterar o percurso da investigação.

A partir dos dados coletados das respostas dos Pedagogos, foi possível identificar que esses profissionais da educação apresentam idade média entre 30 a 50 anos.

Foi possível identificar, também, que 5% desses profissionais atuam há mais de 20 anos como Pedagogas na rede pública de ensino; 17% tem entre 10 a 20 anos de carreira; e 13% têm menos de 10 anos, como mostra o Gráfico 1 a seguir:

GRÁFICO 1 - TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO



Fonte: a autora (2021)

Conforme respostas apresentadas no gráfico acima, pode-se identificar que o tempo médio de atuação como Pedagogo na rede pública de ensino é de 10 anos. Compreendendo que existe um ciclo de vida profissional para os profissionais da educação, segundo Huberman (2013), que acontece de forma individual ou coletiva, onde cada Pedagogo vivencia o ciclo de acordo com suas relações sociais estabelecidas com o contexto onde ele está inserido. Para o autor, a carreira é um processo que acontece no caminhar da profissão, sem uniformidades sobre a mesma, porque cada profissional possui sua visão de mundo, de educação e de sociedade (HUBERMAN, 2013).

No Gráfico 2, apresenta o tempo de atuação dos Pedagogos participantes da pesquisa em um Colégio Agrícola.

GRÁFICO 2 - TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS EM UM COLÉGIO AGRÍCOLA



Fonte: a autora (2021)

Retomando às ideias de Huberman (2013), sobre os ciclos da vida profissional dos professores, que abarca o caminho percorrido pela profissão de cada Pedagogo, buscando uma maior elucidação e compreensão da investigação, o primeiro ciclo tratado por Huberman (2013), chama-se período de “sobrevivência ou descoberta”, que compreende os três primeiros anos de docência. É a fase da decisão, se aceita a profissão ou abandona.

O segundo ciclo para Huberman (2013, p. 40) é a fase da estabilidade, “[...] significa acentuar o grau de liberdade, as suas prerrogativas, o seu modo do funcionamento”. Essa fase é compreendida entre os cinco 5 (cinco) e 7 (sete) anos de experiência, podendo prolongar-se até os 10 anos. Pertence a esse ciclo o maior número de Pedagogos participantes, 29 (vinte e nove), num percentual de 83%. Infere-se que são profissionais com boa experiência profissional, atuando com eficácia e com melhores recursos técnicos.

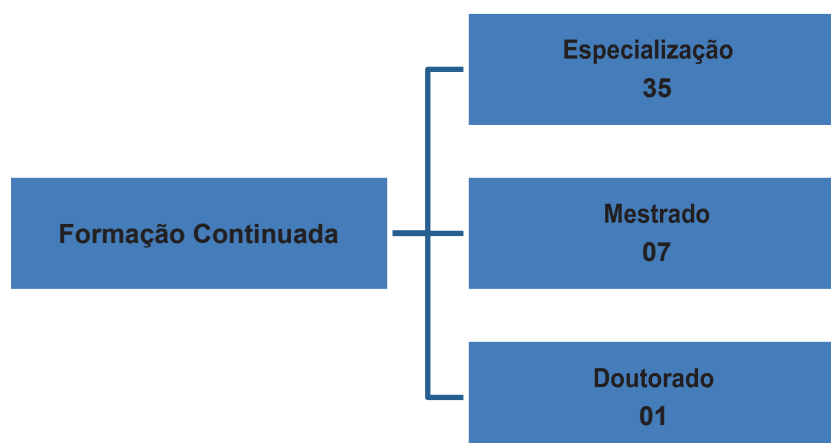
O terceiro ciclo é a fase da diversificação, “ativismo” questionamento. Autores consideram essa fase como a construção da identidade docente, como pontua García (2009b, p. 112), “identidade profissional é um processo evolutivo de interpretação e reinterpretação de experiências, uma noção que coincide com as ideias de que o desenvolvimento dos professores nunca para e é visto como uma aprendizagem ao longo da vida”. Situam-se, neste ciclo, seis (6) pedagogos. Huberman (2013) acrescenta que, nesta fase, os profissionais apresentam “[...] sentimento de competência pedagógica crescente”. Esta é a fase quando acontecem as relações com os colegas de profissão, disponibilidade para trabalhos em equipes, diálogos.

Segundo Huberman (2013), na fase da serenidade, entre 16 a 24 anos de docência, os docentes demonstram uma postura mais serena com relação às situações surgidas na profissão, preveem imprevistos e lidam com eles. Levando em conta essa fase de serenidade e o nível de confiança da prática profissional se observa que o distanciamento afetivo é condicionado pelas diferentes culturas que possuem os professores mais velhos e os alunos mais novos. Os profissionais que estão nesta fase, por vezes, apresentam também certa nostalgia, considerados conservadores, pouco flexíveis.

O último ciclo de Huberman (2013), é a fase do “desinvestimento” (sereno ou amargo). Refere-se ao final da carreira do docente. Essa fase deve ser considerada como fato positivo (o cumprimento da ação docente), ou como algo triste, por deixar de realizar aquilo que gosta. Huberman, (2013, p. 46), confirma, colocando o seguinte: “[...] positiva, as pessoas libertam, progressivamente, sem o lamentar, do investimento no trabalho, para consagrar mais tempo a si próprios, aos interesses exteriores à escola e a uma reflexão, digamos mesmo de maior carga filosófica”.

As postulações de Huberman (2013), as tendências na caracterização dos docentes nos vários ciclos de acordo com o tempo de docência, serviram de fonte de consulta para essa pesquisa. O Quadro 7 a seguir, especifica a formação continuada dos profissionais que participaram dessa investigação.

QUADRO 7 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM DA INVESTIGAÇÃO



Fonte: A autora

Destes profissionais, 7 realizaram licenciaturas em instituições públicas e 28 em instituições privadas, tendo todos realizado especialização em diversas áreas do conhecimento, (Especialização em Gestão de Pessoas, Psicopedagogia, Língua e Literatura Brasileira, Educação a Distância e Pedagogia Empresarial, Gestão Educacional, Gestão Escolar, Educação Ambiental, Alfabetização e Letramento, Literatura Infantil, Gestão Pública, Coordenação Pedagógica, Educação inclusiva, Neuropsicologia, Pedagogia Hospitalar, Educação à distância e Novas Tecnologias, PDE, Especialista em Primeiro e Segundo Grau, Organização do Trabalho Pedagógico, Pedagogia Séries Iniciais e Educação Infantil, Letras e Metodologia do Ensino Fundamental e Médio). 8% desses profissionais cursaram mestrado (Educação, Ensino da Ciência e Tecnologia, Ensino, pesquisa sobre concepção de avaliação escolar e Psicopedagogia) e menos de 1% realizou doutorado (Ensino da Ciência e Tecnologia).

A partir da constatação acima, observou-se que, apenas um participante possui especialização técnica específica em educação profissional, (educação ambiental), o que demonstra que a maioria dos Pedagogos que atuam nos cursos técnicos de nível médio, não possuem especialização na área.

Importante salientar, nessa fase da pesquisa, que o processo cumpriu com todos os requisitos éticos da pesquisa, desde a sua fase inicial até a divulgação dos dados coletados

Na próxima sessão será abordado o procedimento de coleta de dados, bem como as etapas que constituirão a análise de conteúdo.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A triangulação dos dados da pesquisa foi organizada por meio da pesquisa bibliográfica, do questionário *on-line* e a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). De acordo com Denzin; Lincoln (2006), a triangulação é um caminho seguro para a validação da pesquisa. É a alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observadores em uma mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao estudo.

Com o objetivo de recolher informações prévias sobre o tema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento, possibilitando ao pesquisador ter o entendimento das informações que servirá como ponto de partida para novas pesquisas.

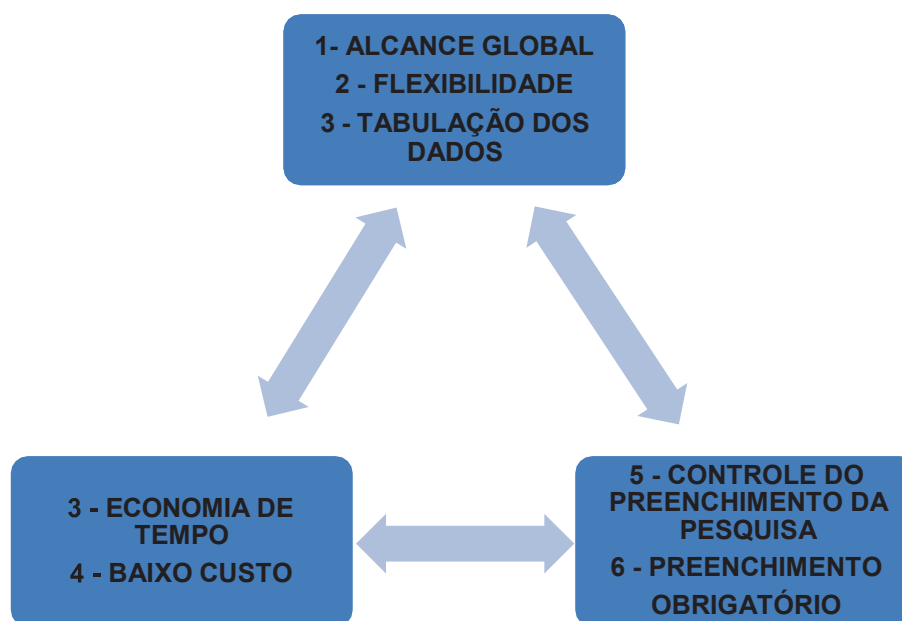
Para Fonseca (2002, p. 32) “a pesquisa bibliográfica é realizada a partir da sondagem de referências teóricas que já foram estudadas, e publicadas nos meios eletrônicos, pesquisas científicas, livros, entre outros”.

Segundo Guedes (2000), a pesquisa bibliográfica deve cercar-se de todas as referências bibliográficas para enriquecimento do seu trabalho e apresentar argumentos consistentes para defesa de suas ideias, sugerindo soluções para os problemas.

A fim de responder o problema de pesquisa proposto nesta dissertação, a pesquisadora escolheu o questionário *on-line* como instrumento de coleta de dados, em especial pela época de pandemia durante a sua elaboração. O questionário, de acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 100), é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”, e que:

[...] junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100).

A pesquisadora considerou o momento e a realidade das tecnologias digitais, assim, os questionários *on-line* foram utilizados para coletar as respostas dos participantes, uma vez que são instrumentos seguros, úteis e fáceis de distribuir. O quadro abaixo apresenta as principais vantagens do questionário *on-line*.

QUADRO 8 - VANTAGENS DO QUESTIONÁRIO *ON-LINE*

FONTE: adaptado pela autora, segundo GONÇALVES (2008)

Originalmente, a pesquisadora planejou esta pesquisa para ser aplicada e coletada de forma impressa. Tendo em vista a pandemia causada pela Covid-19, o instrumento de coleta de dados foi repensado, assim como, seu envio aos participantes.

Marconi e Lakatos (1999, p. 100) definem o questionário como um “instrumento desenvolvido cientificamente, composto por um conjunto de perguntas, ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador”.

Para que um questionário dê o resultado esperado, é necessário que sua construção observe algumas recomendações, como: os temas abordados devem estar de acordo com os objetivos que se quer alcançar, o pesquisador deve se preocupar com a extensão, que deve ser limitada, e, também, em sua finalidade. Um questionário demasiadamente longo, pode causar desinteresse e cansaço, um questionário muito curto, pode não oferecer as informações suficientes e necessárias. Para Gil (1999, p.128), o questionário: “[...] é uma técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças,

situações vivenciadas, etc”. O instrumento de coleta de dados foi elaborado com 12 (doze) questões, sendo 5 perguntas abertas e 7 perguntas fechadas, afim de perceber quais as atribuições e dos desafios enfrentados pelos Pedagogos dos Colégios Agrícolas.

5.4 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016). A técnica de AC é utilizada para analisar materiais de pesquisa cujos formatos podem ser: textos, imagens, gravações, entre outros, comumente presente em análises das áreas da Ciências Sociais e Humanas. As diferentes fases da análise de conteúdo são compreendidas entre: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

A **pré-análise** é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolvem a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2016). A autora estabelece algumas regras para a submissão da análise dos documentos que constituirão o corpus da pesquisa, o quadro 9, a seguir delimita algumas regras:

QUADRO 9 - REGRAS PARA SELEÇÃO DE DOCUMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Regras para seleção de documentos - ANÁLISE DE CONTEÚDO	
REGRA DA EXAUSTIVIDADE	É preciso obedecer às regras de exaustividade, estando escolhido o campo do <i>corpus</i> , é necessário conhecer todos os elementos deste corpus, sem deixar nenhum de fora que possa alterar uma análise rigorosa.
REGRA DA REPRESENTATIVIDADE	DA A representatividade, tendo o material da pesquisa disponível, pode-se realizar uma amostra, que deve ser realizada, respeitando rigorosamente o passo inicial da investigação.
REGRA DA HOMOGENEIDADE	A homogeneidade, a documentação selecionada para o andamento da pesquisa, deve ser

	"homogênea", isso quer dizer, deve atender a uma escolha criteriosa, para que se possa atingir os objetivos a que se propõe este estudo.
REGRA DA PERTINÊNCIA	Pertinência, as fontes de informação devem ser adequadas, confiáveis e originais para que sejam atingidas as metas que se espera com esta pesquisa.

FONTE: adaptada a partir da seleção dos documentos de BARDIN (2016)

Dando sequência à seleção dos documentos, a formulação das hipóteses constitui-se em buscar soluções para o estudo em questão, tendo como objetivo o que o pesquisador pretende atingir com a investigação. A referenciação e a elaboração dos indicadores é o momento em que são organizadas, sistematicamente, as hipóteses em indicadores. Uma vez escolhidos os índices, procede-se à construção dos indicadores precisos e seguros e a preparação do material, antes da análise propriamente dita, o material deve ser preparado.

Já a fase de **exploração do material** compreende como "[...] a fase de análise propriamente dita, não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador [...]" (BARDIN, 2016, p. 131). Nesta etapa, a autora considera que ocorre a codificação, enquanto organização sistemática, que se realiza para, posteriormente, classificar e categorizar os dados. E a categorização, é o processo que permite que os códigos sejam agrupados, segregados ou reagrupados, com o objetivo de consolidar um significado. Na visão de Bardin (2011) uma boa categorização apresenta qualidades como: exclusão, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e a produtividade dos dados.

Por fim, a fase de **tratamento dos resultados** é aquela onde "[...] os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos" [...] e o pesquisador "[...] tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então, propor inferências e adiantar interpretações, a propósito dos objetivos previsto ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas" (Bardin, 2016, p. 131), tornado os resultados significativos e válidos.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Em relação aos dados dos questionários analisados, nas fases descritivas da seção de metodologia, foram obtidas 35 respostas, descritivas, que correspondem às questões números 08, 09, 10, 11 e 12 do questionário *on-line*. Estas questões buscaram responder os objetivos específicos da investigação, que aplicou a técnica da Análise de Conteúdo para prosseguir com a análise de dados. Para tanto, é descrita, a seguir, a aplicação de cada fase (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados realizada com os dados coletados).

A coleta de dados iniciou com a seleção das respostas dos participantes, para posteriormente, codificá-las minuciosamente. Todas as respostas receberam uma identificação a fim de garantir o anonimato dos autores. As respostas das perguntas 08, 09, 10, 11 e 12 do questionário *on-line*, receberam uma identificação: por exemplo, P02RP8, que significa: P- Pedagogo; 02 - o número que corresponde ao identificador do participante; e RP8 - resposta da pergunta 8 do questionário, essa identificação ocorre também, em todas as análises das respostas para cada pergunta do questionário.

Após etiquetar cada resposta com a devida identificação, a partir do código estabelecido anteriormente, a pesquisadora se propôs a seguir os passos de Bardin (2016) para analisar os dados coletados por meio do instrumento, a saber:

Fase 1 - Pré-análise: a pesquisadora recebeu os questionários *on-line* respondidos pelos participantes, em seguida, foi impressa e realizada a leitura das respostas dos Pedagogos. Esta fase trata-se da organização propriamente dita, que, segundo Bardin (2016), acontece em quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o contato com os documentos da coleta de dados, momento de contato com o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipótese e os objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração das hipóteses, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise, determinação dos indicadores. Todas as respostas dos participantes foram selecionadas conforme interesse da pesquisa (respondendo à pergunta), para posteriormente codificá-las minuciosamente.

Fase 2 - Exploração do material: Neste momento da pesquisa, foram criados os códigos, operacionalizando o processo de categorização. O código é

entendido, aqui, como um sistema de símbolos que permitem a identificação de informações. Em seguida, foi realizada uma leitura focada dos trechos selecionados, criando categorias que expressam as atribuições e os desafios do Pedagogo que atua nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No decorrer da leitura detalhada e crítica das respostas selecionadas, as categorias criadas previamente foram sendo aplicadas, totalizando 15 categorias relacionadas com essa temática.

Seguindo a orientação de Bardin (2011), nesta etapa, foi realizada a categorização, a formação de conjuntos de categorias por incidência e semelhança semântica, ação que permite agrupar dados e consolidar um significado para tais informações. Realizada a codificação e categorização das respostas do questionário *on-line*, o momento seguinte foi de observar os códigos que tiveram maior incidência e semelhança em face aos resultados das pesquisas analisadas. Durante a codificação, com as respostas das perguntas 08, 09, 10, 11 e 12 do questionário *on-line*, foram criadas 15 categorias.

Fase 3 - Tratamento dos Resultados: Nesta etapa da pesquisa, os códigos com maior incidência e semelhança foram submetidos a quatro procedimentos adicionais, por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a saber: Leitura detalhada dos resultados encontrados; Análise reflexiva por parte da pesquisadora, sobre os resultados dos questionários *on-line*; Identificação e criação dos grupos de categorias de convergência, para fins de consolidação de um significado; e criação de categorias de significados.

As categorias emergentes irão constituir-se como indicadores, os quais possibilitam compreender as incidências semelhantes presentes nas respostas do questionário *on-line*, selecionadas para o presente estudo.

Na próxima seção, será apresentada a análise de conteúdo dessa pesquisa.

5.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DADOS COLETADOS NAS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO *ON-LINE*

A primeira, questão de análise investigou as atribuições dos Pedagogos da Educação Profissional Técnica. Três elementos textuais foram identificados. A análise de conteúdo que será apresentada, a seguir, foi realizada a partir da

resposta da pergunta número 8 do questionário *on-line*, aplicado a Pedagogos que atuam nas escolas técnicas. As devolutivas permitiram um panorama de visão dos Pedagogos do estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A partir da estratégia metodológica foi possível identificar, separadamente, as categorias que apresentam maior incidência entre as respostas dos Pedagogos.

As respostas do questionário receberam uma identificação que tinha como objetivo o anonimato dos participantes. A resposta da pergunta 8 do questionário recebeu a seguinte identificação, como exemplo, P18RP8, que significa: P- Pedagogo 18 - o número corresponde a identificação do participante e RP8 - resposta da pergunta 8 do questionário *on line*.

A questão 08 investigou as “Quais as atribuições enquanto Pedagogo(a) de um Colégio Agrícola da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio?”, solicitando que os participantes fizessem uma descrição das suas atribuições. Foi possível identificar, pela análise de dados realizada, considerando incidências e semelhanças, 03 categorias, constituindo assim o código: Atribuições do Pedagogo como indicador, ao qual se relacionou os seguintes aspectos: 1- Ensino aprendizagem, 2- Suporte pedagógico aos professores e 3- Articulação com a família.

Como já revelado acima, a categoria que teve maior incidência e semelhança na resposta da pergunta número 8 do questionário *on-line* foi a ensino aprendizagem com 28 incidências.

A seguir, o quadro 10 apresenta as categorias que foram criadas a partir do código analisado.

QUADRO 10 - ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO DE UM COLÉGIO AGRÍCOLA

Categoria: Ensino aprendizagem
Quantidade de incidência que a categoria teve:28
“ Acompanhar o desenvolvimento ensino aprendizagem dos educandos. Contactar os responsáveis pelos alunos para troca de informações. Auxiliar os educandos na elaboração do material didático, preenchimento das planilhas, LRCOs, planejamento anual, entre outros. Acompanhar as avaliações externas e internas. Dar atenção aos alunos inclusos oferecendo condições de aprendizagem, etc”. P02RP8
“ Acompanhar e mediar o processo ensino aprendizagem dos alunos , a relação pedagógica professor alunos. Desenvolver e organizar o trabalho pedagógico na escola. Organizar reuniões junto a comunidade escolar. Dialogar com os pais. Trabalhar com os professores com relação ao processo aprendizagem”. P18RP8
“Ser a ponte entre a família e a escola, organizar o trabalho pedagógico com os professores, promover capacitações e formações com os professores, orientar os alunos com relação á

conduta e disciplina e auxiliar no aprendizado , estudando dados e resultados de aprendizagem, entre outras”. P20RP8
Categoria: Acompanhar o trabalho docente
Quantidade de incidência que a categoria teve:22
“ Atendimento e orientação aos professores . Atendimento aos alunos. Organização pedagógica, organização do calendário. Orientação e atendimento aos pais. P19RP8
“São várias as atribuições do Pedagogo em um colégio agrícola. A organização do trabalho pedagógico acontece como: conselho de classe, conselho escolar, auxiliar da direção, orientador pedagógico do internato, organização curricular, estrutura e funcionamento do colégio agrícola, equipe pedagógica para atendimento de alunos, pais e professores , entre outras atribuições. P21RP8
“Acompanhar a vida escolar do aluno, processo de aprendizagem e avaliação, frequência escolar, manter contato com a família promovendo o desenvolvimento integral do educando. Acompanhar o trabalho docente , plano de trabalho, registros nos diários, metodologias, dar suporte pedagógico, realizar formações com o coletivo, promover estudos. Elaborar e atualizar o regimento escolar, projeto político pedagógico, organizar os conselhos de classe, analisar o aproveitamento escolar e conduzir o aluno para o desenvolvimento de sua aprendizagem”. P35RP8
Categoria: Acompanhamento e orientação às famílias
Quantidade de incidência que a categoria teve:21
“Organização, orientação e supervisão do trabalho pedagógico e gestão escolar. Orientar e acompanhar os/as professores/as e relação ao planejamento. execução e avaliação do trabalho educativo, de acordo com o PPP, coordenar, em conjunto com a equipe diretiva, o conselho de classe, definindo, os encaminhamentos pedagógicos necessários, promover a integração da família com a instituição , entre outros. P08RP8
“O pedagogo do internato, função a qual eu desempenho no colégio agrícola, é responsável pelo internato, cozinha, lavanderia, limpeza, inspetores de alunos e também pelo acompanhamento do desempenho escolar e pessoal dos alunos internos, proporcionando-lhes bem estar social, convívio familiar de respeito, atendendo a formação de bons hábitos e respeito mútuo em todos os ambientes do alojamento. Articulação do diálogo entre família e a escola ”. P22RP8
“Orientação didática e pedagógica a professores, acompanhamento da frequência e rendimento escolar dos alunos, acompanhamento e orientação as famílias dos alunos , organização e orientação dos planos de trabalho docente junto aos professores, acompanhamento das horas atividades, verificação dos RCOs e orientação na adequação dos mesmos sempre que necessário”. P27RP8

Fonte: a autora

No quadro 10 acima, é possível verificar que, ao código “Atribuições do Pedagogo”, relacionaram-se três categorias: Ensino Aprendizagem, Suporte pedagógico e Articulação com a família. Com 28 recorrências, expressando, na opinião dos pesquisados, a maior atribuição de um pedagogo de Escola Técnica, a categoria Ensino Aprendizagem foi a que obteve o maior número de incidências, a partir da técnica de Análise de Conteúdo realizada.

Saviani (1996), traz a importância e a responsabilidade do pedagogo, em relação a seu trabalho no ensino aprendizagem quando declara:

O trabalho do pedagogo reveste-se, assim, de dupla responsabilidade, em primeiro lugar, a responsabilidade de construir, de modossistemático e organizado, a educação que atualiza historicamente as novas gerações, e, em segundo lugar, a responsabilidade de priorizar

aquilo que é relevante para o processo educacional como um todo, frente às políticas públicas educacionais vigentes (SAVIANI, 1996. p. 48).

O processo de ensino aprendizagem se dá quando o aluno aprende a problematizar suas práticas, assim como seus conhecimentos. O objetivo é a formação do aluno, o entendimento de como a escola pode ajudar e facilitar seu processo de desenvolvimento. O Pedagogo é responsável por mediar essa relação entre o aluno e o professor para juntos contribuírem para o processo de ensino aprendizagem do educando na escola, subsidiando as práticas educativas que levem a efetivação do resultado do seu trabalho, garantindo atendimento às necessidades dos alunos, sendo o articulador da prática pedagógica. O Pedagogo tem um papel fundamental junto aos alunos no processo ensino aprendizagem, diminuindo a distância entre o pensar e o fazer pedagógico, primando pela qualidade do ensino.

Das atribuições que competem aos Pedagogos, o ensino aprendizagem é função fundante nos Colégios Agrícolas, não descaracterizando dos colégios regulares, sendo a principal atribuição desse profissional, tendo como base comum nas escolas. As categorias que emergiram nas respostas dos Pedagogos, elas também acontecem em um colégio regular.

Pela pesquisa bibliográfica realizada, constitui-se o trabalho do Pedagogo em sua maioria burocratizado na escola, absorvendo a maior parte do tempo desses profissionais com fins legais como o Projeto Político Pedagógico, Regimentos, Plano de Ação entre outros, o que lhes dificultam planejar ações que promovam momentos de estudos e reflexões para um agir pedagógico relacionado ao ensino aprendizagem dos alunos.

Uma das atribuições que é importante para o trabalho do Pedagogo é a formação continuada dos professores. Na pesquisa realizada não foi possível identificar na descrição dos participantes a formação continuada, devido que os pedagogos já participam das formações que a mantenedora oferta, nem a questão do planejamento, que são atribuições próprias do Pedagogo, primordiais nos Colégios Agrícolas, entretanto não apareceu nos dados da pesquisa.

De fato, a categoria ensino aprendizagem, que apresentou a maior incidência nas respostas dos Pedagogos, é atribuição primordial, caracterizando

o trabalho do Pedagogo, tanto nos Colégios Agrícolas como nos colégios regulares. A atribuição apontada pelos Pedagogos, o cuidado com o processo de ensino aprendizagem, é considerada função principal no trabalho desse profissional na educação.

Por meio da pesquisa bibliográfica realizada foi possível identificar que o trabalho do Pedagogo caracteriza-se, ainda, em sua grande maioria, como um trabalho burocratizado na escola. Rocha (2009, p.15), afirma que:

A escola, nas últimas décadas, tem respondido por tantas responsabilidades que não deveriam ser atribuídas a ela (fichas, relatórios, encaminhamentos), ocasionando um acúmulo de tarefas periféricas, ficando em segundo plano tudo o que deveria ser essencial. (ROCHA, 2009, p.15).

Esse profissional da educação encontra ainda dificuldades para planejar ações que promovam momentos de estudos e reflexões para garantir o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos discentes e docentes.

Em relação a categoria “Acompanhar o trabalho docente” que apresentou 22 incidências, a atuação do Pedagogo é vista como imprescindível para auxiliar os professores na melhoria de seu trabalho em sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização), na análise e entendimento das ações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na articulação das áreas do conhecimento.

Em outras palavras, o Pedagogo é o profissional que oferece respaldo ao professor na construção da sua prática pedagógica, oportunizando momentos para que os docentes desenvolvam ações didáticas que levem o aluno à construção do conhecimento.

Gadotti (2004), considera que o Pedagogo é aquele que não fica indiferente diante do que acontece no dia a dia da escola, intervindo com a realidade em processo. Vale ressaltar que, para o Pedagogo intervir na prática pedagógica, de maneira eficiente, requer-se dele, um domínio aprofundado das questões educacionais e pedagógicas que acontecem na escola.

A terceira categoria que emergiu do código: “Acompanhamento e orientação as famílias”, com 21 incidências. Os Pedagogos ressaltam, para que a escola tenha resultados positivos no desenvolvimento do ensino aprendizagem

é elemento fundamental a parceria entre os pais e a instituição, cada um cumprindo com seu papel, separadamente. No entanto, é importante destacar também, que a escola e os pais devem estar em constante sintonia para que os objetivos propostos (estratégias pedagógicas e o ensino aprendizagem), sejam alcançados. Para isso, cabe a escola sempre estar incentivando a participação dos responsáveis no desenvolvimento humanos dos alunos, mostrando que a escola está sempre aberta ao diálogo.

Infere-se que os Pedagogos realizam a interação entre família e escola. Comumente, são promovidas assembleias de pais ou responsáveis e equipe pedagógica, para que, juntos, possam buscar soluções para as dificuldades, tomando decisões importantes que venham ao encontro dos interesses da escola e dos alunos.

Para Garcia (2006), a parceria entre a família e a escola é fundamental para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do aluno. Essa interação entre escola e família é de suma importância para o aprendizado do estudante, o interesse pelo ambiente escolar por parte dos pais, promove uma melhora no desempenho, trazendo impactos positivos no seu desenvolvimento.

No quadro 11 serão apresentados 3 fragmentos textuais identificados nas respostas dos participantes e utilizados como exemplo para a criação das categorias oriundas da análise de dados da pergunta do número 09 do questionário *on-line*. “Das suas atribuições desenvolvidas no Colégio Agrícola, qual você tem maior dificuldade para realizar”? Identificou-se para o código

Dificuldades, 3 categorias que tiveram as maiores incidências com esse indicador: 1- Integração da base nacional comum com as disciplinas técnicas, 2- Aprendizagem e 3 – Documentos escolares.

A categoria com maior incidência e semelhança da pergunta 09 do questionário foi a Integração da base nacional comum com as disciplinas técnicas, com 06 incidências. A seguir, o quadro 11 com as categorias que foram criadas a partir do código analisado.

QUADRO 11 - DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PEDAGOGOS

Categoria: Integração da base nacional comum com as disciplinas técnicas
Quantidade de incidência que a categoria teve:06

"A maior dificuldade está em integrar as disciplinas da BNC com as disciplinas técnicas ". P04RP9
A articulação entre os componentes curriculares da base nacional comum e das áreas técnicas ". P07RP9
Acompanhamento de alunos com dificuldade de aprendizagem, motivação dos professores e conseguir auxiliar os professores na integração de conteúdos da base nacional comum e da formação específica ". P30RP9
Categoria: Aprendizagem
Quantidade de incidência que a categoria teve:04
"A parte do entendimento dos professores (alguns) em relação a alunos com problemas , dificuldades, parte humana". P05RP9
"Acompanhamento de estudantes com dificuldades de aprendizagem ". P13RP9
"Acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem , motivação dos professores e conseguir auxiliar os professores na integração de conteúdos da base nacional comum e da formação específica". P31RP9
Categoria: Documentos escolares
Quantidade de incidência que a categoria teve:04
"A efetiva participação dos pais no que diz respeito ao cumprimento das normas do regulamento do internato ". P22RP9
"Tenho um pouco de dificuldade com a parte burocrática , tenho pouco conhecimento das tecnologias". P32RP9
Manter atualizado o Plano Político Pedagógico, Regimento Escolar , visto a sobrecarga de outras atividades ficamos com pouco tempo para dedicarmos a este trabalho". P35RP9

Fonte: a autora

A integração entre as disciplinas da Base Nacional Comum com as disciplinas técnicas é um dos fatores de maior dificuldade encontrado nos Colégios Agrícolas, sendo uma conquista diária para a superação da fragmentação das disciplinas. O trabalho de integração das disciplinas com a BNCC na escola deve ser desenvolvido em conjunto com os professores. Como discorre Sacristán (2000, p. 299) "devemos superar as fronteiras artificiais do conhecimento especializado e integrar conteúdos diversos em unidades coerentes que apoiem uma aprendizagem mais integrada", estabelecendo uma conexão da teoria e da prática. Segundo Lück (1995, p. 64):

A integração e engajamento de educadores num trabalho conjunto, de interação das Disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais atual.

Destaca-se a importância em promover espaços de formação continuada para que os professores possam integrar a Base Nacional Comum às disciplinas técnicas.

Segundo análise dos dados, os Pedagogos não especificaram os problemas que causam essa dificuldade na integração entre as disciplinas, mas acredita-se que a falta de planejamento e formação continuada é um dos fatores predominantes nessa articulação que é tão importante no processo educacional.

Outro fator relevante que podemos citar, é o fato que a própria lei, como por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular, ela não faz relação com as disciplinas técnicas. Assim, esse documento normativo, não tem uma abrangência às características da realidade brasileira como um todo, ela busca selecionar somente os conteúdos básicos da educação.

Na categoria 2 intitulada "Aprendizagem", que teve 04 incidências, a dificuldade de aprendizagem pode estar atrelada a vários fatores como metodologia utilizada, métodos pedagógicos, ambiente físico e, também, fatores relacionados ao próprio aluno no seu contexto de vida. O papel do Pedagogo é fundamental para promover essa interação entre o aluno com dificuldade e o professor, para que, juntos, possam identificar o problema e facilitar a aprendizagem do estudante, buscando ferramentas de ensino como apoio para as mudanças na abordagem educacional e que tragam benefícios para o processo de ensino aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem são bastante recorrentes na vida escolar dos alunos, o que faz com que seja importante que toda a equipe trabalhe em prol dos estudantes. Para Freire (2018), é na interação com o mundo e com os outros que uma pessoa constrói seus conhecimentos, o que ocorre em um processo de ação e reflexão contínuo. É preciso refletir que os alunos apresentam motivações e trajetórias distintas e aprendem das mais variadas formas. É responsabilidade da instituição oferecer estratégias aos alunos, para que a educação tenha sentido e relevância não só da parte pedagógica, mas social e na vida escolar dos estudantes.

A categoria 3 intitulada "Documentos escolares" teve 04 incidências, revelando que os documentos normativos, tais como projeto político pedagógico, regimento escolar, plano de ação, entre outros, são fundamentais para as instituições, uma vez que estabelecem as diretrizes para a efetividade das práticas pedagógicas, bem como o enquadramento nas normas da escola. O Pedagogo é o profissional responsável por desenvolver esse conjunto de documentos específicos para sistematizar o trabalho na escola. Caso contrário,

não seria possível organizar o ano letivo, o currículo escolar e definir os objetivos a serem alcançados.

Como já mencionado, uma vez que o Pedagogo é visto como um profissional com múltiplas funções da prática educativa, ele acaba se desvinculando das suas funções ao assumir outras atribuições com muitas burocracias, diminuindo seu tempo de trabalho para a efetivação das atividades relacionadas a organização do trabalho pedagógico.

O pedagogo muitas vezes ele deixa de realizar ações principais de sua função para fazer trabalhos burocráticos, assim, é a escola de hoje, a maior parte do trabalho do Pedagogo está ligado às funções burocráticas da escola, pois tudo envolve planejamento, registros, papéis, não tendo tempo muitas vezes para se dedicar as atividades que estão relacionadas ao ensino aprendizagem dos estudantes (PARANÀ, 2021).

Para além da investigação sobre as dificuldades enfrentadas pelos pedagogos que atuam nos colégios agrícolas, buscou-se investigar as atribuições que estes profissionais reconhecem como próprias de suas ações dentro da escola de atuação. A questão 10 levou os pedagogos a refletir sobre suas funções com a seguinte indagação: Como você define as atribuições do Pedagogo(a) em um Colégio Agrícola? Faça sua descrição e justifique sua resposta, sendo ilustradas com 3 fragmentos textuais retiradas das respostas do questionário.

A partir das respostas obtidas na décima questão do instrumento de coleta de dados, foi possível identificar as categorias que tiveram maiores incidências e semelhanças entre as respostas dos participantes: 1- Emocional, 2- Organização do trabalho pedagógico e 3- Articulador. A categoria com maior incidência e semelhança da resposta 10 do questionário *on-line* foi “Emocional”, com 08 incidências. A seguir o quadro 12 apresenta as categorias que emergiram da análise, com 3 fragmentos de respostas dos Pedagogos que as justificam.

QUADRO 12 - DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO

Categoria: Emocional
Quantidade de incidência que a categoria teve: 08
“O pedagogo de um Colégio Agrícola vai além das suas funções pedagógicas, auxiliando no crescimento pessoal e profissional do aluno, tornando-se muitas vezes um ouvinte nas

dificuldades que possuem, buscando solucionar conflitos de ordem pessoais e emocionais ". P1RP10
"De suma importância na parte humana, porque os alunos de colégios agrícolas precisam de muita conversa, conselhos e carinho , porque ficam longe da família". P5RP10
"As atribuições vão além das pedagógicas desempenhadas em outras escolas regulares, pois acabamos dedicando muito mais do que o conhecimento profissional, devido as necessidades apresentadas por muitos alunos, acabamos atendendo situações que requerem cuidado emocional , psicológico, de orientação de vida entre outros, visto que passam grande parte do tempo no colégio e longe da família. O vínculo criado com os alunos é muito maior que o profissional". P10RP10
Categoria: Organização do Trabalho Pedagógico
Quantidade de incidência que a categoria teve:03
"Complexas, considerando a quantidade de trabalho e atribuições que precisamos desenvolver ". P07RP10
"Acredito ser a mesma em qualquer modalidade de ensino, não vejo diferença ". P34RP10
" São as mesmas atribuições de outros colégios , além das especificidades dos Agrícolas, como aulas práticas, alunos do internato, problemas com internet que atrapalham o bom andamento de nosso trabalho e dos docentes, entre outros". P31RP10
Categoria: Articulador
Quantidade de incidência que a categoria teve:03
"É o principal articulador do ensino aprendizagem, principalmente em se tratando de alunos internos, onde precisamos realizar o papel que seria da família, o de cobrar as tarefas, os horários de estudos, a cobrança da limpeza e a organização dos quartos, as regras de convivência". P22RP10
"Nem sempre seu período de trabalho se restringe somente ao momento em que está no colégio e articulador do processo". P25RP10
"O Pedagogo nos Colégios Agrícolas auxilia os professores, pois muitos docentes não possuem licenciatura, são técnicos (em sua maioria bacharéis). Eles podem apresentar dificuldade com metodologias e didáticas. O pedagogo auxilia nessa mediação para melhor o processo de ensino no colégio". P30RP10

Fonte: a autora

Como se pode visualizar no quadro 12, a categoria que teve maior incidência foi "Emocional", com 08 incidências. Os desafios enfrentados na educação contemporânea, traz aos profissionais da educação cada vez mais preocupações em relação aos alunos sobre suas atitudes e comportamento na escola. No que tange os conflitos pessoais e emocionais, os alunos se tornaram um desafio para os Pedagogos, que precisa, muitas vezes, orientá-los em relação aos seus sentimentos, principalmente nos Colégios Agrícolas com regime de internato, quando o discente permanece na escola a semana toda, retornando para casa somente nos finais de semana, essa atribuição é uma constante. Devido a esta situação, além de todo trabalho da organização pedagógica e administrativa, os Pedagogos têm mais a função de atender os alunos dando-lhes suporte emocional.

Isso implica discernir que a escola contemporânea tem uma função mais ampliada, visando não somente o conhecimento e a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, mas sim, está pautado no processo de gerenciar

as relações socioemocionais e os conflitos que acabam influenciando no ensino aprendizagem dos alunos (WALLON, 2003).

Percebe-se que a partir dos dados da pesquisa, foi possível identificar que os Pedagogos dos Colégios Agrícolas definem as atribuições como uma função que vai além das funções da organização do trabalho pedagógico, auxiliando também nas relações socioemocionais dos alunos.

Sabe-se que essas questões emocionais e psicológicas não são a base fundante da formação do Pedagogo, por isso a importância de psicólogos nos Colégios Agrícolas, para auxiliar os alunos, nas questões relacionadas ao fato de estarem longe de casa, “morando” no internato, com pessoas que não conhecem e com várias particularidades, a perda de entes queridos devido a pandemia, entre outros fatores que acabam influenciando diretamente no desenvolvimento do ensino aprendizagem dos alunos.

Percebe-se que os Pedagogos colocaram essa definição das atribuições voltada para essa questão emocional, devido que essa responsabilidade geralmente acaba agregando nas funções dos Pedagogos, reafirmando assim, a necessidade de psicólogos no interior das escolas, por estar relacionado ao processo de educação.

Outro fato pertinente e de grande relevância seria a participação dos psicólogos na formação continuada dos Pedagogos auxiliando na compreensão de fatores que implicam no processo educacional dos alunos, pois essa questão deveria ser considerada sob um escopo mais amplo do que somente orçamentário.

A categoria 2, “Organização do trabalho pedagógico” com 03 incidências, que, conforme as respostas dos Pedagogos que participaram do questionário *online*, revela que os trabalhos pedagógicos desenvolvidos nos colégios agrícolas são as mesmas atividades realizadas nos colégios regulares, ou seja, é o trabalho no qual deve haver a articulação, planejamento e organização do trabalho pedagógico, com objetivos a serem alcançados de maneira satisfatória, coerente e eficaz, articulando o processo de desenvolvimento do ensino aprendizagem e o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Para Pimenta (1995), a prática da organização do trabalho pedagógico deve acontecer com a participação de todos os envolvidos, sendo o Pedagogo

o profissional fundamental na organização do processo ensino aprendizagem, garantindo a consistência das ações pedagógicas.

Com relação a categoria 3 de título “Articulador”, que apresentou 03 incidências, o Pedagogo tem a função de articular as diferentes áreas do conhecimento, no processo de formação cultural que se dá no interior da escola, criando estratégias para que todos se sintam parte desse processo na busca pelo desenvolvimento integral do educando, sendo o Pedagogo o mediador da organização das práticas pedagógicas. O regimento escolar faz referência sobre o trabalho do Pedagogo, e compete a equipe de administração do internato: art. 24, § II – interagir com todos os setores do estabelecimento de ensino e § IX – supervisionar, avaliar e interferir, sempre que necessário, as condições do economato, com a finalidade de melhoria das condições de estadia do internato, em consonância com a política educacional.

Para Saviani (2012), o Pedagogo é aquele que tem o conhecimento pedagógico para entender o “todo” da escola, ou seja, todo o funcionamento dela, com uma fundamentação teórica que permite a compreensão das situações de ensino, promovendo a construção de estratégias pedagógicas, fazendo a articulação do trabalho no interior da escola.

No quadro 13, são apresentadas as categorias que tiveram maior incidência e semelhança com o uso de 3 elementos textuais extraídos das respostas dos Pedagogos da pergunta 11 do questionário *on-line*, e que estão associados ao código “Diferenças de um colégio regular de um Colégio Agrícola”. A partir da pergunta: “Você consegue identificar diferenças de atuação profissional do(a) Pedagogo(a) em relação ao seu trabalho desenvolvido em um Colégio regular e em um Colégio Agrícola? Se sim, quais seriam? Faça uma descrição, foi possível identificar as seguintes categorias: 1- Internato, 2- Conhecimento teórico e 3- Alunos. A categoria que teve maior incidência e semelhança na resposta da pergunta número 12 do questionário *on-line* foi internato, com 15 incidências.

Conforme quadro 13, apresenta-se as categorias que foram criadas a partir do código analisado.

QUADRO 13 - DIFERENÇAS DE UM COLÉGIO REGULAR PARA UM COLÉGIO AGRÍCOLA

Categoria: Internato
Quantidade de incidência que a categoria teve: 15

“No Agrícola em que atuo requer que a pedagoga: estabeleça articulação entre os componentes extracurriculares inerentes à formação profissional, garanta que os alunos cumpram as atividades escolares incluindo o estágio e trabalho de final de curso, garanta a segurança e o bem estar dos alunos no ambiente escolar, principalmente os alunos em regime de internato , estabeleça constante diálogo entre a equipe diretiva, pedagógica e da fazenda escola para organização das atividades escolares”. P07RP11
“Sim. No meu caso específico que estou como orientadora de alojamento e na escola regular não existe essa função. O trabalho pedagógico desta função é bem específico e diferente”. P30RP11
“No Colégio Agrícola o aluno tem um tempo de permanência maior, principalmente do internato , longe de suas famílias necessitam de acompanhamento diferenciado. Também temos mais disciplinas comparando ao ensino regular e ainda as aulas práticas, onde o aluno desenvolve suas habilidades para o mercado de trabalho”. P35RP11
Categoria: Conhecimento Técnico
Quantidade de incidência que a categoria teve:09
“Sim, na educação profissional técnica de nível médio, no colégio agrícola, as ações de aprendizagem são voltadas para a formação do profissional para atuar no campo, favorecendo o conhecimento integrado ao cotidiano do aluno com formação técnica, na escola regular é a execução do PPP”. P03RP11
“Sim. Trabalhar no Colégio Agrícola é desempenhar um trabalho bastante diferenciado do ensino regular. A diferença é que na escola regular o pedagogo realiza o trabalho da OTP e no Colégio Agrícola temos os alunos internos, envolvendo educação e trabalho ”. P09RP11
“No Colégio Agrícola as atribuições são basicamente as mesmas de uma escola regular, o que difere são as mediações da parte técnica dos professores das áreas específicas para que caminhem juntas a parte da Base Nacional Comum e os alunos que estão no regime de internato, cujo tratamento tem particularidades em função de que os alunos moram no colégio”. P20RP11
Categoria: Alunos
Quantidade de incidência que a categoria teve:04
A diferença é que os alunos do colégio agrícola são mais interessados que os da escola regular e com isso há menos problemas de indisciplina”. P06RP11
“O trabalho em escola regular conta com a proximidade da família, desenvolvendo uma parceria na resolução de conflitos, facilitando as ações. No colégio agrícola o pedagogo precisa ter sensibilidade e delegar as tarefas, acompanhar as ações e mudanças de comportamento dos alunos para que assuma suas responsabilidades”. P11RP9
“ A clientela é diferente , os alunos permanecem na escola em período integral, as disciplinas são técnicas e regulares entre outros”. P35RP11

Fonte: a autora

No Quadro 13, destacou-se a categoria 1 “Internato” que apresentou 15 incidências relacionadas com o código as “Diferenças entre um colégio regular de um Colégio Agrícola”. Quando se fala em regime de internato, é comum pensar imediatamente nas responsabilidades não somente com os alunos, mas com os familiares e com o Estado, do atendimento aos alunos que residem na instituição durante o ano letivo. Esses alunos são aqueles que moram na escola, voltando para a casa aos finais de semana, feriado ou férias, e toda responsabilidade desses estudantes ficam por conta da equipe desse setor.

O regime de internato é bastante importante para a permanência de muitos jovens oriundos de outros municípios, que precisam ter uma formação técnica para poder trabalhar em suas propriedades, assim como uma

oportunidade de um futuro melhor. O internato proporciona ao aluno a assistência integral, ofertando moradia (durante a semana), alimentação, assistência médica (hospital quando necessário), entre outros bens e serviços como o acompanhamento pedagógico, promovendo, assim, a aprendizagem, o que o diferencia da escola regular.

Pensando no regime de internado, Barroso (2008) observou que esse recurso é crucial para a formação dos alunos oriundos do meio rural, bem como de cidades com baixo índice de desenvolvimento humano e de famílias com baixo poder aquisitivo.

A escola oferece aos alunos toda uma estrutura física e pedagógica. O internato é considerado uma “extensão” de suas casas, no qual eles têm toda estrutura necessária para seu bem-estar. Pode-se perceber que o regime de internato ofertado de forma integral nos Colégios Agrícolas possibilita aos alunos uma oportunidade de obter uma formação profissional técnica de qualidade para as suas vidas.

Segundo os dados coletados, foi possível identificar nas respostas dos Pedagogos, que, o que difere um colégio regular de um Colégio Agrícola é o internato.

O internato é para aqueles alunos que moram distantes da escola e necessitam ficar a semana toda no ambiente escolar devido ao transporte. O internato além de oferecer “estadia”, favorece também um vínculo entre a escola e o aluno, proporcionando um atendimento diferenciado para que os alunos não desistam do curso e permaneçam até se formarem, assim sendo, o conhecimento técnico é extremamente pertinente para a formação desse aluno, porque ele vai ajudar no trabalho relacionado com a formação e os conhecimentos agropecuários.

Dando sequência, apresenta-se a categoria 2 “Conhecimento técnico”, que teve 09 incidências. O curso técnico é essencial para a gestão e planejamento do trabalho no campo. Além disso, é uma das categorias que mais contribuem para o desenvolvimento do agronegócio e pecuária, entre muitas outras funções, por isso a importância do aluno ter um conhecimento técnico de qualidade para poder desenvolver as atividades com qualidade no mercado de trabalho. O grande diferencial do conhecimento técnico é a formação humana e a formação técnica.

O trabalho do Pedagogo no contexto da educação técnica profissional é elemento fundamental na formação dos alunos, contribuindo para que possam atuar no mercado de trabalho. Nesse sentido, o papel do Pedagogo como o elo entre professor, aluno e área técnica é essencial na formação integral dos alunos em relação ao conhecimento técnico.

Na terceira categoria, intitulada “Alunos” com 04 incidências, sendo a de menor número, os Pedagogos apontam o público/discente dos Colégios Agrícolas com perfil muito diferente de alunos de escolas regulares. Os alunos dos Colégios Agrícolas são oriundos da classe trabalhadora e, quando escolhem estudar em um colégio agrícola, sabem a razão de querer estar ali. Os estudantes chegam com propósitos, expectativas e objetivos diferentes a serem alcançados. Ademais, demonstram mais interesse, compromisso assumido com a escola, participam mais e muitos alunos têm resultados significativos em relação a aprendizagem no curso. Embora esses pontos positivos no curso existam, é sabido, também, que muitos alunos acabam desistindo do curso por conta de não se adaptarem à rotina de um Colégio Agrícola, pois muitos jovens chegam com 14 anos de idade, sem maturidade para conseguir ficarem longe da família. Outros, no decorrer do processo, acabam perdendo a oportunidade de concluírem o curso, porque perde o direito de ser aluno interno, após infringirem o regulamento do internato, passando a ser aluno semi interno.

Para finalizar a análise dos dados, o quadro 14 traz os desafios da função apontados por estes profissionais investigados. A partir da pergunta “Aponte desafios que você vivencia em relação ao seu trabalho em um Colégio Agrícola de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Faça uma descrição”, foi possível identificar 3 categorias: “Profissionais”, “Capacitação específica” e “Problemas familiares”, que tiveram maior incidência pelo código e semelhança semântica, a partir da técnica AC aplicada. Para cada categoria, 3 fragmentos textuais que a justificam foram selecionados.

Em relação ao código “Desafios”, a que apresentou maior ocorrência nas respostas dos Pedagogos foi a categoria “Profissionais” com 08 incidências, sendo apresentado em seguida no quadro 14, com 3 elementos textuais.

QUADRO 14 - DESAFIOS VIVENCIADOS EM UM COLÉGIO AGRÍCOLA

Categoria: Profissionais
Quantidade de incidência que a categoria teve:08

“O grande desafio está na responsabilidade de assumirmos mais de 140 jovens (de ambos os sexos) internos, onde ficam 24 horas sob nossa responsabilidade, sem disponibilidade de recursos do Estado como, nutricionista, assistência médica, uma segurança maior , capacitação específica voltada para a equipe administrativa do internato como os funcionários e pedagogos”. P09RP12
“Falta de estrutura, profissionais para auxiliar a equipe do internato”. P16RP12
“O grande desafio é em relação a reponsabilidade que assumimos ao receber jovens, em sua grande maioria advindos do interior. Os alunos ficam 24 horas na escola durante toda a semana, a disponibilidade de recurso que o Estado oferece para atender esses alunos é escassa. Não possuímos nutricionista para acompanhar as refeições, não temos assistência a saúde em caso de emergência, não temos cursos específicos que sejam ofertados a equipe do internato”. P22RP12
Categoria: Capacitação Específica
Quantidade de incidência que a categoria teve:06
[...] “O estado nunca proporciona formação específica para o cargo”. P05RP12
“Professores da área técnica sem formação pedagógica , falta de diálogo entre a equipe diretiva, pedagógica e docente, dificuldade de contato com algumas famílias, falta de infraestrutura de qualidade em alguns ambientes e de recursos pedagógicos, falta de interesse e de esforço dos alunos com o aprendizado tanto da área técnica com da base nacional comum”. P07RP12
[...] “O desafio da formação de docentes da área técnica que necessitam de formação específica ” P13RP12
Categoria: Problemas Familiares
Quantidade de incidência que a categoria teve:03
[...] “Muitos alunos com problemas familiares ”. P05RP12
Os principais desafios são questões relacionados a problemas familiares , emocionais e sociais”. P06RP12
[...] “Dependência afetiva dos genitores”. P08RP12

Fonte: a autora

No quadro 14, por meio da análise das respostas dos Pedagogos no questionário *on-line*, foi possível evidenciar que a categoria 1 “Profissionais” apresentou 08 incidências para os desafios vivenciados pelos Pedagogos nas escolas agrícolas. A importância de diversos profissionais nesta modalidade de atendimento educativo é fundamental. Um nutricionista na instituição é essencial, não somente por ser o profissional técnico responsável pelo programa de alimentação escolar, mas também por desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para os alunos, auxiliando na formação e manutenção de hábitos alimentares saudáveis. Nas tarefas diárias em relação as refeições, o tempo despendido para toda a organização é de responsabilidade da equipe do internato (Pedagogas). Quanto à assistência à saúde, não sendo caso de emergência, recorre-se, primeiramente, aos pais dos alunos, o que muitas vezes se torna inviável, pelo fato de os pais residirem longe do colégio e, ainda, dependendo do horário, os pais não conseguem ir até a escola. Assim, os alunos

doentes permanecem no internato, aos cuidados dos profissionais que atendem esses internos.

Em relação a segurança escolar, esta é imprescindível para gerar um ambiente tranquilo entre os indivíduos que ali estão. Como já relatado nesta pesquisa, os alunos permanecem na escola a semana toda e os Colégios Agrícolas não tem segurança noturno, ficando a responsabilidade para inspetores, no qual todos acabam ficando vulneráveis e inseguros e a importância de psicólogos nos Colégios Agrícolas, atuando com um enfoque preventivo nos mais variados temas, fazendo com que o ambiente funcione de forma mais harmônico e produtivo, tanto para os professores como para os alunos.

O trabalho desenvolvido pelos Pedagogos do internato nos Colégios Agrícolas envolvem uma complexidade muito grande quando se trata do atendimento aos alunos. Além de todas as funções e o trabalho burocrático realizado por esses profissionais, a equipe do internato também têm de assumir o trabalho que seriam de responsabilidade de outros profissionais, como psicólogo, nutricionista, assistência à saúde e vigilância (noturno).

Com relação a categoria 2 “Capacitação específica”, com 06 incidências e semelhança na resposta da pergunta 12 do questionário *on-line*, os Pedagogos enfatizaram a falta de capacitação específica para os Colégios Agrícolas. Capacitação continuada, tanto para professores como para funcionários das instituições escolares, têm acontecido constantemente para a melhoria do processo ensino aprendizagem, conhecimento de novas metodologias, técnicas e formas para trabalhar com os desafios do dia a dia em sala de aula, como na própria instituição, refletindo diretamente nos resultados dos alunos, nos remetendo diretamente a qualidade e melhoria para a escola como um todo, melhorando a atuação desses profissionais. Porém, destaca-se que o Estado não oferece capacitação específica para os profissionais que atuam nos Colégios Agrícolas.

Apresentando 03 incidências, a categoria 3, que teve a menor incidência e semelhança diante da resposta 12 do questionário *on-line*, foi “Problemas familiares”. Os problemas que acometem os jovens hoje, na maioria das vezes, vêm do meio familiar, e o corpo docente se depara principalmente com os alunos internos na escola. Além de todas as atribuições que o Pedagogo desenvolve no

estabelecimento, como já mencionado nessa pesquisa, cabe aos profissionais dar o suporte necessário aos alunos que, muitas vezes, estão em conflitos consigo mesmo, e isso reflete no processo de ensino aprendizagem e no relacionamento entre os pares, não afetando somente o desenvolvimento emocional, mas suas conquistas acadêmicas e profissionais a longo prazo.

Partindo do pressuposto que o Pedagogo é de extrema importância na escola, esse profissional tem a função de conduzir, organizar e planejar as orientações na escola, permeando a relação entre todos os envolvidos no processo educacional, contribuindo para que os alunos possam atuar no mundo do trabalho com autonomia, enfrentando novos desafios de forma ética, criativa e com visão sistêmica dos processos produtivos, promovendo uma formação integral do aluno, tornando-se corresponsável pela promoção de uma educação profissional que considere os princípios educacionais, articulando os conhecimentos de forma que estes atendam às demandas pessoais e sociais dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação buscou investigar quais as atribuições e desafios dos Pedagogos que atuam em Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com o propósito de compreender melhor o que a investigação revela sobre o trabalho desenvolvido pelos Pedagogos nessas instituições. Com isso, tem-se a expectativa de contribuir para o campo pesquisado, apontando seus avanços e desafios, contradições e possibilidades, uma vez que pesquisas que abordam esse tema de atuação são escassas, sendo um campo a ser investigado continuamente.

Para conduzir esta investigação, foi proposto, como objetivo geral, **analisar as atribuições e os desafios dos pedagogos que atuam em Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.**

Para contemplar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratório, de natureza interpretativa, adotada por pesquisadores de diferentes campos, especialmente na área da educação, para melhor entender um objeto de estudo. Este tipo de pesquisa permite interpretar os fenômenos educacionais com maior clareza, possibilitando uma análise empírica e detalhada sobre o fenômeno, auxiliando no entendimento de possíveis incertezas acerca do objeto estudado.

A partir da técnica de Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), a pesquisa foi conduzida em caráter exploratório e abordou especificamente a atuação do Pedagogo, sua formação e os desafios enfrentados por esses profissionais que atuam nos Colégios Agrícolas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O primeiro objetivo específico proposto na investigação buscou descrever a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para atender tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, livros, teses e dissertações onde a pesquisadora investigou a temática em questão a partir da legislação, bem como, as normativas sobre a Educação Profissional prevista na LDBEN, que tem como finalidade preparar o indivíduo para o mundo do trabalho. Pode-se identificar que durante aproximadamente 20 anos, a Educação Profissional foi marcada por lutas, contradições, interesses políticos e econômicos

determinando os caminhos dos processos educativos a serem percorridos, e a formação da classe trabalhadora, como o grande objetivo da educação no país.

As políticas da Educação Profissional, tinham como propósito o controle das classes desvalidas. A partir de 1930, começaram a exigir uma formação dos trabalhadores, surgindo assim os programas de formação para a classe trabalhadora, ou seja, uma qualificação profissional. Já nos anos 90, as políticas públicas emergiram da necessidade de mudanças sob novas bases teóricas no processo produtivo, calcado em uma nova forma do saber da construção do conhecimento.

A realidade atual do mundo do trabalho requer profissionais que ampliem seus conhecimentos, trabalhem em equipe, que sejam autônomos, criativos, críticos e que desenvolvam seus conhecimentos básicos.

O segundo objetivo específico da pesquisa buscou apresentar a função educativa, social e profissional dos Colégios Agrícolas, por meio também de uma pesquisa bibliográfica realizada em artigos, livros, teses e dissertações onde a pesquisadora verificou que a função social das escolas é formar cidadãos críticos, autônomos e conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem e preparar o indivíduo para participar da vida social e econômica, entendendo a educação em um sentido ampliado, fazendo com que o aluno se identifique como sujeito histórico, capaz de dialogar e respeitar as diferenças, de ser protagonista da sua própria vida, desenvolvendo assim, as competências e valores entendidos como necessários para a vida em sociedade e para o pleno exercício da cidadania.

Já os Colégios Agrícolas, assumem uma função essencial para os jovens, construindo uma ligação entre a escola e o sujeito do campo, pois os Colégios Agrícolas oferecem uma formação pautada em fundamentar a prática do aluno com conhecimentos e técnicas agrícolas, que poderão ser utilizadas nas suas propriedades rurais.

O terceiro objetivo trata das atribuições do Pedagogo na educação, trazendo o que as pesquisas bibliográficas revelam sobre a importância desse profissional no *lócus* da escola. A formação do profissional Pedagogo está alicerçada nas bases legais que evidenciam sua formação inicial, orientando, assim, sua prática no campo educacional.

Para responder os objetivos específicos 1, 2 e 3 da pesquisa bibliográfica realizada pela pesquisadora, foi possível identificar que as principais atribuições do pedagogo além da organização do trabalho pedagógico, perpassa os espaços escolares, atuando também na educação formal e não formal, tendo como campo de atuação empresas, hospitais, entre outros.

Desse modo, nas atribuições de cunho pedagógico, o Pedagogo é o profissional que articula a organização do trabalho pedagógico, sendo elemento fundamental no processo educativo, atuando na área da educação, perpassando os espaços formais, não-formais e informais, garantindo os resultados das ações pedagógicas desenvolvidas.

O Pedagogo é de extrema importância no que diz respeito à concretização e transformação do saber, aliando princípios éticos e políticos na construção da identidade individual e coletiva dos alunos.

Já nos Colégios Agrícolas, a função do Pedagogo é acrescida de outras ações. Além das atividades da organização do trabalho pedagógico, este profissional da educação tem a função e as atribuições voltadas também para a área técnica do Colégio Agrícola e um trabalho na área administrativa relacionado ao regime de internato (atendimento aos alunos que permanecem a semana toda na escola). Assim, o Pedagogo é de fundamental importância no que se refere ao ensino aprendizagem e na preparação profissional dos jovens para o mercado de trabalho.

A partir do questionário *on-line*, respondido pelos participantes e da aplicação da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), foi possível investigar, sob o ponto de vista dos pedagogos, as atribuições destes profissionais que atuam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A partir das categorias que emergiram das respostas dos questionários dos Pedagogos, as mais evidenciadas, em relação as atribuições desses profissionais, nos Colégios Agrícolas foram: ensino aprendizagem, suporte pedagógico aos professores e articulação com a família.

Frente à preocupação cada vez maior com a qualidade no processo de ensino aprendizagem dos alunos, percebe-se que, o Pedagogo é peça fundamental nesse contexto, proporcionando ao aluno o desenvolvimento integral em relação ao conhecimento. Foi possível identificar que é atribuição do

Pedagogo acompanhar o processo de ensino e propor metodologias diversificadas para melhorar o desempenho dos discentes, buscando soluções para melhoria da aprendizagem.

O ensino aprendizagem é a principal atribuição dos pedagogos dos Colégios Agrícolas, ela se caracteriza mantendo a função principal do trabalho do Pedagogo que é estar focado nas questões que envolve o ensino aprendizagem, se caracterizando como trabalho fundante tanto nos colégios regulares como nos Colégios Agrícolas. Por meio da análise de dados foi possível identificar que o trabalho dos Pedagogos nos Colégios Agrícolas não se restringe às ações burocráticas.

Quanto às dificuldades relacionadas as atribuições, as categorias que emergiram foram: integração da Base Nacional Comum com as disciplinas técnicas, aprendizagem dos alunos e os documentos (PPP, regimento, entre outros). A partir da análise de dados foi possível identificar, que um dos fatores de maior dificuldade que os Pedagogos enfrentam no desenvolvimento de suas funções nos Colégios Agrícolas é a integração das disciplinas da Base Nacional Comum com a área técnica. O planejamento é algo inerente do ser humano. O ensino médio integrado requer planejamento também integrado, que estabeleça relação entre as disciplinas e substituam estruturas fundamentadas no isolamento.

As disciplinas devem ser trabalhadas de forma articulada, portanto, a busca por um planejamento integrado e interdisciplinar deve acontecer em nível de formação continuada, fazendo com que as diversas disciplinas interajam. A falta de formação continuada específica na área técnica com o currículo integrado, poucos momentos de discussões coletivas, a ausência de estratégias e programas institucionais, fazem com que essa integração entre os componentes curriculares não aconteça. É necessário adotar estratégias para superar a visão fragmentada das disciplinas, integrando uma com a outra.

Outro fator inerente a essa dificuldade é a Base Nacional Comum Curricular, que nos últimos anos, tem se discutido muito sobre a necessidade de alterações no currículo escolar, buscando resolver problemas sobre a aprendizagem. Sobre tudo, no que diz respeito a fragmentação de conteúdos, o que se nota, é que o documento não faz relação às características da área técnica, buscando selecionar apenas os conteúdos da Base Nacional Comum.

Sendo assim, o trabalho do Pedagogo no Colégio Agrícola é de fundamental importância na articulação dos professores da Base Nacional Comum com os professores das disciplinas da área técnica traçando metodologias para que essa integração aconteça. É necessário, também, uma formação continuada específica para os profissionais dos Colégios Agrícolas. A exemplo, a SEED oferece cursos de formação continuada para os profissionais da educação, mas não existem cursos de formação específica para a área técnica, nem tão pouco para a equipe de administração do internato.

Como definição das atribuições dos Pedagogos, as categorias que tiveram maior incidência foram: emocional, a organização do trabalho pedagógico e articulador.

Além das atribuições da organização do trabalho pedagógico e das atividades administrativas do internato, o Pedagogo tem uma função de intermediar os conflitos pessoais e emocionais dos jovens que permanecem em regime de internato. Todo indivíduo tem pensamentos positivos e negativos, momentos de dificuldades e sentimentos que os incomodam, enfim, as emoções negativas são inevitáveis. Para tanto, o papel do Pedagogo é fundamental no suporte emocional, que não são tarefas fáceis, auxiliando para que os alunos tenham a capacidade de administrar suas próprias emoções no período escolar, procurando soluções para seus conflitos de ordem emocional. Para além do trabalho pedagógico, os Pedagogos trabalham no suporte socioemocionais com os alunos internos, pois devido aos conflitos existenciais, a estarem longe de casa, “morando” com pessoas que não conhecem, entre outras particularidades que afetam os alunos, essa responsabilidade acaba agregando às funções do Pedagogo do internato. Reafirma-se então, a necessidade de auxílio de profissional habilitado para essa função, como psicólogos nos Colégios Agrícolas.

Como diferenças entre um Colégio regular e os Colégios Agrícolas apontadas pelos Pedagogos destacou-se as categorias: internato, conhecimento teórico e alunos. A partir das respostas dos participantes, elencou-se que o internato é um dos fatores que difere dos colégios regulares, sendo um espaço destinado para atender somente alunos que necessitam ficar a semana toda na escola, ou seja, alunos que moram longe do colégio devido ao transporte escolar do seu município, favorecendo um vínculo entre a escola e o aluno,

proporcionado conhecimento técnico que é de extrema importância para sua formação. Revelou-se também, como diferença o conhecimento técnico, sendo essencial para gestão e para o planejamento no campo, contribuindo assim, para o desenvolvimento do agronegócio, apoiando os agricultores e pecuaristas. Como público diferenciados dos colégios regulares, os alunos também foram elencados como diferença, pois esses adolescentes são oriundos da classe trabalhadora que chegam ao Colégio Agrícola com propósitos e objetivos bastante diferenciados dos alunos dos colégios regulares, mais participativos, demonstram mais interesses em relação ao ensino aprendizagem. Por isso a importância de uma educação de qualidade em relação a área técnica, para que possam ser inseridos no mercado de trabalho.

O quinto e último objetivo específico buscou identificar os desafios que estes profissionais da Educação vivenciam nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A falta de profissionais qualificados nos Colégios Agrícolas, como nutricionista, assistente da saúde, segurança noturno e psicólogo, faz com que os próprios profissionais que atuam na administração do internato realizem esse trabalho. No entanto, o Estados deveriam oferecer um maior suporte, com políticas públicas em relação a esses profissionais para auxiliarem a equipe no atendimento aos alunos, pois esse trabalho envolve uma complexidade muito grande quando se trata do atendimento aos alunos internos menores de idade e que ficam sob a responsabilidade da equipe do internato durante a semana toda.

Por meio da análise proposta para investigar o problema dessa pesquisa, segundo a legislação, o Pedagogo é o articulador do processo pedagógico no interior da escola, trabalhando no apoio educacional, fortalecendo a construção do conhecimento. No entanto, a função do Pedagogo no contexto escolar encontra-se fragilizada em grande parte das escolas públicas estaduais, pois as políticas públicas dos Estados não atendem a realidade vivenciada pelos Pedagogos no seu dia a dia nas instituições, impossibilitando-o de cumprir com o seu papel de nortear as ações pedagógicas, sendo um profissional multifuncional nas suas funções dentro das escolas.

Diante da pesquisa realizada sobre as atribuições dos Pedagogos dos Colégios Agrícolas, observou-se que o Pedagogo está sujeito a uma sobrecarga

de funções com um excesso de tarefas a serem executadas, tanto pedagógicas como administrativas.

A rotina da escola é algo bastante dinâmico. A gama de atividades e demandas que o Pedagogo desenvolve no dia a dia, faz com que esse profissional perca, gradativamente, a sua identidade profissional.

Diante desse contexto, não podemos deixar de destacar que é de responsabilidade do Estado, garantir a esse profissional condições de trabalho adequado para que ele possa desempenhar suas atividades de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas.

Ao atribuir para apenas um profissional toda a demanda, de supervisionar o trabalho pedagógico junto ao trabalho docente, orientar os alunos e familiares, administrar o setor do internato, um dos papéis acabam se fragilizando no percurso do processo educacional.

Diante do exposto, é necessário um repensar no redirecionamento para uma prática pedagógica atual, para que as demandas de hoje que estão fragilizadas, o Pedagogo possa exercer de forma satisfatória as suas funções e atribuições, fortalecendo assim, a construção do conhecimento.

Como futura pesquisa sugere-se a realização de uma investigação onde o pesquisador investigue a realidade de um colégio agrícola a partir de uma pesquisa de campo, com outros instrumentos como observações e entrevistas com professores, alunos e outros profissionais da educação que estão nos colégios agrícolas. Essa pesquisa, por conta da pandemia, teve a abordagem exploratória e foi impossibilitada de aplicar alguns instrumentos de coleta de dados e a própria participação da pesquisadora nos colégios, conforme inicialmente planejado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. **Pedagogia empresarial**: saberes, práticas e referências. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

BARACHO, M. G; MOURA, D. H; PEREIRA, U. Á; SILVA, A. F. da. Algumas reflexões e proposições acerca do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. In: **Ensino Médio integrado à educação profissional**: integrar para quê? Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 17-39.

BARROS. D. F. **Prática Educativa da Educação e da Pedagogia**, 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 fev.2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Previdência da República, 2004. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 10 jun 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Profissionalizado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.190 de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis//9394.htm>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaeensinoindustrial.htm>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.141 de 30 de janeiro de 1943.** Lei orgânica do ensino comercial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Lei%20Org%C3%A2nica%20do%20Ensino%20Comercial.&text=1%C2%BA%20Esta%20lei%20estabelece%20as,1>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 27 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008.** - Estabelece a Rede Federal Tecnológica e os Institutos Federais de nível médio integrado ao Ensino Técnico (MEC/SETEC 2008). Disponível em: <<http://planalto.gov.br/leis>>. Acesso em: 30 de mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências, Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.** Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/portarias-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/item/1428-lei-n%C2%BA-11-161,-de-5-de-agosto-de-2005-disp%C3%B5e-sobre-o-ensino-da-l%C3%ADngua-espanhola>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de lei nº 8.035/2010.** Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Disponível em: <<http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2018/05/projeto-de-lei-do-plano-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o-pne-2011-2020.pdf>>. Acesso: em 12 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.180/2005.** Cria o Projeto Escola de Fábrica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3266&catid=211>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891.** Reorganiza os serviços da Administração Federal. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. (MEC/SETEC 2004). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/>. Acesso em: 18 de abr. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL Portaria nº 870. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília. 2008. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=13&data=18/07/2008>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 dez 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em 26 mar. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942. Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres [...]. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4481.htm. Acesso em 26 mar. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm. Acesso em 26 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres [...]. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14481.htm. Acesso em 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final da CONAE 2010.** Disponível em: <<https://CONAE.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 mar. 2021.

BRASIL **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-01-de-15-de-maio-de-2006-dcns-pedagogia>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BARROS, D.F. **Prática Educativa da Educação e da Pedagogia.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

BROOKS, R; RIELE. K; MAGUIRE. M. **Ética e pesquisa em educação.** Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

CANDAU, V. M. **Didática, currículo e saberes escolares.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 149-160.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J; DAMASCENO, M. N (Org.). **Educação e Escola no campo.** Campinas, Papirus, 1993, p.15-40.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORDÃO, F. A, MORAES, F. de. **Educação Profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: ed. SENAC, São Paulo, 2017.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo. Ed. Unesp; Brasília Flasco, 2000a.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo. Editora Unesp, Brasília. Flasco. 2009.

CRESWEL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, P. **Sociologia**: Uma Introdução Crítica, 2ª Edição, São Paulo, Editora Atlas 1995.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

FAGIANI, C. C; PREVITALI, F. S; LUCENA, C; FRANÇA, R. L. Trabalho e Educação Profissional no Brasil: Formação humana ou para o mercado? In: BATISTA, E. L; MÜLLER, M. T. (Org.). **A Educação Profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. 1 ed. Campinas, SP: Alínea, 2013, p. 203-218.

FERREIRA, N. S. C. Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, M. **Supervisão Pedagógica**: princípios e práticas. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 38-62.

FERREIRA, J. L. (Org.). **Formação de professores**: teoria e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERREIRA, J. L. **Formação continuada para o desenvolvimento dos professores que atuam no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2015.

FERREIRA, J. L; HADDAD, C. R. A Coordenação Pedagógica nos colégios públicos do Estado do Paraná. **Periódico Dialogia**, São Paulo, n. 33, p. 19-32, set./dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341885490_A_coordenacao_pedagogica_nos_colegios_publicos_do_estado_do_Parana.Dialogia.n33.13466. Acesso em: 02 fev. 2021.

FERREIRA, J. L; HADDAD, C. R; CHUPIL, P. Dificuldades enfrentadas pelos pedagogos no cotidiano escolar: um olhar a partir das políticas educacionais do estado do Paraná. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v.15, n.2, p.472-495, mai./jun., 2020. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/7702/4671>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FRANCO. C. **A história da pedagogia**. Editora Unesp (FEU). São Paulo-s.p 1999. Disponível em: www.editoraunesp.com.br. Acesso em: 22 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo - SP, 56º ed. Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, S. R. O. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções a partir da implantação da rede pública do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, 2002.

GARCIA, E. G. Veiga, E.C. e (2006). **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso.

GADOTTI. M. **Pedagogia da Práxis: A Escola Como Projeto Sócio-Cultural**. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES. E.R. **Políticas de ensino médio e educação profissional: Discursos pedagógicos e práticas curriculares**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014.

GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. 2ªed. HD Livros Editora. Curitiba, PR. 2000.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. (Ed.). *Vidas de Professores*. 2ed. Porto: Porto Editora, 2013, p. 31-61.

HOLTZ, M. L. M. **Lições de Pedagogia Empresarial**. Sorocaba: MH Assessoria Empresarial Ltda, 2006.

KOMATSU, R. S; ZANOLLI, M. B; LIMA, V. V; PEREIRA, S. I. M. S. F; FIORINI, V. M. L; BRANDA, L. A; PADILHA, R. Q. **Guia do Processo de Ensino - Aprendizagem “Aprender a Aprender”**. 4ª ed. Marília: Faculdade de Medicina de Marília, 2003.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia. Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, pra quê?** ,12. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf> Acesso em 13 fev. 2020.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE FILHO, R. Educação profissional no Brasil: novos rumos. **Revista Iberoamericanos de Educação**. Araraquara, n. 20, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/histórico/documentos/rie20a03.htm>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MACHADO, L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho**. São Paulo, Cortez, 1982.

MARCELO GARCÍA, C. **A identidade docente**: constantes e desafios. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente, Belo Horizonte, v.01, n. 01, p. 109-131, ago./dez. 2009b. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/issue/view/26>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo.Cortez, 2002.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da criança**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAES, M. C. **Complexidade e transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro, Walk Editora, 2011.

NASCIMENTO, E. C. **Práticas profissionais de pedagogas junto aos coordenadores dos cursos de educação profissional técnica de nível médio do NRE de Curitiba**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2018.

NASCIMENTO, O. V. **Cem anos de ensino profissionalizante no Brasil**. Curitiba, IBPEX, 2007.

NERI, A. R. M. **A função do pedagogo na escola pública**: possibilidades de atuação na perspectiva do trabalho coletivo. Especialização (Pós-graduação em educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014.

PARANÁ. SEED/SUED. **Diretrizes da Educação Profissional**: Fundamentos Políticos e Pedagógicos. 2006.

PARANÁ. DEP/SEED/PR. **Fundamentos políticos pedagógicos da educação profissional do Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 2005.

PARANÁ, CEE. Deliberação 09/2006 - **Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Especialização Técnica de Nível Médio**, 2006.

PARANÁ. Superintendência da Educação; Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Instrução Normativa nº 01/2018** - Diário Oficial nº 63387 de 15/01/2018 Organização da hora atividade nas instituições de ensino da rede pública estadual de ensino do Paraná, 2018.

PARANÁ. **Lei complementar nº 103 de 15 de março de 2004**. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Publicado no Diário Oficial nº 6.687 de 15/03/2004.

PARANÁ. SEED/DEDUC. Instrução nº 04/2020. **Dispõe sobre funcionamento dos internatos nos Colégios Agrícolas e Florestal da rede pública estadual de ensino do Paraná**, 2020.

PARANÁ. SEED/PR. **O Trabalho Pedagógico** - Documentos Referenciais da Escola – PPC. Curitiba. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1462> Acesso em: 29 de nov. de 2021

PINTO, F.C. DIAS, E. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. **Educação e pesquisa**. Rio de Janeiro, v.2, n.100, p. 505-520, jul. 2018. Disponível em <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PIMENTA, S.G. **A construção do projeto pedagógico na escola de 1º grau**. In Ideias. n. 8. São Paulo: FDE/ Governo do Estado de São Paulo, 1995

PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Centro Estadual de Educação Profissional "Lysímaco Ferreira da Costa"**, Rio Negro, 2018.

QUINTANA, C. J. M. **Pedagogia Social**. Madrid: Dykinson. 1998.

ROCHA, M. H.; VERALDO, I. **Ressignificando o papel do pedagogo na escola pública.** Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/pdebusca/producoes_pde/2009_uem_pedagogogo_artigo_maria_helena_rocha.pdf

RAMOS M. N. **Concepção do ensino médio integrado.** SEED Paraná, 2004.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional.** 1.ed. Curitiba, IFPR, 2014.

SANTOS, M. I. S. P. **Luz e sombras:** Internatos no Brasil. São Paulo: Salesianas, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 25. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia da pesquisa** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA. R. M; BEZERRA. I. C; BRASIL. P. C. C; MOURA. F. R. E. **Estudos qualitativos:** Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informação. Sobral: Edições UVA, 2018.

SILVA, S. A. **A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro a partir de Antonio Gramsci:** um estudo dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social (2010-2015). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, C. S. B. **Curso de pedagogia no Brasil:** história e identidade. Campinas, São Paulo. Autores associados. 1999.

SHULGIN, V. N. V. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WALLON, H. **Psicologia e Educação.** Edições Loyola, São Paulo, 2003.

WHITAKER, D. ANTUNIASSI, M. H. R. Escola pública localizada na zona rural: contribuições para sua estruturação. **Cadernos CEDES**, n. 33, p. 9-42, Papirus, 1992.

ANEXO 1 PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFPR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atribuições e Desafios dos Pedagogos que atuam em Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Pesquisador: RICARDO ANTUNES DE SÁ

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 36352720.0.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.435.784

Apresentação do Projeto:

O projeto se refere a uma pesquisa qualitativa com coleta de dados com pedagogos de colégios agrícolas de nível médio. Serão entrevistados cerca de 20 pedagogos por meio de um roteiro com questões abertas e as respostas serão analisadas por meio do referencial de Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e analisar as atribuições dos Pedagogos que atuam em Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa envolve riscos mínimos: algum desconforto referente a responder questões sobre a prática profissional e o tempo despendido pelo participante, que poderia ser empregado de outra forma. Estes riscos são superados pelos benefícios os quais se referem a oportunidade do participante refletir sobre sua ocupação e a produção de conhecimento científico relevante sobre escolas agrícolas profissionalizantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante socialmente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram devidamente apresentados, o recrutamento será indireto por meio da divulgação

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar
Bairro: Alto da Glória
UF: PR **Município:** CURITIBA **CEP:** 80.060-240
Telefone: (41)3360-7259 **E-mail:** cometica.saude@ufpr.br



Continuação do Parecer: 4.435.784

da pesquisa em redes sociais a possíveis participantes, os quais entraram em contato caso haja interesse.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Favor inserir em seu TCLE e TALE o número do CAAE e o número do Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa, conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020.

Após o isolamento, retornaremos à obrigatoriedade do carimbo e assinatura nos termos.

Qualquer dúvida, retornar e-mail ou pelo WhatsApp 41-3360-7259

Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1582612.pdf	03/11/2020 13:50:25		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_3.docx	03/11/2020 13:48:48	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_VERSAO3.docx	03/11/2020 13:45:42	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	Carta_Resposta_com_alteracao_2.docx	02/10/2020 22:41:47	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_comite_com_alteracao_2.docx	02/10/2020 22:38:50	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

Município: CURITIBA

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 4.435.784

Outros	Carta_Resposta_corrigida.docx	04/09/2020 09:35:15	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE_corrigido.docx	04/09/2020 09:33:25	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite_corrigido.docx	04/09/2020 09:31:35	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	Carta_resposta.pdf	30/08/2020 22:03:59	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.docx	27/08/2020 14:20:04	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	Carta_Encaminhamento.pdf	07/08/2020 09:55:58	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	ANALISE_MERITO.pdf	06/08/2020 13:50:59	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	CHECK_LIST.pdf	06/08/2020 13:50:43	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	DECLARACAO_COMPROMISSOS.pdf	06/08/2020 13:50:16	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	05/08/2020 22:26:19	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/08/2020 14:52:24	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	entrevista.docx	03/08/2020 14:51:33	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito
Outros	ata.pdf	03/08/2020 14:40:01	RICARDO ANTUNES DE SÁ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 4.435.784

CURITIBA, 03 de Dezembro de 2020

Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

APÊNDICE 1 INSTRUMENTO DE PESQUISA - QUESTIONÁRIO *ON-LINE*

19/02/2021

QUESTIONÁRIO - PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL...

QUESTIONÁRIO - PEDAGOGOS QUE
ATUAM EM COLÉGIOS AGRÍCOLAS DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA
DE NÍVEL MÉDIO**Obrigatório*ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS
AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Meu nome é Dinalva do Rocio Gomes e desenvolvo uma pesquisa sobre as atribuições e desafios do Pedagogo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A investigação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques de Lima Ferreira. A investigação tem autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná sob o número 4.435.784

Neste questionário são apresentadas algumas questões que auxiliam na investigação desta pesquisa que consiste em investigar o trabalho desenvolvido pelo Pedagogo para compreender melhor a importância desse profissional da educação nos Colégios Agrícolas da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio.

Sua participação é importante e os dados que você disponibilizar serão tratados considerando o imperativo ético da confidencialidade.

Desde já agradeço sua colaboração que será de grande importância para a minha pesquisa

Atenciosamente,

Dinalva do Rocio Gomes

1. Eu compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual estou sendo convidado(a) a participar voluntariamente. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Não concordo

2. 1. Qual é a sua idade, cidade e Estado onde mora? *

19/02/2021

QUESTIONÁRIO - PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍ...

3. 2. Você realizou sua Licenciatura em instituição pública ou particular? Qual? *

4. 3. Você realizou especialização? Se sim, no quê? *

5. 4. Você realizou mestrado? Se sim, no quê? *

6. 5. Você realizou doutorado? Se sim, no quê? *

7. 6. Há quanto tempo você atua como Pedagogo(a) na Rede Pública de Ensino? *

8. 7. Há quanto tempo você atua como Pedagogo(a) em um Colégio Agrícola, especificamente, na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio? *

9. 8. Quais são as suas atribuições enquanto Pedagogo(a) de um Colégio Agrícola da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio? Faça uma descrição das atribuições. *

19/02/2021

QUESTIONÁRIO - PEDAGOGOS QUE ATUAM EM COLÉGIOS AGRÍCOLAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍL...

10. 9. Das suas atribuições desenvolvidas no Colégio Agrícola, qual você tem maior dificuldade para realizar? *

11. 10. Como você define as atribuições do(a) Pedagogo(a) em um Colégio Agrícola? Faça uma descrição e justifique a sua resposta. *

12. 11. Você consegue identificar diferenças da atuação profissional do(a) Pedagogo(a) em relação ao seu trabalho desenvolvido em um Colégio regular e em um Colégio Agrícola? Se sim, quais seriam? Faça uma comparação. *

13. 12. Aponte desafios que você vivencia em relação ao seu trabalho em um Colégio Agrícola da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Faça uma descrição. *
